

ESPAÇO PÚBLICO: FLEXIBILIDADE E APROPRIAÇÃO

Intervenção no Convento de Santo António dos Capuchos

Catarina Pinto de Almeida (licenciada)

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Orientador científico: Professor Doutor Hugo Farias

Co-orientador: Professora Doutora Manuela Mendes

Lisboa, FAUL, Julho 2014

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Título

Espaço Público: flexibilidade e apropriação

Intervenção no Convento de Santo António dos Capuchos

Nome

Catarina Almeida

Orientador Científico

Professor Doutor Hugo Farias

Co-orientador

Professora Doutora Manuela Mendes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Lisboa, Junho de 2014

Resumo (247 palavras)

A presente investigação pretende abordar o significado do espaço público na cidade e de que forma este pode motivar as relações sociais e a coexistência da diversidade, através de dispositivos de flexibilidade e apropriação. Tomando como ponto de partida a própria área de intervenção, a Colina de Santana em Lisboa, território de enclaves urbanos definidos pelos antigos conventos e cercas, explora-se, como ideia de projeto, a presença do objeto arquitetónico como elemento primário - aquele que permanece no tempo pela importância conquistada no tecido da cidade, não obstante as mudanças funcionais que possam ocorrer. Assim, a estratégia de intervenção no Convento de Santo António dos Capuchos assenta na dualidade estabelecida entre a permanência do facto urbano e a mutabilidade do seu uso. A permanência é associada à forma e presença do edifício e é expressa na matriz primária, definida pela memória do lugar, relação do edifício com a cidade e carácter coletivo. A função é primeiramente dissociada da própria forma e é descrita na matriz secundária, flexível e adaptável, o que permite a eventual mudança funcional da proposta. O programa é definido a posteriori e tendo por base a análise funcional da área da colina e o levantamento das necessidades e carências dos seus intervenientes. Para a concretização das intenções descritas justifica-se a escolha dos espaços públicos, exteriores e interiores, onde as oportunidades de apropriação e o desenrolar de atividades temporárias e espontâneas se multiplicam, o que enfatiza necessariamente o sentido público, o encontro e expressão dos indivíduos na cidade.

Palavras-chave: espaço público; flexibilidade; apropriação; forma; função; elemento primário; permanência; mudança funcional; Convento de Santo António dos Capuchos

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Title

Public Space: flexibility and appropriation

Intervention in the Convent of Santo António dos Capuchos

Name

Catarina Almeida

Supervisor

Professor Doutor Hugo Farias

Co-supervisor

Professora Manuela Mendes

Master's Degree in Architecture

Lisbon, June 2014

Abstract (237 words)

The present research focuses on the public space significance in the city and how it can motivate social relations and coexistence of diversity, through flexibility and appropriation devices. Assuming as starting point the intervention area, Colina de Santana in Lisbon, territory of urban enclaves defined by the ancient convents, the project idea is based on the presence of the architectural object as a primary element - one that remains in time due to its importance in the urban structure, despite its functional changes. Thus, the intervention strategy in the Convent of Santo António dos Capuchos derives from the established duality between the urban fact's permanency and the mutability of its use. The permanence is associated with the form and presence of the building. It is expressed in a primary matrix, which is defined by the memory of the place, the connection between the building and the city and the interpretation of the collective character. Initially dissociated from form, function is described in a secondary matrix, flexible and adaptable to eventual functional changes. Based upon the area's functional analyses and research of its users' needs, the functional program is defined. For the achievement of the described intentions the choice of public spaces is justified, both outdoor and indoor, where there are infinite opportunities for appropriation and realization of temporary and spontaneous activities - which necessarily emphasizes the public meaning, the encounter and expression of individuals in the city.

Key-words: public space; flexibility; appropriation; form; function; primary element; permanence; functional change; Convent of Santo António dos Capuchos

Introdução	11
1 Cidade e espaço público	13
1.1 O espaço público hoje	13
1.1.1 Definição, importância, funções e competências.....	13
1.1.2 Estratégias de intervenção em espaços públicos	16
1.1.3 Flexibilidade e apropriação de espaços públicos	18
2 Forma vs. Função	27
2.1 A permanência da forma.....	28
2.1.2 O facto urbano e os elementos primários.....	28
2.1.2 O facto urbano e o aspeto coletivo	32
2.1.3 O facto urbano e a qualidade	34
2.1.4 O facto urbano e a permanência.....	36
2.2 A flexibilidade da forma à função	37
2.2.1 A mudança funcional: Matriz primária vs. matriz secundária	37
2.2.2 A multifuncionalidade	42
3 Contexto de intervenção	49
Colina de Santana e Santo António dos Capuchos	49
3.1 Introdução.....	49
3.2 Contextualização histórica	51
3.3 Os equipamentos da colina na atualidade.....	57
3.4 A população da colina e o uso do espaço público	60
3.4.1 Quem são as pessoas da colina?	60
3.4.2 Perceções sobre os espaços e edifícios públicos da área.....	61
3.4.3 Carências e necessidades que caracterizam esta zona de Lisboa	65
4 Projeto - O caso de Santo António dos Capuchos	67
4.1 A proposta conceptual	67
4.1.1 O lugar de dois mundos: o território intersticial	67
4.1.2 A criação de uma matriz para a permanência	70
4.2 O espaço público.....	74
4.2.1 O desenho do espaço público como estratégia de projeto	74
4.2.2 Os elementos do espaço público e a flexibilidade	76
4.3 O plano e o edifício multifuncional	88

4.3.1 As funções de hoje: o programa	88
4.3.2 O centro cultural e recreativo	90
4.3.3 A habitação.....	94
Considerações finais	98
Bibliografia	100
Anexos	102

Figura 1 - Dam Square, Amsterdão.....	16
Figura 2 - Rua Augusta, Lisboa	16
Figura 3 - Rovinj, Croácia.....	19
Figura 4 - Évora, centro histórico.....	19
Figura 5 - "Los sentidos e la comunicación"	20
Figura 6 - Apropriação da frente ribeirinha. Expansão do piso térreo para o exterior	21
Figura 7- A presença de muitas portas	21
Figuras 8, 9 e 10 - Estabelecimentos comerciais que se estendem para a rua	21
Figuras 11 e 12 - Times Square, Nova Iorque: situação temporária pedonal em 2009 e situação habitual de tráfego viário e pedonal.....	22
Figuras 13 e 14 - Parque Városliget, Budapeste: no Inverno, como pista de patinagem no gelo e no Verão, como lago.....	22
Figuras 15 e 16 - Recinto da feira semanal de Guimarães: com a feira ativa e durante o evento "Guimarães a pedalar" em 2012.....	22
Figuras 17, 18 e 19 - Apropriações temporárias de espaços públicos - Hauptplatz (Graz, Áustria), centro de Szentendre (Hungria), centro de Praga (República Checa).....	23
Figuras 20 e 21, 22 e 23 - A apropriação do limite.....	24
Figuras 24 e 25 - A apropriação de espaços públicos	25
Figuras 26, 27 e 28 - A apropriação de espaços públicos em Lisboa - Mercado de Fusão (Martim Moniz), Out Jazz (Belém) e a Rua das Portas de Santo Antão.	26
Figura 29 - Palazzo Della Ragione, Pádua, planta do piso térreo, desde 1425 até hoje.	29
Figuras 30 e 31 - Coliseu de Roma - projetos de transformação: fábrica de fiação de lã (Sisto V, 1590) e fórum com igreja de planta central (Carlo Fontana, 1707).....	30
Figura 32 - Nîmes, espectáculo nas ruínas do anfiteatro romano.....	30
Figura 33 - Representação do anfiteatro de Arles antes do seu restauro.	30
Figuras 34 e 35 - Palácio Diocesano e cidadela de Split.	31
Figuras 36 e 37 - Convento da Cartuxa, Vale de Ema, Galluzzo, Florença: Planta e vista aérea.....	32
Figura 38 - Vista, planta e corte, Palais Royal, Paris	33
Figura 39 - Plaza Mayor, Chinchon	34
Figura 40 - Piazza Del Campo, Siena	34
Figura 41 - A alcova individual no espaço comum - Casa dinamarquesa do séc. XVII.....	35
Figura 42 - "Window place".....	35
Figura 43 - Tempo aproximado de vida das componentes do edifício.....	37
Figuras 44 e 45 - 1967 - <i>The New Open Office</i> , estudo comparativo testado por Dupont para modificação da organização espacial de um edifício de escritórios em Wilmington Delaware.	38
Figuras 46 e 47 - <i>The Salada Building</i> (1916) e <i>The Grill 23 and Bar</i> (1984) - Boston's Back bay	39
Figuras 48 e 49 - Silos de cereais, <i>Quaker Oats Company</i> , (1932) e Hotel Quaker Hilton (1990) - Ohio...39	
Figuras 50, 51 e 52 - <i>Gasometers</i> em construção e na atualidade - Viena.....	39
Figuras 53 e 54 - Fábrica ASA antes e após a reconversão funcional	41
Figuras 55 e 56 - Matadouro de Madrid convertido em centro de exposições.....	41
Figura 57 e 58 - Vista e plantas do Convento de La Tourette	42
Figura 59 e 60 - Vista e planta do piso térreo do Palácio de Chandigarh	43

Figura 61 e 62 - A composição de qualquer projeto pela utilização do pátio e a associação de usos diversos através do pátio (<i>ferme</i>)	43
Figuras 63 e 64 - A multifuncionalidade do edifício - Centro Georges Pompidou, Paris	44
Figuras 65 e 66 - A multifuncionalidade do edifício - Fábrica de Pompeia, São Paulo	44
Figura 67 e 68 - A multifuncionalidade e o programa cultural - KennisCluster, Arnhem	45
Figura 69 - A multifuncionalidade e o programa cultural - Plataforma das Artes e da Criatividade, Guimarães.....	45
Figura 70 - A multifuncionalidade e o programa habitacional - Terraços de Bragança, Lisboa (Álvaro Siza)	46
Figura 71- A multifuncionalidade e o programa habitacional - Residências do Martim Moniz	47
Figuras 72 e 73 - A multifuncionalidade e o programa habitacional - Messequartier, Graz (Markus Pernthaler).....	47
Figura 74 - Espaço multiusos - List Hall, Graz.....	48
Figura 75 e 76 - Espaços multiusos - Lx Factory, Lisboa	48
Figura 77 - A evolução da colina de Santana	52
Figura 78 - A importância dos topos das colinas de Lisboa	53
Figura 79 - Os enclaves na atualidade, definidos pelas antigas cercas monasteriais	55
Figura 80 - O hospital de Santo António dos Capuchos na sua condição presente	56
Figura 81 - Os equipamentos e espaços públicos da colina de Santana	58
Figura 82 - A rede de transportes públicos e as funções no piso térreo.....	59
Figuras 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89 e 90 - A apropriação dos espaços públicos da colina.....	61
Figura 91 - O contraste das malhas da colina de Santana	68
Figura 92 - Distinção de dois mundos pelo carácter do espaço público, topografia e cerca.....	68
Figura 93 e 94 - A cidade de Viena rodeada pelo talude, e após a implementação do <i>Ring</i>	69
Figura 95 - Esquemas conceptuais: da cerca, como barreira, ao <i>ring</i> , como zona intersticial verde	69
Figura 96 - A evolução do edificado e espaço público de Santo António dos Capuchos e a definição da matriz segundo as permanências e memórias do lugar	71
Figuras 97e 98 - A ligação à cidade e a transversalidade	72
Figura 99 - As condições para a permanência pela matriz primária - Coliseu de Roma e cidade muralhada de Split.....	73
Figura 100 - As condições para a permanência pela matriz primária - Projeto.....	73
Figura 101 - A composição segundo um sistema articulado de espaços exteriores ou comuns - Convento da Cartuxa (Florença), Alcazar Real (Sevilha), Alhambra (Granada).....	74
Figura 102 - A proposta segundo um sistema articulado de espaços públicos. O paralelismo entre percursos alternativos distintos e ligações através do edifício	75
Figura 103 - A intensidade do percurso, centro histórico de Graz	76
Figura 104 - A escala, intensidade e multifuncionalidade do percurso público - centro histórico de Guimarães e centro histórico de Graz (Áustria)	77
Figura 105 - A intensidade da alternância dos espaços públicos propostos	78
Figuras 106 e 107 - A proporção e escala humana dos vazios - Alhambra e Alcazer Real.....	79
Figura 108 - A proporção e escala humana dos vazios - Projeto.....	80
Figuras 109, 110, 111 e 112 - A rua interior e a sequência <i>pátio-rua-pátio</i> - Gozsdu Udvar, Budapeste ..	81
Figura 113 - A rua interior e a sequência <i>pátio-rua-pátio</i> - Projeto	82
Figura 114 - Passage des Panoramas, Paris	83
Figura 115 e 116 - Passage du Caire, Paris	83

Figura 117 - Kaufhaus (Schinkel) cortes transversal e longitudinal - relação entre lojas, galerias e habitação.....	83
Figura 118 - Estudo da praça Ascoli Piceno. Tendência para a concentração das pessoas no perímetro, junto às fachadas e pórticos, nos nichos e perto das colunas.	84
Figuras 119 e 120 - A arcada em torno da praça do Giraldo, Évora.....	84
Figura 121 - A arcada do pátio da Landhaus, Graz	85
Figura 122 - A arcada junto ao limite da Quinta da Malagueira, Évora	85
Figura 123 - A arcada como espaço de transição, flexível e apropriável.	85
Figura 125 - A escada	86
Figura 124 - A entrada.....	86
Figura 126 - As fachadas irregulares e a apropriação	87
Figuras 127, 128 e 129 - Lugares para sentar	87
Figura 130 - Lugares para sentar - Projeto.....	87
Figura 131 - O carácter dos espaços públicos e as funções	89
Figura 132 - A proposta funcional.....	90
Figura 133 - A praça da cisterna e a relação com a cidade - miradouro	91
Figura 134 - O pátio dos artistas e a interioridade	91
Figura 135 - A rua interior como ligação entre a praça e o pátio.....	92
Figura 136 - A praça da cerca - a entrada da proposta e a relação entre funções.....	92
Figura 137 - A biblioteca como elemento charneira entre a praça da cisterna e o claustro	93
Figura 138 - A praça da cisterna: contradição entre o miradouro , o olhar para fora, e o anfiteatro, o olhar para dentro.....	93
Figura 139 - Estudos para o auditório e biblioteca	94
Figura 140 - Planta do quarteirão pombalino ao nível do primeiro andar	96
Figura 141 - Estudos do saguão no piso habitacional -Projeto	96

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Indivíduos presentes e residentes por género	60
Gráfico 2 - Indivíduos residentes por grau de escolaridade.....	60
Gráfico 3 - Indivíduos residentes por idade.....	60
Gráfico 4 - Caracterização dos indivíduos: residência.....	63
Gráfico 5 - Caracterização dos indivíduos: grau de escolaridade.....	63
Gráfico 6 e 7 - Caracterização dos indivíduos: faixa etária e nacionalidade.....	63
Gráfico 8 - Periodicidade de visita/ estadia na área.....	64
Gráfico 9 - Frequência dos espaços públicos exteriores e interiores.....	64
Gráfico 10 - Qualidade e quantidade de oferta de espaços públicos na área.....	64
Gráfico 11 - Qualidades valorizadas nos espaços públicos da área.....	64
Gráfico 12 - Serviços públicos em falta na área.....	65
Gráfico 13 - Edifícios públicos em falta na área.....	65

Agradecimentos

A quem esteve ao meu lado, à minha família e amigos,
em especial ao Miguel e à Sara pela inspiração e confiança.

Aos urbanistas pela cumplicidade de tantos anos.

Ao Bruno pelo carinho,
à Inês pelo apoio, à Rosa pela convicção e à Catarina pela alegria.

À Professora Manuela Mendes pela disponibilidade e ao

Professor Hugo Farias pelo entusiasmo.

A vida e experiência do homem relacionam-se de forma intrínseca com a variável tempo. No decorrer da sua existência são-lhe permitidas escolhas, acompanhadas de uma duração, que lhe conferem liberdade e flexibilidade no espaço, ou seja, na cidade. A cidade é palco da mudança constante do indivíduo e, no entanto, não apresenta essa mesma liberdade e flexibilidade pela velocidade menor a que ocorrem as suas transformações ao longo do tempo. Na comparação indivíduo-cidade falamos de escalas e implicações diferentes e por isso é natural a discrepância entre o tempo das pessoas e o tempo da cidade.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a ideia de flexibilidade quanto à forma urbana e o espaço público, assente nos princípios de que as vontades e necessidades dos indivíduos são mutáveis e de que a cidade tem que ser capaz de dar resposta às formas diversas de apropriação e vivência dos espaços.

Parte-se da hipótese de que a densificação e requalificação dos vazios urbanos da cidade consolidada podem constituir uma estratégia de projeto compatível, por um lado, com a criação de espaços à partida orientados para a mudança funcional, e por outro com a enfatização do sentido público. Temos hoje conhecimento da incontornável efemeridade do uso dos espaços da cidade. O ato de projetar pode então ser feito com a consciência de que a utilização do espaço projetado mudará; a adaptabilidade do espaço surge como suporte à reapropriação do mesmo. O objeto de estudo é o espaço público já que é nele que a vida urbana encontra maior significado por ser local de encontro e expressão dos indivíduos na própria cidade.

O texto é estruturado em três partes: na primeira procede-se à exploração teórica dos conceitos referentes ao tema, começando por uma aproximação à definição, importância e competências do espaço público, bem como a indicação de estratégias de intervenção no que diz respeito à sua flexibilidade e apropriação. De seguida, é explorada a relação forma-função como intenção de projeto: a permanência é associada à forma, que surge pela memória do lugar, relação com o tecido urbano e carácter coletivo, enquanto que a mutabilidade é atribuída à função, justificada pelas necessidades efémeras e carácter transitório dos indivíduos.

Na segunda parte é feita uma contextualização da área de intervenção, o Convento de Santo de António dos Capuchos, na Colina de Santana, em Lisboa. O antigo convento, atual hospital, insere-se na constelação conventual que é a colina; estas estruturas mantiveram a importância no tecido da cidade e assim subsistiram no tempo. A permanência das configurações conventuais na estrutura urbana, não obstante a constante mudança funcional de que foram alvo, serve de inspiração para o desenvolvimento dos temas apresentados e sua aplicação como ideia de projeto. A contextualização incide na análise da

evolução histórica da área, no sentido de perceber o lugar e as características que tornaram a sua presença permanente; por outro lado, é apresentada a situação atual do lugar, no que diz respeito aos espaços e equipamentos públicos, e ao comportamento, necessidades e carências dos seus utilizadores para a posterior definição funcional. A investigação, levantamento e análise descritos servem de base à formulação das estratégias de projeto, explicitadas na terceira parte do texto.

A metodologia aplicada no presente trabalho de investigação consistiu primeiramente na consulta de bibliografia associada aos temas do espaço público, flexibilidade e apropriação. A escolha dos casos de estudo priorizou aqueles já experimentados, sobretudo quanto ao espaço público. No que diz respeito à análise das condições para a permanência e posterior interpretação no projeto, foram escolhidos casos de estudo que persistiram no tempo pela importância arquitetónica e influência no tecido envolvente. Sobre a mudança funcional e multifuncionalidade referem-se exemplos nacionais e internacionais contemporâneos, cujas funções se aproximam ao programa proposto pelo projeto. Para a definição do programa teve influência o levantamento das características dos indivíduos presentes e residentes na área e suas necessidades e carências quanto aos espaços e equipamentos públicos, obtido com base nos dados dos Censos 2011 e na aplicação de um inquérito por questionário.

O projeto de investigação visa a criação de espaços e equipamentos públicos flexíveis e adaptáveis às formas temporárias do habitar e ao carácter complexo, diverso e transitório das sociedades contemporâneas. Procurando dar resposta às necessidades diversas e mutáveis dos utilizadores e às suas características específicas quanto à apropriação do espaço, pretende-se, como objetivo último, a geração de interação e coexistência da diversidade bem como a promoção de formas de encontro e sociabilidade.

1.1.1 Definição, importância, funções e competências

O espaço público é a cidade. Ou seja, espaço público representa a condição para a realização de vida urbana; é fator de identificação e de criação de identidade; é local de sociabilização, de encontro, e de manifestação de grupos sociais, culturais e políticos, é onde a palavra pode ser expressa (Indovina, 2002: p.119). Jordi Borja e Zaida Muxi (2003) sustentam que tanto nas cidades das civilizações mais antigas como nas cidades da atualidade, a história da cidade é sobretudo a do seu espaço público. Para os egípcios a definição de cidade poderia ser alcançada pela combinação dos fatores políticos e culturais de uma determinada comunidade num lugar definido, incluindo os fluxos, mobilidades e relações que o mesmo estabelece com o exterior. E o que é esta descrição senão uma possível definição de *espaço público*? De facto, a história das cidades está intrinsecamente ligada à história dos seus espaços públicos, o que se verifica sobretudo nas cidades europeias, que se formaram e desenvolveram a partir da tradição do espaço público como elemento articulador do tecido urbano, de coesão física e simbólica das áreas densas (Borja e Muxi, 2003: 8-19).

Relembre-se que o espaço público assume funções essenciais no funcionamento da cidade pelo papel integrador que desempenha, estabelecendo uma ligação de continuidade no território, tanto de carácter físico como funcional. Os espaços públicos são marcos da identidade de uma cidade. O seu carácter simbólico relaciona-se com a memória que trazem da vida social e quotidiana dos cidadãos, que nele fundam e consolidam laços sociais. Acolhe funções variadas e utilizadores de grupos sociais diferentes sob a forma individual e coletiva. Assim, prefigura-se como um elemento qualificador de uma coletividade, onde é demonstrada a qualidade de vida, passada e presente, através de componentes materiais e imateriais, como o carácter histórico, cultural e social (Francisco, 2005: 2).

Nos anos 60, do século passado, durante o modernismo, assistiu-se a um certo abandono do espaço público no seguimento da perspetiva de implantação funcionalista do solo. Favoreceu-se a implementação de um zonamento excessivo na reconstrução das cidades, justificado pelas urgências sociais do pós-guerra, e a imposição de usos específicos e de mono funcionalidade aos espaços e edifícios, em detrimento da qualidade do espaço público (Borja e Muxi, 2003: 28). Nos anos 80, o espaço público começa a ser encarado segundo uma nova perspetiva, passa a ser considerado como "um elemento de competitividade entre cidades, já que se elevou o padrão cultural de expectativas e os termos comparativos da qualidade de vida (Castro, 2002: 56)". Assim, surge a necessidade de criação de espaços de excelência, com qualidade urbana, promotores da coesão, elemento em falta nas cidades,

com capacidade de integração simultânea de aspetos sociais, ambientalistas e estéticos. No final do século XX, os espaços públicos são já encarados como os elementos centrais dos projetos urbanos, sendo implementados enquanto instrumentos para a coesão social.

Embora a cidade tenha sofrido modificações na forma e na organização não ocorreu uma rutura em relação aos modelos anteriores: sucederam-se antes "inovações tecnológicas, das modalidades de organização do trabalho e das mudanças dos estilos de vida, mas a cidade conservou o seu papel funcional, social e político-ideológico (Indovina, 2002: 120)". No entanto, na cidade de hoje observa-se o retorno a alguns questionamentos em torno de problemas já pré-existentes, nomeadamente no espaço público, aos quais se acrescentam outros, consequência da evolução física e social urbana. Sobre a problemática da cidade, Borja e Muxí (2003: 17) argumentam que são três os principais problemas: a *dissolução*, ou seja, a difusão das urbanizações e a debilitação dos centros; a *fragmentação*, associada à multiplicação dos elementos dispersos conectados por vias de comunicação rápida, resultando no aparecimento dos não-lugares; e a *privatização*, observada na substituição das ruas e praças por centros comerciais, e na generalização de guetos segundo classes sociais, desde os condomínios de luxo até aos bairros de lata, que promovem o isolamento e a desigualdade. As consequências para a cidade são marcantes, reduzem a esfera do espaço público enquanto espaço de cidadania e de integração, ao mesmo tempo que se acentuam as desigualdades e a marginalização.

As transformações urbanas da cidade têm necessariamente influência sobre o espaço público. A invasão do automóvel representa um dos principais problemas na medida em que condiciona tanto a acessibilidade como a qualidade do espaço. As praças e os passeios, locais por excelência do pedestre, são interrompidos por estacionamento, a sua importância e dimensão reduz-se face às vias rasgadas e a sua qualidade é afetada pela poluição visual e atmosférica. A privatização do espaço público é cada vez mais frequente, em virtude da força económica de iniciativas privadas e das debilidades políticas em termos de iniciativa pública. O crescente requisito de pagamento no acesso a espaços públicos, imposto sobretudo pelo privado, retira aos cidadãos a propriedade e liberdade de uso. O espaço público como local de troca, de comércio e comunicação, é substituído pelos centros comerciais, que oferecem melhores condições e equipamentos, no que diz respeito ao conforto. Assiste-se a um crescente abandono do espaço público e da sua função de sociabilização, resultante da falta de procura comercial e da mudança dos estilos de vida e dos percursos quotidianos, por exemplo, nas deslocações casa-trabalho (Indovina, 2002: 121). Também a privatização do espaço familiar e doméstico e o acesso às tecnologias de informação e comunicação têm impacto no abandono do espaço público, já que representam formas alternativas de criar e estabelecer relações de sociabilidade.

O abandono do espaço público conduz inevitavelmente à insegurança e vice-versa, originando um ciclo-vicioso. Alexandra Castro (2002: 57-58) esclarece o mesmo conceito afirmando que "o vazio social do

espaço público é determinado pela insegurança, mas o enfraquecimento do papel social e de sociabilização da cidade tende a incrementar a este sentimento pois dá margem ao desenvolvimento de comportamentos que geram insegurança". A falta de espaços e equipamentos públicos de qualidade e sua ocupação constante tanto de dia como de noite, bem como a falta de acessibilidade aos mesmos por todos - o verdadeiro significado público é constantemente comprometido - promovem a desertificação, que por sua vez causa insegurança. As medidas de segurança implementadas nesse sentido são por vezes excessivas e conduzem ao inverso, sugerem a privatização, comprometem a liberdade de utilização e fomentam o medo nos utilizadores de utilizar os espaços, a chamada *agorafobia* (Borja e Muxi, 2003: 26 e 59).

A presença de uma diversidade de pessoas e grupos diferentes é uma marca das cidades de hoje, o que leva à necessidade de coexistência dos mesmos, a qual tem maior expressão no espaço destinado a todos, ou seja, no espaço público. A propósito da coexistência de grupos distintos Pinçon (1981) refere-se à probabilidade de surgirem confrontos causados sobretudo pelas incompreensões sociais dadas pelas formas diferentes dos indivíduos viverem o espaço, tanto privado como público. A gestão das relações sociais no espaço público é ainda mais dificultada quando se trata de uma diversidade cultural e étnica. Wirth (1938) definiu cidade pelos critérios da dimensão, densidade e heterogeneidade, teoria que toma forma no seguimento da *Escola de Chicago*, movimento científico do final do século XIX originado pelo forte fluxo de imigração para a cidade americana. Essa densificação, multiculturalidade e coexistência foi observada e definida por sociólogos e antropólogos e serviu como caso de estudo a muitas teorias sobre o comportamento destes indivíduos entre si e quanto à cidade.

As observações entusiastas feitas por alguns dos autores do caso de Chicago podem ser vistas à luz das problemáticas da cidade contemporânea encarando a noção de mobilidade "enquanto fator de organização da cultura e do espaço da cidade (Silvano, 2001: 21)". De facto, a mobilidade de pessoas, ideias e mercadorias tem vindo a demonstrar cada vez mais expressão na atualidade sobretudo pelo desenvolvimento das vias de comunicação nomeadamente os transportes, as TIC, entre outras. A figura do *estrangeiro* de Simmel (1908: 54), por alternativa à do emigrante, parece mais adequada; o indivíduo é "o viajante potencial, aquele que chega hoje e ficará amanhã". Ou até mesmo o *passeante* de Benjamin (1982), em *Paris, Capitale du XIX Siècle*, que evoca a relação simultânea de proximidade e distância com o meio envolvente, que "ama a solidão mas quer vivê-la no meio de desconhecidos (Silvano, 2001: 24)", que procura a especificidade do espaço da cidade e tenta associá-la a um estilo de vida. "Encontrou-a no carácter transitório, efémero e movente das práticas sociais que percorrem as galerias (ruas comerciais cobertas por estruturas de vidro e ferro) (Silvano, 2001: 25)".

1.1.2 Estratégias de intervenção em espaços públicos

Uma estratégia de resposta à dispersão, segregação e segmentação que se verificam nas áreas urbanas, pode ser a reinvenção do espaço público. Para a regeneração do espaço público será necessário integrá-lo nos novos modelos de vida e percursos quotidianos, procurando estabelecer nele formas de sociabilização, de encontro e convivialidade entre os indivíduos. No espaço público o protagonismo é do pedestre e por isso é necessário enfrentar a invasão indesejada do automóvel e converter zonas a ele destinadas em zonas de peões; simultaneamente importa tornar as vias urbanas em lugares não só de circulação, mas sobretudo de permanência, de passeio, de lazer e encontro. "Cada vez que se transforma uma estrada ou uma praça num espaço pedonal libertando-a, portanto da invasão dos automóveis, ele torna-se imediatamente um polo de sociabilização, um lugar fortemente frequentado ou até um local de atividades lúdicas, com comedores de fogo, malabaristas, vendedores ambulantes... (Indovina, 2002: 122)".

Figura 1 - Dam Square, Amsterdão



Fotografia da autora, 05-2013

Figura 2 - Rua Augusta, Lisboa



Fotografia da autora, 08-2013

A ativação das praças e ruas através de animação lúdica e comercial ou a realização de eventos e ocasiões especiais temporárias nos espaços abertos podem ser estratégias para a revitalização do espaço público, contribuindo para a construção da memória coletiva e consequente identidade do lugar. De facto, é essencial garantir a intensidade do uso do espaço público por parte de todos, potenciando a diversidade de usos, de funções e de utilizadores. A multifuncionalidade, ou seja, a coexistência de usos comerciais, residenciais e equipamentos públicos potencia a existência de diversidade e de interação, sobretudo se essas funções forem destinadas a clientes distintos, com tempos diferentes de frequência, de forma a que seja possível uma *continuidade presencial*. Nesse âmbito, o fracionamento do espaço

bem como a oferta de variedade de espaços quanto à dimensão e custos, podem funcionar como estímulos à ocupação por utentes, funções e comércio diversos (Gonçalves, 1988: 25-26).

O combate à privatização do espaço público é essencial, como defendem Rémy e Voyé (1981), Borja (2000) e Indovina (2002), entre outros. Os autores sustentam que o espaço público remete obrigatoriamente para a noção de acessibilidade totalmente livre, "para o desenvolvimento de atividades não determinadas (...) em que o homem, como cidadão ou hospedeiro, tem uma liberdade total de circulação e onde é possível a interação livre e não controlada entre indivíduos supostamente autónomos (Rémy e Voyé, 1981: 91-94)." A propósito da acessibilidade nos espaços públicos, Borja (2000) distinguiu dois tipos de espaços que devem estar presentes e definidos: os *espaços do visível*, que correspondem ao que chama o *direito do olhar*, e os *espaços acessíveis*, relacionados com o *direito de visita*. Nesse sentido, Joseph (1998) argumenta que a acessibilidade depende da capacidade de articular visibilidades, oferecer deslocações e movimento e disponibilizar paragens perceptíveis (Castro, 2002: 55).

A qualidade formal do espaço público é fundamental quer para o conforto dos utentes, quer para o prestígio social atribuído ao espaço. A criação de espaços singulares, significativos e esteticamente agradáveis, pode contribuir para a projeção nacional e internacional do espaço, ou seja, constituindo uma imagem apelativa, o mesmo espaço poderá suscitar mais interesse e assim aumentar a sua notoriedade e frequência. O espaço público com "qualidades estéticas, espaciais e formais facilita as relações e o sentimento de pertença ao lugar (Borja e Muxi, 2003: 56)". Essa qualidade pode ser conseguida através da monumentalidade, de um uso social dominante, do uso de materiais nobres ou da presença de mobiliário urbano e iluminação adequados. A oferta de equipamentos para diversas atividades, como culturais, artísticas, desportivas, ou apenas para descanso, conversa, passeio, e para diversos grupos - sobretudo minorias e grupos em risco - são uma mais valia para o lugar público, contribuindo para a sociabilização e aproximação entre indivíduos e grupos sociais distintos.

Os espaços públicos ganham nova importância quanto ao reforço dos laços sociais e podem funcionar como instrumento para a coesão se considerados à luz das novas realidades socio-espaciais. Segundo Mayol (1980: 15), os confrontos gerados pela coexistência de grupos distintos podem ser minimizados pela contribuição individual à vida pública, isto se o espaço público proporcionar formas de apropriação diversas e inseridas na tradição cultural dos indivíduos que os frequentam. Neste âmbito, o espaço público terá um papel fundamental se "no confronto quotidiano (...) o sujeito encontrar oportunidades para desenvolver ações que tendem a alimentar a sua identidade pessoal, social e espacial (Matias Ferreira, Castro e Seixas, 2002: 93)". O respeito pela apropriação singular dos espaços parece fundamental à integração física e social do indivíduo. François Ascher (1998) defende que para o melhor funcionamento do espaço público como espaço que compreenda a diversidade, é estritamente necessária a existência de espaços específicos e comunitários para determinadas comunidades desenvolverem as suas práticas

culturais específicas. As trocas culturais provenientes da coexistência sincera de grupos distintos podem motivar a interação. Sobre a coexistência, Edward Hall (1966: 17) alertava para a "necessidade urgente de rever e alargar a nossa concepção da condição humana, de dar provas de maior realismo na nossa visão dos outros e na nossa visão de nós próprios. (...) Somente através de um esforço desta natureza, poderemos esperar entrar em comunicação com as outras etnias (...) como cada vez mais nos é exigido que nos tornemos capazes de o fazer".

1.1.3 Flexibilidade e apropriação de espaços públicos

Por vezes as opções do passado quanto à definição do espaço vivenciado não se coadunam com as vontades do presente, uma vez que o cidadão "vive normalmente numa cidade que não foi feita pelos seus contemporâneos, mas sim pelos antepassados; é verdade que a transforma e modifica, e que sobretudo a *usa* à sua maneira, descobrindo em si próprio a sua vocação peculiar, mas é, de imediato, uma realidade recebida, herdada, *histórica* (Chueca Goitia, 1982 "2010": 34)". Ao longo do processo de criação de novos espaços públicos é essencial considerar a sua capacidade de adaptação a outras finalidades e funcionalidades, dada a imprevisibilidade dos modos de vida e mutabilidade das necessidades. No que diz respeito aos espaços públicos, "quanto mais versáteis são mais utilizados serão, numa sociedade em mudança constante (Francisco, 2005: 5)". Observa-se que a presença de diferentes usos simultâneos, ou seja a multifuncionalidade, bem como de diferentes usos no tempo, contribui para a ativação contínua e eficaz do espaço público. Portas (1968) defende que a adaptação do uso e modificação dos programas é necessária já que os *standards* variam consoante os grupos sociais e as necessidades de cada grupo são também mutáveis no tempo. Assim, distingue sistemas fechados de sistemas abertos, os últimos que admitem inter-relações no espaço e se regeneram no tempo. Sustenta a favor da diversidade de oferta de usos num sistema e de um "projeto arquitetural de uma verdadeira espinha dorsal que assegure (...) igual disponibilidade de espaços para usos coletivos tendendo no limite para a liberdade de escolha do cidadão do conforto do ambiente local que lhe é familiar ou do estímulo de um ambiente diferente situado noutro ponto da mesma espinha (Portas, 1968: 88)".

A versatilidade e mutabilidade que se pretendem do espaço público, para que se adapte à evolução constante das cidades e às vontades das suas populações, remetem necessariamente para a atribuição de características de flexibilidade e adaptabilidade quanto ao uso e apropriação durante a criação e desenho do mesmo. Sobre a flexibilidade dos espaços disse Koolhaas (1997: 240) que "não é a antecipação exaustiva de todas as modificações possíveis. Muitas alterações são imprevisíveis (...) A flexibilidade é a criação de uma capacidade de ampla margem que permite diferentes e mesmo opostas interpretações e usos". Assim, observamos que a flexibilidade depende da diversidade de usos e apropriações possíveis, permitindo a expressão livre da vontade singular dos indivíduos, tendo presente

que esses mesmos usos e apropriações só terão lugar se forem induzidos pelas próprias características do espaço. Regista-se uma aparente contradição entre a liberdade de uso, pela indefinição dos espaços, e a indução ao uso, pela definição dos mesmos. A apropriação dos espaços, ao invés de controlada e definida, poderá antes ser sugerida e ambígua através da utilização de diversos dispositivos durante a composição de um sistema urbano ou, neste caso, de espaço público.

Em *Life Between Buildings*, Jan Gehl (2006) assume um forte posicionamento sobre a forma como o espaço entre os edifícios, ou seja o espaço público e os espaços de transição, pode ser pensado de forma a que cumpra os seus objetivos fundamentais, físicos e sociais, já descritos anteriormente, e suscite de forma eficaz a apropriação dos seus utilizadores. O autor parte de uma escala mais abrangente e fala sobre cidade e sobre como a morfologia do edificado bem como a rede de tráfego automóvel e pedonal têm profunda influência sobre a forma como as cidades são vividas. Sustenta, por exemplo, que regra geral, se os edifícios forem baixos e pouco separados, se existir tráfego pedonal, zonas para estar na rua e em relação direta com a habitação, edifícios públicos e locais de trabalho estamos perante uma cidade viva. Gehl relaciona as dimensões arquitetónicas com as dimensões sociais referindo que em conjuntos edificatórios com dimensões modestas, com ruas estreitas, espaços pequenos, onde os edifícios e detalhes construtivos podem ser observados a curta distância, dá-se uma maior intensidade na vivência dos espaços uma vez que se tornam íntimos e pessoais. Pelo contrário, em conjuntos edificatórios de grande escala, com espaços grandes, ruas direitas e largas e edifícios altos, os espaços tornam-se frios e impessoais, não apropriáveis, com falta de vida (Gehl, 2006: 37-79).

Figura 4 - Évora, centro histórico



Fotografia da autora, 03-2014

Figura 3 - Rovinj, Croácia



Fotografia da autora, 05-2012

Nesse seguimento e relacionando com a questão das dimensões, o autor introduz os fatores da percepção e do contacto, dos sentidos e da comunicação. Argumenta que a disposição física dos elementos do espaço público tem influência sobre a inibição ou fomentação do contacto dos indivíduos e que para o desenvolvimento de atividades sociais exteriores o *ver* e o *ouvir* são fundamentais como fatores de projeto. O que mais suscita interesse nos outros são as pessoas e as atividades humanas, pelo que importa explorar essas vertentes no desenho do espaço público (Gehl, 2006: 73).

Figura 5 - "Los sentidos e la comunicación"



Adaptado a partir de "La Humanización del Espacio Urbano: la vida social entre los edificios", Gehl, 2006, p.72

O nível de atividade no espaço público pode ser fomentado, como anteriormente foi referido, pela diversidade e duração das funções ali desempenhadas, ou seja, assegurando o uso por parte de um maior número e diversidade de pessoas por um lado e por outro, fomentando estadias individuais e coletivas de maior duração. Gehl relaciona novamente o campo sensorial com a atividade no espaço público, tomando por referência as cidades antigas tais como Veneza. As ruas pedonais de Veneza, de aproximadamente 3m de largura, garantem uma concentração de atividade significativa, são ruas vivas, habitacionais e comerciais, onde o comércio se estende frente a frente bem como as portas de entrada para as habitações. Esta concentração e presença de muitas portas torna o espaço público mais ritmado e interessante, ao mesmo tempo que reduz as distâncias a pé, melhorando o nível de atividade e por conseguinte a vida da rua. A integração de atividades e categorias de pessoas diferentes exorta à estimulação e inspiração mútua (Gehl, 2006: 87-113).

Figura 6 - Apropriação da frente ribeirinha.
Expansão do piso térreo para o exterior



Fotografia da autora, 05-2013, Amsterdão

Figura 7- A presença de muitas portas



Desenho da autora, 05-2013, Amsterdão

Para a ativação do espaço público retornamos à componente da flexibilidade, nomeadamente na definição dos limites, das noções de privado/público e interior/exterior. Os limites flexíveis, ou zonas de transição, podem funcionar como elementos de conexão que tornam mais fácil, tanto física como psicologicamente, a vivência dos espaços pelos utilizadores. Nesta perspetiva considera-se o piso térreo dos edifícios, o de transição, como o espaço passível de ser modificado, onde a flexibilidade dos seus limites pode suportar apropriações e usos diferentes consoante a vontade dos utilizadores. Como exemplos observamos o caso de vários edifícios em Barcelona que recuperaram o conceito de trabalho-casa sendo o espaço da oficina a transição entre o privado, a casa, e o público, a rua (Figura 8); ou as unidades de comércio de pequena dimensão que se orientam e prolongam para a rua em Tokyo (Figura 9); ou ainda a Galeria Storefront for Art and Architecture (Figura 10), em Nova Iorque de Steven Holl e Vito Acconci (1993) em que toda a parede da frente é uma porta que, ao abrir-se, estabelece um contacto mais direto com o espaço público (Rehabitar nº4, 05/2010).

Figuras 8, 9 e 10 - Estabelecimentos comerciais que se estendem para a rua



em Rehabitar, nº4, Maio 2010

A flexibilidade ativa implica a possibilidade de mudança física e imediata do espaço, podendo gerar apropriações totalmente diversas do espaço público (exterior), imprimindo-lhe uma vivacidade constante:

o uso de algumas ruas como mercado durante a manhã e zona de esplanadas durante a tarde, em Girona, Espanha; a multiplicidade de atividades simultâneas nas ruas de Roma; o corte do trânsito e a distribuição de mobiliário urbano pela Times Square, Nova Iorque, durante um evento em 2009; a apropriação diferente ao longo do ano do Parque Városliget de Budapeste, como ringue de patinagem, lago e recinto para concertos; o recinto da feira semanal de Guimarães, cujas estruturas amovíveis das tendas dão lugar a uma praça livre (Rehabitar nº3, 09/2010).

Figuras 11 e 12 - Times Square, Nova Iorque: situação temporária pedonal em 2009 e situação habitual de tráfego viário e pedonal



Rehabitar, nº3, Setembro 2010



www.travlang.comblogwp-content/uploads/2010/04/times-square_123.jpg, consultado a 09-04-2014

Figuras 13 e 14 - Parque Városliget, Budapeste: no Inverno, como pista de patinagem no gelo e no Verão, como lago.



comedytravelwriting.files.wordpress.com/2013/12/budapest-1.jpg, consultado a 09-04-2014



www.zeus.aegee.orgmagazinewp-content/uploads/V%C3%A1rosliget.jpg, consultado a 09-04-2014

Figuras 15 e 16 - Recinto da feira semanal de Guimarães: com a feira ativa e durante o evento "Guimarães a pedalar" em 2012



0_FOTOS_Equipamentos_2011_feira_semanal_nova_grande_detalhe, consultado a 09-04-2014



http://www.acm.pt/acmcsv/noticia_1661_8.jpg, consultado a 09-04-2014

*"Comercio, fútbol, mítenes políticos, oficios religiosos, conciertos, teatros, actuaciones, cafés con terrazas, exposiciones, juegos y bailes pueden coexistir en la plaza (Gehl, 2006: 119)"*¹

Praças, pátios ou ruas importantes das cidades são muitas das vezes palco de eventos, festivais, feiras ou concertos que atraem as pessoas para o espaço público promovendo assim a interação entre grupos distintos. É o caso dos espetáculos, feiras e workshops que se realizam na Hauptplatz, no centro histórico de Graz, aos fins-de-semana, povoados de gente de todas idades, que ali se juntam e interagem; ou o quarteirão dos Museus em Viena, que ganha vivacidade acrescida num evento especial realizado uma vez por ano, a *Museum's Night*, que além de promover a visita aos museus, organiza eventos no espaço público que ocorrem simultaneamente, durante toda a noite, tais como concertos e performances de dança; ou ainda a feira de artesanato e festival de comida típica que se realizam com frequência ao longo da rua principal de Szentendre, uma pequena vila húngara nos arredores de Budapeste.

Figuras 17, 18 e 19 - Apropriações temporárias de espaços públicos - Hauptplatz (Graz, Áustria), centro de Szentendre (Hungria), centro de Praga (República Checa)



Fotografia da autora, 09-2013



Fotografia da autora, 09-2013



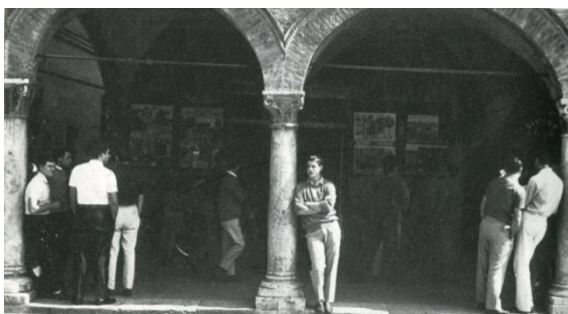
Fotografia da autora, 11-2011

O planeamento de atividades ou eventos temporários em determinados espaços públicos, destinados ao lazer, descanso e cultura, origina vivacidade imediata no espaço que sobrevive no tempo pelo significado, carácter e memória que lhe atribuem. No entanto isto só acontece se os espaços forem desenhados de acordo com as necessidades básicas dos indivíduos e compostos por elementos de qualidade significativa. Falamos das atividades mais elementares desempenhadas pelos utilizadores no espaço público, tais como caminhar, estar de pé, sentar-se, ver, ouvir e falar, que são base para todas as outras atividades opcionais, sociais e recreativas (Gehl, 2006: 143-145). No espaço público deve-se caminhar livre e confortavelmente, as ruas por onde se circula devem ser interrompidas por praças, onde se permanece; as distâncias devem ser curtas e interrompidas por sítios de descanso e mobiliário que permita a permanência; deve existir a possibilidade de caminhar pelo limite do espaço, numa zona coberta, protegida das condições atmosféricas, que permita disfrutar simultaneamente do encerramento e

¹ Ao longo de todo o texto optou-se por manter as citações nos idiomas originais de forma a não comprometer o seu significado na tradução.

escala humana e da vista de todo o espaço aberto. No espaço público aberto as pessoas têm tendência a *parar e ficar* junto ao limite, perto das fachadas dos edifícios, pelo que é importante o tratamento das mesmas: a irregularidade da superfície da fachada indicia à sua apropriação, bem como a orientação e a materialidade; as zonas de entrada, de transição, as escadas ou até o passeio são lugares no limite cuja apropriação tende a ser frequente.

Figuras 20 e 21, 22 e 23 - A apropriação do limite



Gehl, 2006, p.162



Fotografia da autora, 05-2013, Amsterdão



Fotografia da autora, 05-2013, Amsterdão

A existência de lugares para sentar no espaço público é essencial. A diversidade dos assentos é importante bem como a consideração de fatores como a vista, a orientação solar e a comodidade. Referimo-nos à disponibilização de mobiliário urbano mas também aos dispositivos que não servem necessariamente esse propósito mas que podem ser apropriados, tais como as escadas, os pedestais, os nichos, que, por desempenharem mais do que uma função, tendem a ser mais utilizados. Para ver, ouvir e falar no espaço público é importante a questão das dimensões; a este respeito Lynch (1984) referiu que nos bons espaços urbanos, que incitam o contacto, raramente se encontram dimensões superiores a 110 metros. A sua argumentação fundamenta-se nas dimensões que encontramos habitualmente nas agradáveis praças das cidades medievais no sul da Europa, que variam entre os 25 e os 100 metros (Gehl, 2006: 147-179).

"(...) todas las actividades sociales significativas, las experiencias intensas, las conversaciones y las caricias se producen quando las personas están de pié, sentadas, tumbadas o caminando. (...) sólo a "pié" puede funcionar una situación como oportunidad significativa para el contacto y la información, en la que el individuo se sienta a gusto y puede tomarse su tiempo para experimentar, parar o participar." (Gehl, 2006: 82)

Figuras 24 e 25 - A apropriação de espaços públicos



Fotografia da autora, 05-2013, Amsterdão



Fotografia da autora, 09-2013, Budapeste

Na cidade de Lisboa, como é o caso da generalidade das cidades mediterrânicas, a vivência do espaço público tende a ser bastante expressiva já que o próprio clima favorece atividades ao ar livre, mas também porque a própria cultura dos povos latinos assenta no encontro e comunicação. A tradição da cidade está presente no desenho do espaço público, tanto que encontramos na língua portuguesa, como em poucas, nomes específicos que caracterizam os diferentes tipos de espaço público: a avenida, a rua, o beco, a calçada, a praça, a praceta, o largo, o miradouro, as escadas e escadinhas. De facto, a familiaridade com que denominamos os nossos espaços públicos reflete a forma e intensidade com que os experimentamos, como uma autêntica sala-de-estar comum e exterior onde se torna possível o aproveitamento do clima bem como a observação da paisagem, fatores que à partida potenciam a permanência e apropriação ao mesmo tempo que incitam o desenvolvimento de atividades espontâneas e diversas.

Os espaços públicos lisboetas são alvo de intervenções e apropriações temporárias ao longo de todo o ano mas sobretudo durante os meses mais quentes nos quais são com frequência organizados eventos de música, dança e gastronomia, entre outros. As áreas públicas centrais tais como o Terreiro do Paço, o Rossio ou a praça do Martim Moniz são autênticos palcos da vida urbana pública no dia-a-dia mas sobretudo durante ocasiões especiais tais como celebrações de dias importantes, concertos e espetáculos ao ar-livre. No caso da praça do Martim Moniz, a renovação do desenho urbano e a instalação de tendas de gastronomia variada e comércio multicultural, o Mercado de Fusão, ativou a

praça e zonas envolventes de forma significativa e promoveu o contacto entre culturas diferentes. Pela importância dada ao espaço e vida públicos, Lisboa tornou-se palco de inúmeros eventos culturais temporários tais como o OutJazz, festival de música realizado durante o Verão, aos fins-de-semana, em diversos espaços públicos da cidade, Martim Moniz, Terreiro do Paço, miradouro do Toren, jardim do Campo Grande, jardim da Torre de Belém e Parque das Nações, entre outros; ou ainda o Vodafone Mexefest, outro festival de música no qual vários concertos têm lugar em simultâneo, em edifícios públicos, cafés e restaurantes espalhados por toda a cidade. Outro importante evento lisboeta em Junho, e segundo a tradição dos santos populares, são as Festas de Lisboa, que enchem as ruas, praças e edifícios públicos de pessoas locais e estrangeiras e dessa forma promovem o contacto e comunicação no espaço público.

Como já referimos acima, os espaços reservados aos peões, onde o acesso automóvel é restrito, são os mais apropriáveis porque permitem uma expansão para o exterior das funções dos pisos térreos dos edifícios. A rua das Portas de Santo Antão, junto ao limite da colina de Santana, é um bom exemplo de uma rua pedonal ativada pelas funções comerciais e culturais que distribui ao longo de todo o seu comprimento. Neste caso, a concentração de equipamentos públicos ligados às artes performativas tais como o Coliseu dos Recreios e o Politeama, bem como a presença de cafés, restaurantes e bares diversos ativam a vivência da rua e promovem a sua apropriação.

Figuras 26, 27 e 28 - A apropriação de espaços públicos em Lisboa - Mercado de Fusão (Martim Moniz), Out Jazz (Belém) e a Rua das Portas de Santo Antão.



<http://imagens.publico.pt/imagens.aspx/418429?tp=KM&w=620>, consultado a 03-06-2014



<https://www.facebook.com/outjazz2012>, consultado a 14-06-2014



<http://static.publico.pt/files/lisbonweek/multimedia/rua/rua07.jpg>, consultado a 03-06-2014

O entendimento da definição de espaço público e observação dos seus problemas atuais conduziram-nos a possíveis resoluções entre as quais encontramos algumas que podem ser aplicadas durante a criação e desenho da cidade. Falámos de flexibilidade no espaço público como estratégia para ativar a intensidade da vida pública, mas também como forma de servir as vontades de indivíduos distintos que o utilizam, e ao mesmo acompanhar a mutabilidade dessas vontades. Assim consideramos que "o espaço público deve organizar um território capaz de suportar diferentes usos e funções e não se ignorar que ele é também espaço de expressão coletiva, da vida comunitária, de encontro (...) (Castro, 2002: 55)". Se as transformações dos modos de vida ocorrem a uma velocidade superior à das transformações da estrutura urbana não será viável que a última esteja apta a suportar de forma sustentável essa mudança? Quais as características necessárias para que a mesma forma de cidade permaneça no tempo, capaz de sustentar a mutabilidade de funções e usos?

Numa aproximação ao estudo da cidade, Aldo Rossi (1966) introduz o conceito de *facto urbano*, como a totalidade de todas as partes que a definem. Na explicitação do termo referido menciona as componentes fundamentais para a consideração de cidade como *facto urbano* tais como a individualidade, o *locus*, a memória e o desenho, negando a aplicação dos valores da cidade e da arquitetura pela função. No decorrer do seu discurso é feita uma crítica ao funcionalismo segundo o qual as funções resumem a forma e constituem o *facto urbano* e a arquitetura. A descrição da função para a definição de cidade é legítima desde que considerada à luz das outras componentes constituintes de cidade, acima referidas, e sem colocar "qualquer elemento de continuidade entre o *genre de vie* e a estrutura urbana (Rossi, 2001: 71)". Assim, o autor defende que a mutabilidade dos modos de vida e suas necessidades funcionais relativamente à cidade justifica que, de alguma forma, a estrutura urbana seja independente dos mesmos, de tal forma que a cidade possa ser considerada como *facto urbano* e permanecer na sua essência e não na sua função. Rossi sugere que se "cada função se revela através de uma forma, a qual, é a possibilidade de existência de um *facto urbano*, podemos afirmar que em qualquer caso uma forma, um elemento urbano, permite um levantamento de dados; e se esta forma é possível, também é possível pensar que um determinado *facto urbano* permaneça com ela e que (...) talvez seja precisamente o que permanece, num conjunto de transformações o que constitui um *facto urbano* por excelência (Rossi, 2001: 72)".

2.1 A permanência da forma

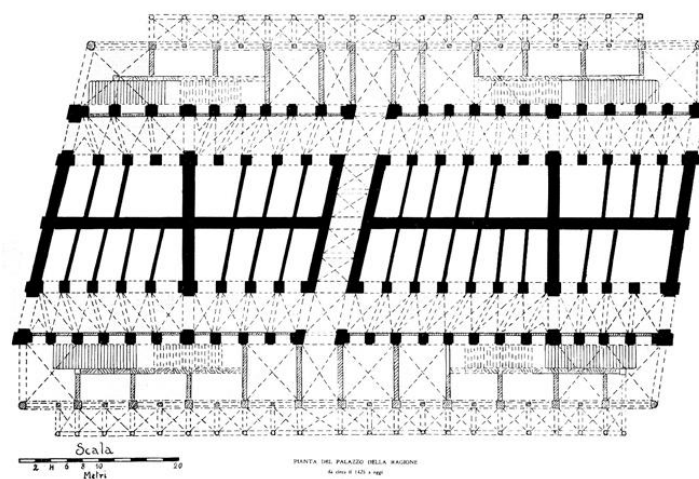
2.1.2 O facto urbano e os elementos primários

Para a explicação dos factos urbanos e no sentido de abstracção da classificação de cidade apenas pela função, o autor baseia-se, entre outras, na perspectiva de Milizia (1832). Este último procedeu à divisão de cidade em *edifícios urbanos privados* e *edifícios urbanos públicos*, teoria que Rossi tornou mais abrangente ao introduzir dois conceitos que serviriam de base para a sua argumentação: as áreas-residência e os elementos primários (Rossi, 2001: 66). O autor dedica-se essencialmente à descrição do conceito de elemento primário definido pelo facto urbano gerador de cidade e de vida pública que permanece no tempo na sua forma e significado. Ora estes elementos primários funcionam como núcleos de agregação, caracterizadores das respetivas áreas-residência e são catalisadores do processo de urbanização da cidade, conquistando a importância no tecido urbano que lhes garante uma permanência no tempo independente da função original atribuída. Essa função inicial tem, segundo Rossi, que compreender o que chama de atividades fixas, equipamentos de uso coletivo como hospitais, escolas, armazéns, etc. O autor defende que esta perspectiva "contradiz todos aqueles que creem que as funções preordenadas possam, de per si, orientar os factos e que creem que o problema seja o de dar forma a certas funções; na realidade são as próprias formas que, ao constituírem-se, vão para além das funções que devem desempenhar, elas colocam-se como a própria cidade (Rossi, 2001: 172)".

O elemento primário é definido por parâmetros tais como o valor estético e da memória, posição partilhada com Mumford (1938) e Levi-Strauss (1955) que consideraram a cidade como obra de arte, entendida e experienciada artisticamente, e como resultado da apreensão da individualidade dos seus habitantes, contribuindo para a construção de uma memória coletiva (Rossi, 2001: 46). Tanto a artisticidade como o significado do facto urbano assumem um papel predominante relativamente à função que, apesar de essencial na origem para a marcação da sua presença, se revela efémera e por isso secundária. Para a identificação do elemento primário, Rossi apoia-se na teoria das permanências de Marcel Poète (1929), expressa nos monumentos, nos sinais físicos do passado e nas persistências dos traçados ou planos. As permanências podem tornar-se factos "isolantes e aberrantes" relativamente ao resto da cidade caso o sentido se compreender apenas pela análise do seu passado e do respetivo contexto histórico. A estas Poète chama-lhes patológicas. Por oposição, distingue os elementos permanentes de modo vital, nos quais ainda se experimenta a forma do passado mas cuja função se adequa ao presente (Rossi, 2001: 75). Assim, a forma mantém a vitalidade necessária para continuar a funcionar e permanecer no tempo. O Palazzo Della Ragione em Pádua é exemplo disso, já que a sua forma física persistiu no tempo não obstante as diferentes funções a que deu lugar. O palácio poderá dever parte da sua permanência à classificação de monumento e à sua presença como obra de arte, mas

também ao facto de continuar a funcionar como mercado de venda a retalho no rés-do-chão que se prolonga nas praças adjacentes, contribuindo para a constante vitalidade do edifício e do seu contorno urbano. Sobre este tipo de edifício histórico, que subsiste no traçado da cidade, Rossi afirma que "pode ser entendido como facto urbano primário, ele resulta desligado da sua função originária, ou apresenta no tempo várias funções, no sentido do uso a que é destinado sem, no entanto, modificar a sua qualidade de facto urbano gerador de uma forma de cidade (Rossi, 2001: 128)."

Figura 29 - Palazzo Della Ragione, Pádua, planta do piso térreo, desde 1425 até hoje.

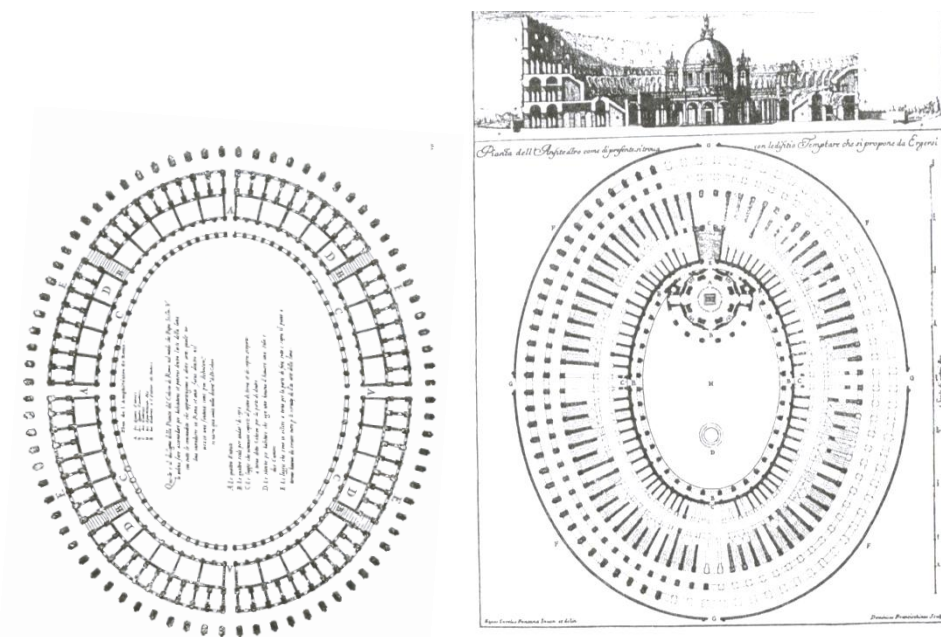


Reconstrução de A. Moschetti, Rossi, 1977, p.44

A individualidade do elemento primário bem como a forma e excecionalidade que assume no tecido da cidade são essenciais para a sua permanência. Rossi defende que a obra arquitetónica é assim capaz de conduzir às mudanças que ocorrem na cidade já que acompanha o processo evolutivo da mesma, como é o caso dos anfiteatros romanos. O Coliseu de Roma, projetado originalmente como recinto de espetáculos, após a queda do império romano, alterou definitivamente a sua função mantendo no entanto a sua matriz principal. Desde cedo considerado o ícone da própria cidade, o Coliseu foi objeto de inúmeros projetos que procuraram restabelecer a sua utilidade funcional como o de Sisto V, que propunha a instalação de uma fábrica de fiação de lã, ou mais tarde o de Carlo Fontana, que o transformava em fórum com uma igreja de planta central. Também os anfiteatros de Nîmes e de Arles, em França, foram sendo alterados ao longo do tempo pelos diferentes povos que deles se apropriaram. Por vezes essa mudança foi estimulada por acontecimentos dramáticos, situações em que foi preciso tirar partido da condição de invólucro, transformando as estruturas em fortalezas e criando habitação no seu interior para proteção da população. O mesmo aconteceu com o Palácio Dioclesiano de Split que se viu transformado em cidadela no âmbito de refugiar a população no interior de suas muralhas por altura das invasões eslavas. Registou uma mudança significativa na sua estrutura, sobretudo devido à rápida densificação, conservando todavia a matriz primária segundo a qual o palácio havia sido construído. De

facto, os princípios fundamentais sobreviveram, tais como a muralha e a construção *intra muros*, a composição organizacional romana *cardus - decomanus*, as portas de entrada e alguns elementos mais significativos como o Mausoléu, o Peristilo, o Vestíbulo e parte do Templo.

Figuras 30 e 31 - Coliseu de Roma - projetos de transformação: fábrica de fiação de lã (Sisto V, 1590) e fórum com igreja de planta central (Carlo Fontana, 1707)



Rossi, 1977, p.130 e 131

Figura 33 - Representação do anfiteatro de Arles antes do seu restauro.



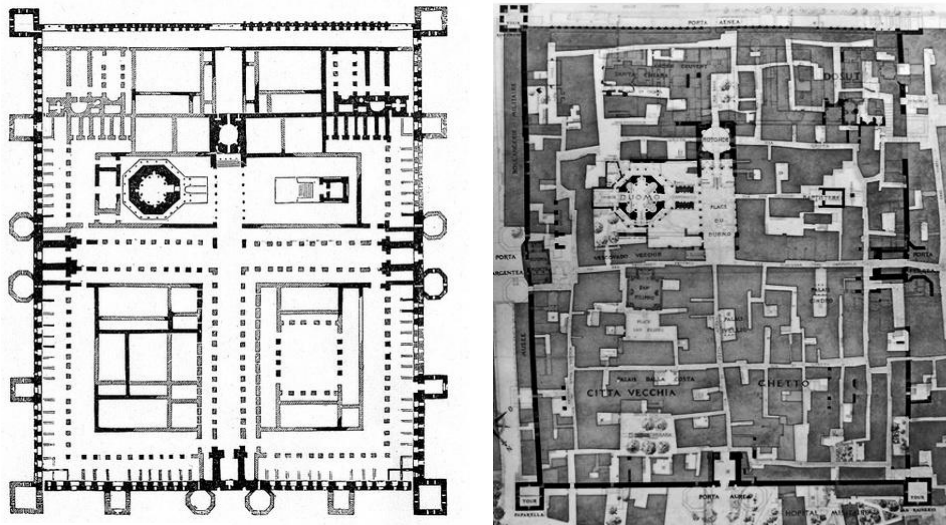
Desenho de J. D. Arding, gravura de B. Allen, 1836, Rossi, 1977, p.125

Figura 32 - Nîmes, espectáculo nas ruínas do anfiteatro romano



Moreira, 2012, p.29

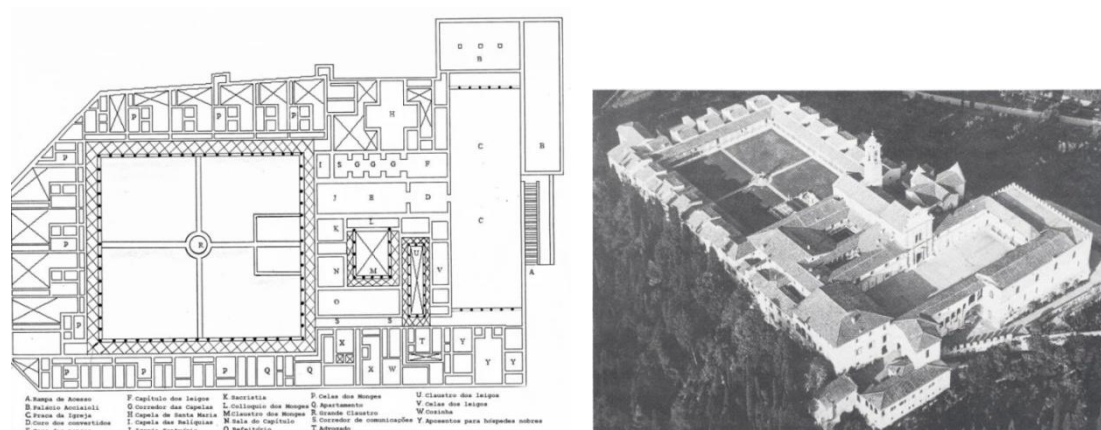
Figuras 34 e 35 - Palácio Dioclesiano e cidadela de Split.



Moreira, 2013, p. 13

O facto urbano primário que permanece, no seu significado e arquitetura, pode ser considerado aquele que se resolve em si mesmo "porque apenas a presença de uma forma fechada e precisa, permite a continuidade da produção de acções e de formas sucessivas (Rossi, 2001: 129)". O elemento primário, apesar de caracterizador do contorno urbano, mantém o seu funcionamento independente do mesmo. Um exemplo disso é o Convento da Cartuxa, no Vale da Ema em Galluzzo, Florença, que resume em si uma planificação espacial de certa forma semelhante à ideia de cidade. A interioridade imposta pela própria tipologia do convento está presente e, no entanto não se resume na experiência íntima do espaço. Pelo contrário, fomenta a existência de uma polaridade entre o domínio privado e o coletivo que se articulam através de uma sequência de praças e claustros cujo grau de intimidade é definido tanto pela acessibilidade como pelos elementos físicos que lhes estão associados. A multifuncionalidade é condição necessária para o funcionamento do convento enquanto um todo e contribui necessariamente para a noção do coletivo. Se os claustros estimulam a vivência coletiva e agregação dos diferentes módulos, por sua vez as celas possuem uma autonomia significativa, constituídas como apartamentos com jardim próprio. Essa organização específica da cela, de interioridade, não anula a interdependência dos dois domínios coletivo-privado; pelo contrário, através da clara hierarquização estabelecida, garante o seu funcionamento à semelhança da relação casa-cidade (Moreira, 2013: 34-35).

Figuras 36 e 37 - Convento da Cartuxa, Vale de Ema, Galluzzo, Florença: Planta e vista aérea



em http://www.sismus.org/blog/?page_id=1816), consultado em 03/04/13

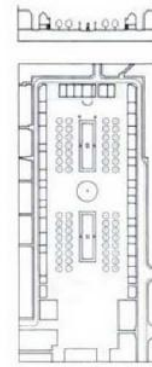
Curtis, 1986, p. 23

2.1.2 O facto urbano e o aspeto coletivo

Rossi referia Mumford a propósito da importância do aspeto coletivo para a persistência do facto urbano na cidade, ela mesma "contemporaneamente um instrumento material de vida coletiva e um símbolo daquela comunhão de fins e de consensos que nasce em circunstâncias particularmente favoráveis (Mumford, 1938 [Rossi, 2001: 47])". Essa memória coletiva provém da reciprocidade que pode existir entre o espaço público e os indivíduos. Ou seja, o facto urbano, de carácter público, apreende a individualidade dos seus utilizadores e estes, por sua vez, apropriam-se dele de forma constante garantindo-lhe vitalidade. Como diria Rossi, "o aspeto coletivo parece constituir a origem ou o fim da cidade (Rossi, 2001: 172)".

De facto, os elementos primários, como caracterizadores do seu contorno urbano, são geradores de vida pública, de significado e memória coletiva e são principalmente essas características que os transportam através do tempo. Consideraram-se factos urbanos primários não só os edifícios de utilidade pública caracterizantes do tecido urbano mas também os próprios espaços, pertencentes ao domínio público, que eles definem. Assim, esses espaços absorvem as mesmas qualidades e persistem no traçado urbano pelas mesmas razões. Tomemos por exemplo o Palais Royal em Paris projetado por J.V.Louis em 1780. O projeto consistiu na reconversão do jardim do palácio real em espaço público que foi delimitado, em três lados, por edifícios de habitação nos pisos superiores e atividades comerciais nos pisos térreos, ao longo de uma arcada contínua. Trata-se de um dos espaços públicos até hoje mais frequentados da cidade pela localização central e pela qualidade espacial que possui, não só nas proporções dos edifícios como também na variedade de elementos que oferece à vida pública tais como áreas verdes, de sombra, bancos, esplanadas, etc (Hertzberger, 2005: 64).

Figura 38 - Vista, planta e corte, Palais Royal, Paris



Hertzberger, 2005, p.64

Os factos urbanos que conservam importância na estrutura urbana são por vezes aqueles que se oferecem à apropriação espontânea e diversa dos indivíduos. A *Piazza del Campo*, em Siena, possui por si só qualidades específicas que a tornam única e também por isso geradora de vida pública. A sua localização privilegiada na cidade, a forma quase fechada, a inclinação do pavimento e a luz que incide na fachada sul nos cafés que se prolongam para o exterior transformam esta praça numa autêntica "sala-de-estar urbana". Importantes eventos têm lugar nesta praça como o *Palio dell Contrade*, uma corrida de cavalos disputada pelos bairros da envolvente. Para esta ocasião a praça transforma-se em recinto e pelo perímetro distribui-se uma plataforma elevada onde milhares de pessoas se juntam para assistir. São estes momentos que constituem a memória coletiva do lugar e que assim lhe atribuem mais significado. O mesmo acontece na *Plaza Mayor* em Chinchon, Espanha. A praça serve geralmente de mercado mas transforma-se em arena para dar lugar à corrida anual de touros. As arcadas do piso térreo e as varandas dos apartamentos nos pisos superiores tornam-se plateias. Certos espaços reúnem características favoráveis a determinados acontecimentos, entre elas destaca-se a ambiguidade espacial que ao permitir a mutabilidade do uso garante a apropriação espontânea e singular dos indivíduos. A expressão simultânea da vontade individual e do coletivo contribuem necessariamente para a construção do significado e da memória do lugar (Hertzberger, 2005: 66).

"In so far as something is designed for everyone, that is a collective starting point, we must concern ourselves with all the conceivable individual interpretation there of - and not only at a specific moment in time, but also as they change in time (Hertzberger, 2005: 92)"

Figura 40 - Piazza Del Campo, Siena



Hertzberger, 2005, p.66

Figura 39 - Plaza Mayor, Chinchon



Hertzberger, 2005, p.66

2.1.3 O facto urbano e a qualidade

Mumford (1938) defendia que a natureza do facto urbano apresenta semelhanças à da obra-de-arte na medida em que é condicionado mas também condicionante. "O pensamento toma forma na cidade e por sua vez as formas urbanas condicionam o pensamento (Mumford, 1938 [Rossi, 2001: 47])". Também a unicidade e a artisticidade são características comuns entre o facto urbano e a obra-de-arte e contribuem para a sua qualidade. A qualidade do facto urbano poderá ter influência na sua permanência no tempo, como assim o defende Christopher Alexander (1979). O autor estabelece a diferenciação entre os factos urbanos ou espaços que "vivem" dos que "não vivem", definindo os primeiros como aqueles cuja vitalidade permanece pela *qualidade sem nome*, "*the quality without a name*", que lhes está inerente (Alexander, 1979: 19). Segundo Alexander, essa qualidade pode ser conseguida em qualquer espaço projetado a partir do que chama *patterns*, padrões gerais para a definição do espaço. Os padrões estão relacionados com os aspetos básicos das necessidades e do comportamento dos indivíduos no espaço sendo por isso aplicáveis, de uma forma geral, a todos os casos. É proposta a combinação de determinados padrões segundo uma sequência específica e adequada a cada situação.

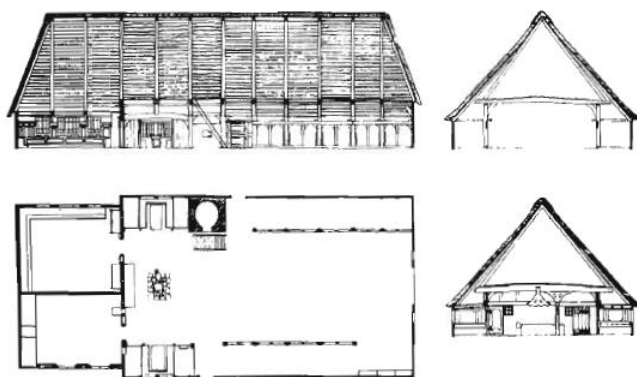
Alexander procura uma abordagem geral, uma regra que possa ser aplicada em todas as situações, afastando-se da ideia de que é a tipologia, e função associada, que define as características do espaço. Defende que existem necessidades e comportamentos constantes nos indivíduos e que são eles que devem, primeiramente, determinar a organização e presença de certos elementos que compõem o espaço. Assim, pela utilização de *padrões que vivem*, "*patterns which are alive*", comprovados inúmeras

vezes, a qualidade do espaço poderá facilmente ser obtida e transportada através do tempo. Sustenta a sua teoria com a explicitação de alguns dos *padrões que vivem*, tais como a *alcova numa sala comum*, que surge como resultado da observação do comportamento do indivíduo num espaço comum (Alexander, 1979: 75). Este tipo de espaços, habitados simultaneamente por vários indivíduos, à semelhança dos espaços públicos referidos anteriormente, podem melhorar o seu funcionamento através de dispositivos que permitam a expressão da individualidade e assim constituir a noção do coletivo. A presença de um elemento situado no "*in-between*" do comum e do individual revela-se essencial para a qualidade do espaço e contribui necessariamente para uma maior vivência do mesmo (Hertzberger, 2005: 32). O mesmo se aplica nas relações exterior-interior e público-privado, as quais devem ser articuladas por elementos de transição, como uma mudança de nível, de direção, do campo visual ou do tipo de luz (Alexander, 1979: 132). Também estes espaços, ao difundirem um limite num lugar específico, podem originar apropriações diversas que por sua vez proporcionam vitalidade ao todo.

Outro exemplo que o autor utiliza para explicitar o que entende por *padrões que vivem* é o *lugar à janela*, *window place* (Alexander, 1979: 111). Por inúmeras vezes exemplifica como este tipo de lugares podem ativar a vivência de um espaço, novamente estabelecendo relações com o comportamento do utilizador e a sua tendência para apropriar-se dos espaços que oferecem determinadas características, como a luz natural e a relação com o exterior. Na explicitação de outro *padrão*, Alexander transporta-nos para um pátio londrino, onde uma parede de tijolo orientada a sul absorve a radiação, transmite calor e aquece um pessegueiro:

"The tree, carefully tied to grow flat against the wall; warming the bricks; the peaches growing in the sun; the wild grass growing around the roots of the tree, in the angle where the earth and roots and wall all meet (Alexander, 1979: 25)".

Figura 41 - A alcova individual no espaço comum - Casa dinamarquesa do séc. XVII.



Alexander, 1979, p.249

Figura 42 - "Window place"



Alexander, 1979, p.244

Certos dispositivos despertam os sentidos do indivíduo e convidam à utilização do espaço. Ele experimenta o espaço através do campo sensorial, como tal a presença desses elementos contribui para uma experimentação e apropriação mais intensa. A combinação de elementos isolados, os denominados *"living patterns"*, portadores da *qualidade sem nome*, promove inevitavelmente a qualidade do todo bem como a continuidade e permanência desse espaço no tempo.

"And when a building has this fire, then it becomes a part of nature. Like ocean waves, or blades of grass, its parts are governed by the endless play of repetition and variety created in the presence of the fact that all things pass. This is the quality itself (Alexander, 1979: 137)".

2.1.4 O facto urbano e a permanência

Nos parágrafos acima, procurou-se uma aproximação à pergunta, *quais as condições necessárias para a permanência da forma?*, considerando algumas perspetivas sobre o assunto e observando as características de determinados casos que conseguiram sobreviver no tempo. Tomou-se como ponto de partida a definição de cidade de Rossi, segundo a qual considera essencial a presença dos factos urbanos e mais especificamente dos elementos primários, definidores e caracterizantes do tecido urbano. Nesse sentido, referiu-se a teoria das permanências de Poète, que justifica a continuidade de determinados factos urbanos, tais como monumentos, pela vitalidade que neles se experimenta no presente.

Observou-se que a importância na cidade conquistada por alguns factos urbanos relaciona-se com as condições determinadas na sua origem. A definição de uma matriz primária, que explicita o conceito, distinta de uma secundária, que determine a função, pode ser considerada uma condição inerente à capacidade de persistência do facto. Sustenta-se que a forma contém a função, ou seja, que o conceito é definido pela forma imposta na matriz primária, que assim permanece, e que por sua vez, o uso é implícito na matriz secundária, dado o seu carácter efémero, garantindo adaptabilidade no tempo. Assim, o facto urbano deve considerar primeiramente, e antes da própria função, aspetos como o lugar, o significado, a individualidade e a memória coletiva. A memória coletiva é condição essencial para a permanência do facto urbano já que provém da capacidade que o espaço tem, neste caso o espaço público, de oferecer a possibilidade de diferentes apropriações e desta forma estabelecer uma relação de reciprocidade com os indivíduos, que nele espelham a sua vontade individual e coletiva.

A permanência de certos elementos na estrutura da cidade é por último garantida pela individualidade e artisticidade estética, ou seja, pela forma como se apresentam e pelas qualidades específicas que oferecem. O homem experimenta constantemente o espaço e como tal estabelece uma interação contínua e recíproca com o mesmo. O espaço deve então garantir a ambiguidade suficiente para permitir

apropriações diversas mas simultaneamente constituir-se de forma a estimular uma vivência intensa e dar resposta às necessidades universais dos indivíduos. A harmonia entre o homem e o espaço, entre o natural e o artificial, entre as partes e o todo determina a qualidade do facto urbano e assegura uma ponte através do tempo.

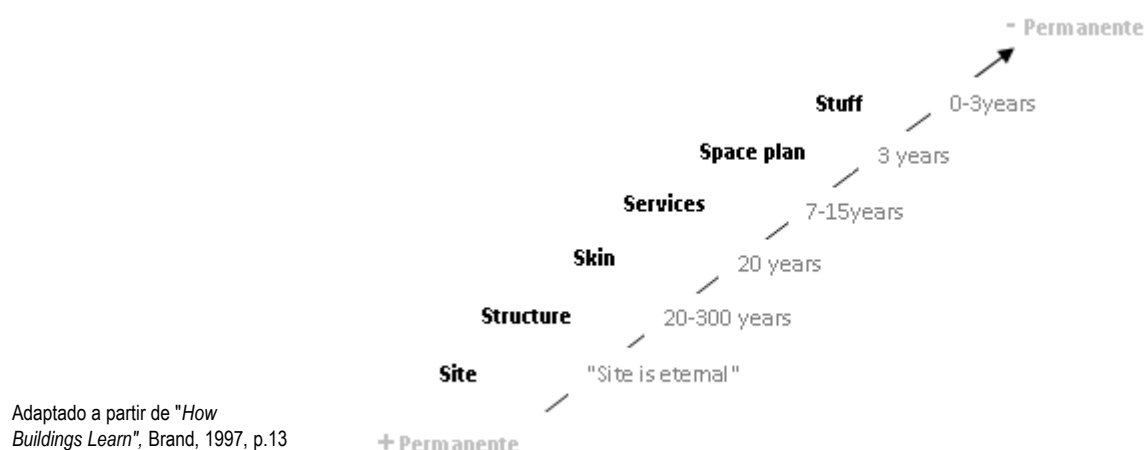
2.2 A flexibilidade da forma à função

2.2.1 A mudança funcional: Matriz primária vs. matriz secundária

"Buildings tell stories, if they're allowed - if their past is flaunted rather than concealed (Brand, 1997: 4)".

Certos espaços e edifícios, ao longo da sua vida, suportam determinadas mudanças funcionais não só pela qualidade, que garante a sua permanência, mas também pelas características de adaptabilidade que são inerentes à sua matriz primária. Stuart Brand (1997), em *"How Buildings learn"* explora a forma como os edifícios se adaptam ao longo do tempo e em que âmbito essa mudança é possível. O autor começa por relacionar o tipo de edifício com a sua capacidade de mudança física classificando os de tipo comercial como os mais metamórficos, e por oposição os habitacionais aqueles em que as transformações são mais demoradas; quanto aos edifícios institucionais, os *edifícios públicos*, afirma que as mudanças físicas não ocorrem com frequência, mas antes sim as funcionais, já que por norma a matriz genérica dos mesmos sustenta diferentes funções. Na tentativa de perceber essas mesmas transformações, Brand desenvolve uma escala em que atribui aos elementos constitutivos dos edifícios um tempo provável de duração, isto no âmbito de definir quais os intervalos de permanência em que cada um se inscreve. Classifica o lugar como *eterno* e a estrutura como elemento persistente e dominante; a pele, a organização espacial e os interiores são considerados pelo autor como mutáveis, comparados a um "palco da comédia humana. Nova cena, novo cenário (Brand, 1997: 13-18)".

Figura 43 - Tempo aproximado de vida das componentes do edifício



"The best buildings are not those that are cut, like a tailored suit, to fit only one set of functions, but rather those that are strong enough to retain their character as they accommodate different functions over time (Campbell e Vanderwarker, 1994 [Brand, 1997: 104])."

Brand relaciona a adaptabilidade do edifício com o carácter da forma, referindo igualmente o valor da qualidade defendida por Alexander (1979), aprofundada anteriormente, que associada à apropriação, é a componente universal que constitui por último a permanência. Ao defender esta teoria o autor acrescenta que um espaço amplo, de estrutura simples e reticulada, e com boa orientação solar, entre outras características que garantem a qualidade e apropriação, permite por norma uma modificação do uso (Brand, 1997: 23).

"Columns provide a physical grid for space plan changes. They make it easy to imagine changes, easy to put them in, easy to remove them... As for shape: be square. The only configuration of space that grows well and subdivides well and is really efficient to use is the rectangle (Brand, 1997: 191- 192)."

Figuras 44 e 45 - 1967 - *The New Open Office*, estudo comparativo testado por Dupont para modificação da organização espacial de um edifício de escritórios em Wilmington Delaware.



Brand, 1997, p.168

O autor afirma que um edifício que se pretenda adaptável deve começar por ser projetado de um modo convencional e conservador, prevendo à partida vários cenários possíveis para o futuro, e não apenas um; deve partir da tradição e cultura locais, estabelecendo uma relação forte e simbólica com o lugar e respeitando a envolvente e os edifícios mais antigos. A unicidade do edifício não é imediata, é conseguida através do tempo, ele torna-se mais interessante quanto mais expressivas e contínuas forem as mudanças funcionais (Brand, 1997: 190). Brand ilustra a sua teoria com alguns exemplos de espaços que se tornaram mais dinâmicos à medida que deram lugar a usos diferentes dos originais, como o *The Salada Building*, construído em 1916 em Boston pela *Salada Tea Company*, e transformado em 1984 no bar *The Grill* 23; ou os silos de cereais da *Quaker Oats Company*, em Akron, Ohio, que, por estarem situados no centro da cidade se tornaram familiares à população e assim viram a sua estrutura

monumental adaptada em hotel; ou ainda os *Gasometers* de Viena que em 1899 serviam para o armazenamento de gás e em 2001 foram transformados num edifício multifuncional, com centro comercial, cinema, habitação, entre outros.

Figuras 46 e 47 - *The Salada Building* (1916) e *The Grill 23 and Bar* (1984) - Boston's Back bay



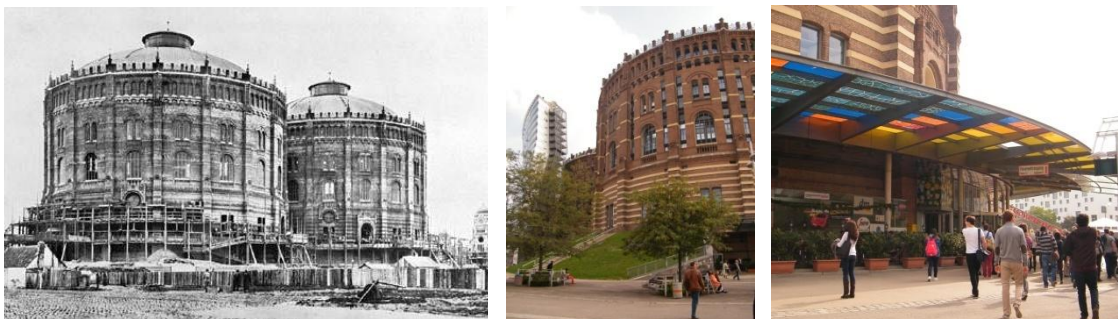
Brand, 1997, p.104

Figuras 48 e 49 - Silos de cereais, *Quaker Oats Company*, (1932) e Hotel Quaker Hilton (1990) - Ohio



Brand, 1997, p.105

Figuras 50, 51 e 52 - *Gasometers* em construção e na atualidade - Viena



em <http://www.planum.net/cultural-heritage-vienna-austria>, consultado a 04-2014

Fotografias da autora, 09-2013

A propósito da mudança de programa de algumas edificações Venturi (1995: 46) sustenta que "é um fenómeno válido e uma importante fonte de contradição (...) mas a ordem original do edifício deve ser forte"; utiliza o exemplo dos antigos palácios italianos transformados inúmeras vezes nos seus interiores e térreos em "bares contemporâneos de requintada elegância". Aproximamos a ideia de *ordem* ao conceito de *matriz primária*, apresentado anteriormente, como o conjunto de elementos que define o conceito e significado do edifício no lugar e que assim subsiste no tempo independente da função. Nos exemplos referidos conseguimos identificar essa matriz, associada sobretudo à estrutura e à pele dos edifícios, que tanto pela qualidade da construção como pela importância alcançada na estrutura urbana subsistiram. Ainda que por vezes os programas sejam pouco adequados à matriz, como é o caso dos *Gasometers*, em Viena, o conceito, a memória e a monumentalidade continuam presentes e são expressos na parede exterior, de aproximadamente dois metros de espessura. O conjunto de edifícios conquistou uma importância significativa na área e representa um marco de projeção internacional no âmbito da arquitetura.

"Buildings have lives in time, and those lives are intimately connected with the lives of the people who use them (...) they change and perhaps grow as the lives of their users change (Brand, 1997: 210)".

A consciência da possibilidade da mudança funcional de um edifício deriva necessariamente da transformação das necessidades das pessoas que o utilizam. Como tal essa consciência deve estar presente numa fase inicial, na definição da matriz primária, para que nela se possam prever, a priori, cenários diferentes sem comprometer o sentido e significado. Numa fase inicial do desenho, Portas (1968: 43) sugere a utilização de um método que denomina *meta-projeto*, "uma espécie de análise lógica de arquitetura, perscrutando necessidades genéricas e soluções tipológicas (...) prevendo a mais rica gama de escalas dos espaços internos e exteriores (...) que conterà uma descida ao essencial, à estrutura das coisas", um sistema de elementos universais representado através de um esquema formal que explicita as relações e o funcionamento interno de forma simples, bem como a essência do conceito. Segundo o autor o meta-projeto é o processo pelo qual, "do conteúdo humano complexo e vasto, se procuram extrair e selecionar sucessivos grupos de características morfológicas e estruturais (tipos) que representam a institucionalização primeira de necessidades ao nível dos arquétipos (...) e dos materiais permanentes e identificáveis, pelas suas características de iconicidade, isto é, guardando na forma qualidades do que pretendem designar (Portas, 1968: 47)".

Os edifícios industriais são com frequência alvo de reconversões funcionais bastante diversas sobretudo pelas características genéricas, carácter específico, memória do passado e monumentalidade inerentes à sua matriz primária, que ilustram a sua importância e garantem a sua permanência. A função original deste tipo de instalações desvanece-se mas não por completo e é aí que reside a bem sucedida mutabilidade de uso. Na antiga Fábrica de lençóis da ASA, em Guimarães, o edifício pré-existente

suportou uma mudança total de usos transformando-se numa unidade comercial e empresarial para empresas e indústrias criativas. Já na Lx Factory, em Lisboa, procedeu-se à reabilitação dos espaços industriais devolutos para a criação de uma variedade de espaços ligados às artes e cultura, ateliers e escritórios, e áreas livres para usos temporários. O antigo Matadouro de Madrid é também um bom exemplo de como a mudança funcional pode ser conseguida ainda que a memória do lugar nada tenha que ver com a função atual pretendida; o matadouro foi transformado em centro cultural e expositivo por Arturo Franco e Juan Arregui e é clara a sua intenção de distinguir os elementos antigos e permanentes dos novos, o que acrescenta dinâmica e singularidade à experimentação dos espaços. Na reabilitação e reconversão funcional deste tipo de edifícios é com frequência que vemos a estrutura e fachadas conservadas, principalmente por expressarem a memória da função original; pelo contrário, os elementos como as paredes interiores, mobiliário, portas e vãos são normalmente modificados e decididos de acordo com a função atual do edifício, sendo por isso pertencentes à *matriz secundária*.

Figuras 53 e 54 - Fábrica ASA antes e após a reconversão funcional

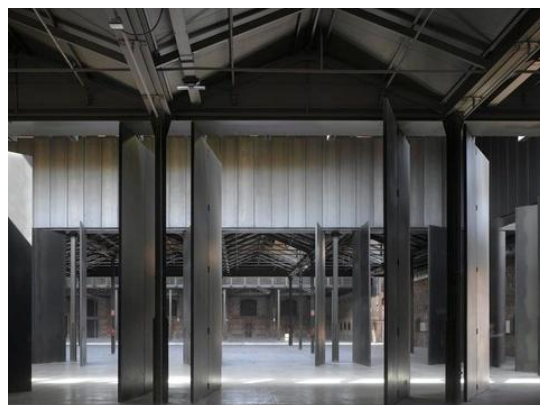
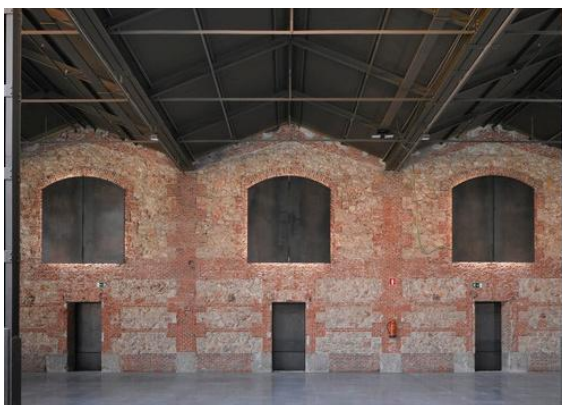


http://economico.sapo.pt/public/uploads/articles/foto_foco/fabrica_asa.destaque.jpg, consultado a 05-2014



http://www.fabricaasa.eu/static/6644_AR_2.jpg, consultado a 05-2014

Figuras 55 e 56 - Matadouro de Madrid convertido em centro de exposições



<http://europaconcorsi.com/projects/172974-l-aqui-Carnicero-New-exhibition-center-in-Madrid-s-old-slaughter-house->, consultado a 04-2013

2.2.2 A multifuncionalidade

A multifuncionalidade foi anteriormente apontada como estratégia de intervenção nos espaços públicos, na medida em que usos diversificados e simultâneos aumentam necessariamente a atividade e servem uma maior diversidade de pessoas. O mesmo acontece no próprio edifício. O edifício multifuncional sugere a adaptabilidade e mudança de uso já que, à priori, o seu desenho está assente no princípio de estabelecer relações entre funções distintas no mesmo espaço. Venturi (1995: 31) descrevia o edifício multifuncional de "complexo em programa e forma, mas forte como um todo", exemplificando com o caso do Convento de La Tourette, de Le Corbusier, que combina espaços de residência com espaços comunitários tais como a biblioteca, o refeitório, a igreja e as salas de aula, ou ainda o Palácio da Assembleia de Chandigarh, da mesma autoria, que expressa a multifuncionalidade através de uma linguagem arquitetónica complexa e imponente.

Figura 57 e 58 - Vista e plantas do Convento de La Tourette

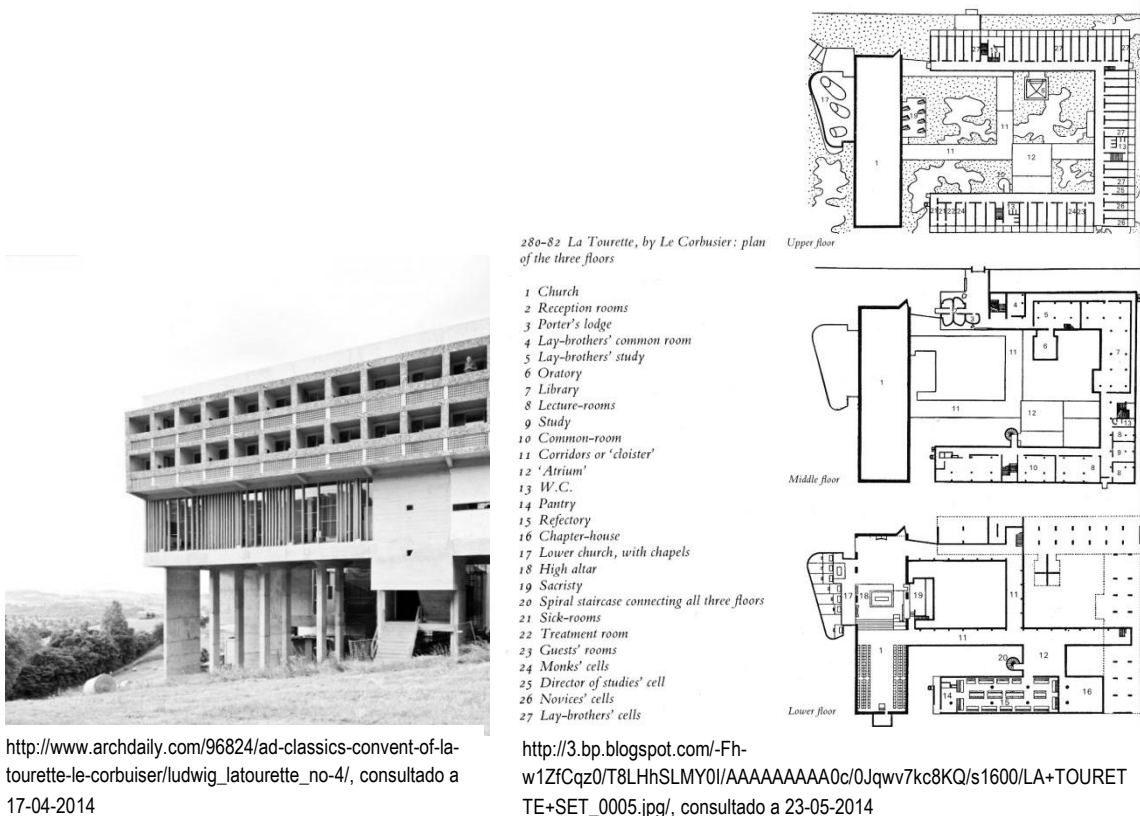
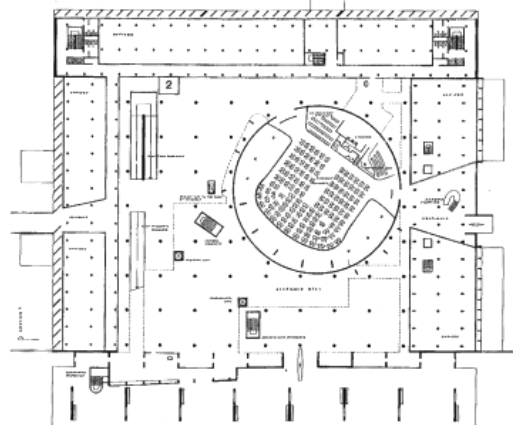


Figura 59 e 60 - Vista e planta do piso térreo do Palácio de Chandigarh



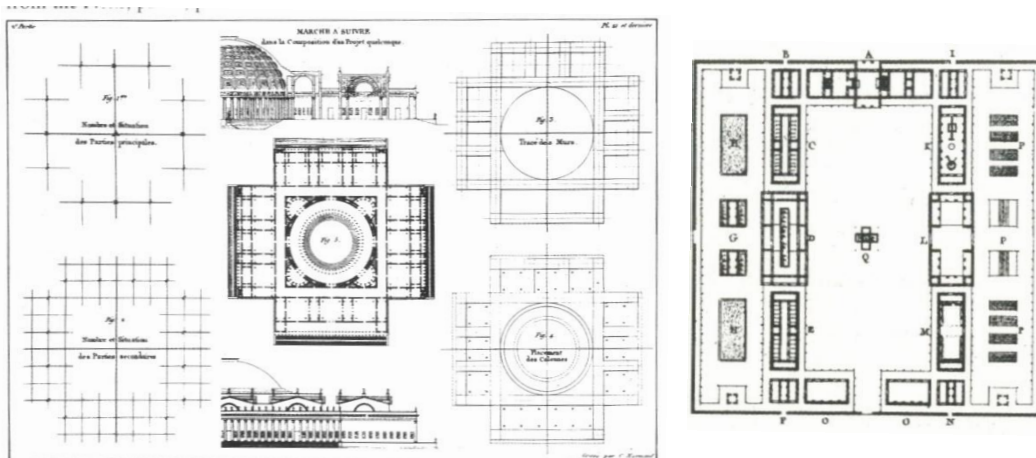
<http://static.guim.co.uk/sys-images/Education/Pix/gallery/2009/6/19/1245415023498/Architecture-The-Chandiga-007.jpg>, consultado em 25-04-2014



<http://lebbeuswoods.files.wordpress.com/2011/02/changigarh-plan-0.jpg>, consultado em 25-04-2014

À semelhança da cidade, que através da praça pública estabelece o encontro dos edifícios e reúne múltiplas funções que assim a ativam, também o edifício multifuncional pode constituir-se priorizando as relações e encontro das suas partes constituintes (Portas, 1968: 122). A uniformização de um edifício constituído por funções diversas que necessitam de espaços diferentes pode ser conseguida através de um elemento comum, onde se estabelece a relação entre as mesmas. A organização do edifício multifuncional em quarteirão, em torno de um pátio, é frequente já que, aproximando à ideia de cidade, o pátio passa a desempenhar o papel da praça. A tipologia conventual, como acima referimos a propósito do Convento da Cartuxa, pode ser considerada como um edifício multifuncional, um verdadeiro troço de cidade já que, através da organização claustral consegue reunir uma diversidade de funções que se complementam.

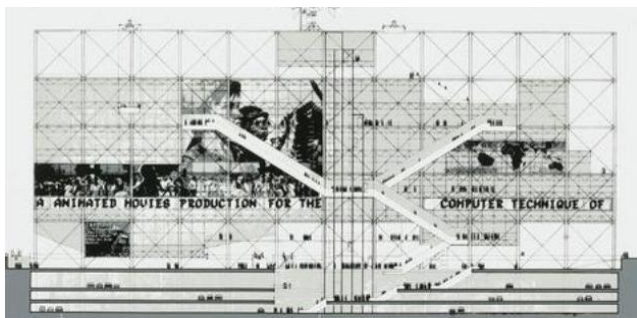
Figura 61 e 62 - A composição de qualquer projeto pela utilização do pátio e a associação de usos diversos através do pátio (*ferme*)



Précis, parte 2 e 3, J.N.L. Durand, em Snodin, 1991, p.28

Encontramos na atualidade edifícios multifuncionais que se constituem como troços de cidade que pela concentração de uma diversidade de funções, geradora de atividade e de coexistência de indivíduos distintos, alcançam importância significativa no traçado urbano. No que diz respeito aos edifícios públicos multifuncionais, no panorama internacional destaca-se por exemplo o centro Georges Pompidou em Paris, da autoria de Renzo Piano e Richard Rogers, onde se incluem o Museu Nacional de Arte Moderna, uma biblioteca e um centro de música e investigação acústica, conhecido por IRCAM. Neste caso, a multifuncionalidade do edifício é expressa na fachada, a qual se destaca pela exposição das infraestruturas e pela visibilidade que permite dos pisos diversos e independentes. A presença de espaços multifuncionais para usos diferentes e temporários acontece tanto no interior do edifício como no exterior já que o próprio espaço público envolvente serve de palco para eventos urbanos. Outro exemplo de multifuncionalidade no âmbito público é a fábrica de Pompeia, em São Paulo, da autoria de Lina Bo Bardi. Trata-se da reconversão de um edifício industrial, tal como os exemplos atrás referidos, cuja memória e carácter significativos permitiram o aproveitamento de estruturas existentes sugerindo ao mesmo tempo a criação de um programa cultural, desportivo e do lazer que inclui teatro, biblioteca, espaços expositivos, espaços multiusos, ateliers e salas para workshops, cafeteria, restaurante e ginásio, entre outros.

Figuras 63 e 64 - A multifuncionalidade do edifício - Centro Georges Pompidou, Paris

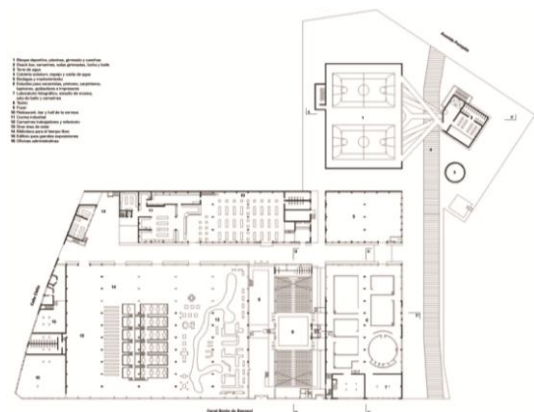


<http://ad009cdnb.archdaily.net/wp-content/uploads/2010/06/1276226981-competi-drawings.jpg>, consultado a 29-05-2014



<http://www.archdaily.com/64028/ad-classics-centre-georges-pompidou-renzo-piano-richard-rogers/conservapedia/>, consultado a 29-05-2014

Figuras 65 e 66 - A multifuncionalidade do edifício - Fábrica de Pompeia, São Paulo



<http://parq001.archdaily.net/wp-content/uploads/2011/05/1306250233-planta.jpg>, consultado a 29-05-2014



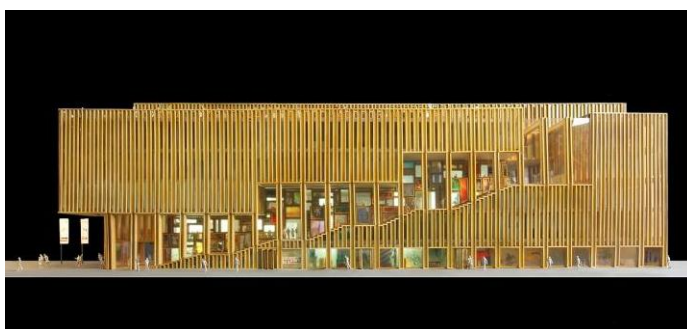
http://www.vitruvius.com.br/media/images/magazines/grid_9/812075e339a3_arq_lutero_06.jpg, consultado a 29-05-2014

De facto, a componente cultural é com frequência associada à multifuncionalidade como também podemos observar no Kennis Cluster em Arnhem, Holanda, dos arquitetos Neutelings Riedijk. O edifício configura-se como um prolongamento da própria rua que se torna cultural à medida que penetra o interior; constitui-se um percurso pelos consecutivos espaços culturais tais como biblioteca, salas de leitura, salas de música, ateliers, áreas de estudo, espaços expositivos, auditório, cafeteria e livraria. No panorama nacional, e também associada à componente cultural e artística, destaca-se a Plataforma das Artes e da Criatividade, em Guimarães, da autoria de Pitágoras Arquitetos, que surgiu no âmbito da Capital Europeia da Cultura de 2012. A recuperação desta área central da cidade teve em vista a criação de um espaço multifuncional dedicado à atividade artística, cultural e económico-social pelo que são definidas três grandes áreas programáticas: Centro de Arte, com espaços expositivos e espaços polivalentes, para apresentações e espetáculos; Laboratórios Criativos, gabinetes de apoio empresarial para a instalação de indústrias criativas; Ateliers Emergentes de Apoio à Criatividade, espaços de trabalho de carácter temporário destinados a jovens criadores. Associadas aos espaços referidos foram propostas atividades comerciais complementares instaladas no edifício já existente que foi recuperado.

Figura 67 e 68 - A multifuncionalidade e o programa cultural - KennisCluster, Arnhem



<http://www.neutelings-riedijk.com/content/images/4386e57286b1950006a123030622125c.jpg>, consultado a 29-05-2014



http://www.archello.com/sites/default/files/imagecache/header_detail_large/story/media/q8_50.jpg, consultado a 29-05-2014

Figura 69 - A multifuncionalidade e o programa cultural - Plataforma das Artes e da Criatividade, Guimarães

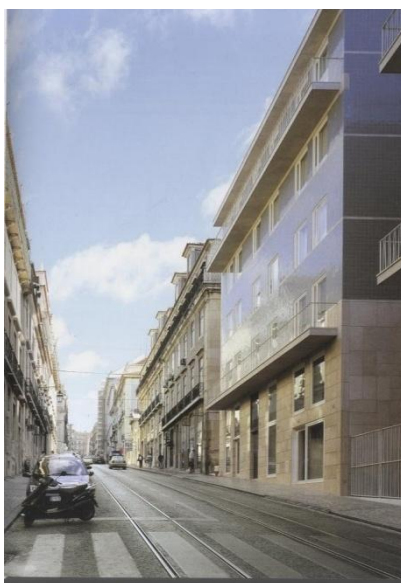


<http://www.pitagoras.pt/projectos-ver.php?id=100&cat=1&scat=7>, consultado a 29-05-2014

Foram descritos acima exemplos de edifícios que se constituem pela pluralidade de funções públicas diferentes, no entanto encontramos outros tipos de edifícios multifuncionais que agregam a componente pública à privada. Na cidade renascentista os edifícios habitacionais incorporavam a vertente pública sobretudo no piso térreo orientado para a rua, onde frequentemente se localizavam as lojas ou espaços de trabalho dos moradores dos pisos acima. Esta lógica, por estabelecer a gradação necessária entre a esfera privada e a pública, está ainda presente nas cidades nomeadamente em Lisboa, como é o caso dos Terraços de Bragança de Álvaro Siza Vieira que, à semelhança da área envolvente, Baixa Pombalina, acrescenta à função habitacional espaços comerciais e de escritórios para rua e espaços comuns e áreas verdes para o interior do quarteirão. O mesmo acontece nas mais recentes Residências do Martim Moniz, que agregam à função habitacional atividades comerciais nos pisos térreos, estendidos na própria praça.

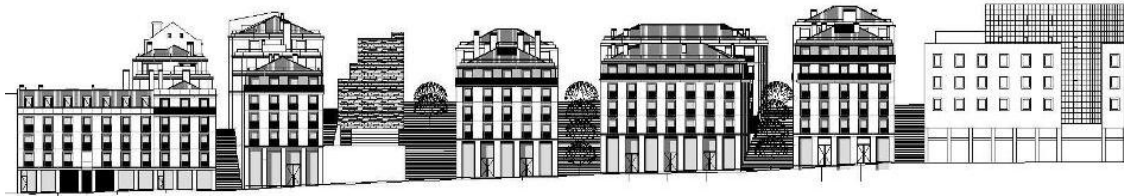
Como exemplo de sucesso da associação da componente habitacional à multifuncionalidade é o Messequartier em Graz, do arquiteto Markus Pernthaler. O quarteirão habitacional, localizado no centro da cidade, oferece uma diversidade de tipologias destinadas a várias gerações, nos pisos elevados, enquanto que no piso térreo e cobertura se distribuem áreas comuns, de trabalho ou lazer, associadas às necessidades dos moradores tais como cafés, escritórios, jardim de infância, ginásio, piscina e sauna, entre outros. O arquiteto aplica a mesma lógica num segundo quarteirão em Graz denominado por "Rondo", já que se configura como um gaveto; o edifício, assente em princípios de eficiência energética e sustentabilidade, oferece habitação, escritórios e espaços comerciais bem como áreas comuns e exteriores de qualidade que potenciam necessariamente a vivência intensa dos espaços e o convívio entre os moradores.

Figura 70 - A multifuncionalidade e o programa habitacional - Terraços de Bragança, Lisboa (Álvaro Siza)



El Croquis Álvaro Siza - 68/69 + 95

Figura 71- A multifuncionalidade e o programa habitacional - Residências do Martim Moniz



http://www.oa4.pt/Index_files/image3363.jpg, consultado a 03-06-2014

Figuras 72 e 73 - A multifuncionalidade e o programa habitacional - Messequartier, Graz (Markus Pernthaler)



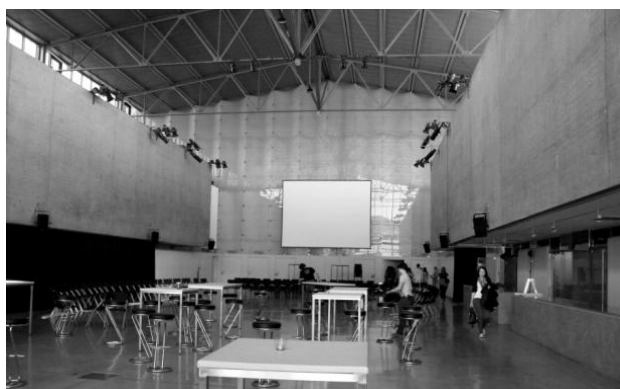
Fotografias da autora, 09-2013

A presença simultânea e concentrada de várias funções pode ser uma estratégia para a construção compacta e sustentável de cidade. Como já aprofundámos anteriormente, é necessária a consciência de que as necessidades e funções são mutáveis pelo que a indefinição funcional de alguns espaços, associada à multifuncionalidade, se revela igualmente uma estratégia viável. Sobre a existência da sala multifuncional, Venturi (1995: 33) diria que "é uma resposta possivelmente mais verdadeira à preocupação do arquiteto moderno com a flexibilidade. A sala com uma finalidade mais genérica do que específica (...) propicia uma flexibilidade mais preceptiva do que física e permite a firmeza e permanência (...). A ambiguidade válida promove a flexibilidade útil."

Observamos que os edifícios multifuncionais preveem com frequência a necessidade de um ou mais espaços de função indefinida, com características genéricas, que suportem usos diferentes e temporários, como é o caso do List Hall em Graz, um auditório com programa associado, no qual a zona de entrada foi desenhada com o intuito de albergar diferentes atividades tais como eventos culturais, concertos, reuniões, workshops, etc. O desenho deste tipo de espaços tende a ser genérico, amplo, de pé-direito alto, de estrutura visível e regular, com infraestruturas concentradas, boa iluminação natural e excluindo quase todo o mobiliário incorporado; uma matriz geral, dissociada da função, que garanta o

funcionamento, a qualidade e o carácter, forte e implícito nos elementos estruturais e na materialidade. Encontramos espaços multifuncionais no âmbito nacional no conjunto de edifícios da Lx Factory, por exemplo, a qual surgiu fruto de uma reconversão de edifícios industriais degradados. Além da multifuncionalidade bem presente, já que inclui lojas, cafés, restaurantes, discotecas, livraria, ateliers, entre outros, foram previstas várias salas multifuncionais, com as características referidas, sobretudo nos últimos pisos, garantindo a possibilidade de aluguer das mesmas para eventos especiais, festas, etc.

Figura 74 - Espaço multiusos - List Hall, Graz



Fotografia da autora, 09-2013

Figura 75 e 76 - Espaços multiusos - Lx Factory, Lisboa



<http://www.morgadioreal.com/wp-content/gallery/lx-factory/lxfactory.jpg>, consultado a 23-05-2014



http://www.marketeer.pt/wp-content/uploads/2009/07/img_2437-375x281.jpg, consultado a 23-05-2014

Quando falámos de espaço público, argumentámos que este deve ser capaz de suportar diferentes usos e apropriações, já que o seu verdadeiro significado está assente na expressão da vontade pública. Através das estratégias enunciadas procuramos transportar esse significado para o próprio edifício público. Na tentativa de projetar de forma sustentável e eficiente o conceito é associado a realidades universais, a necessidades vitais e permanentes e é expresso através de uma matriz primária definida pela estrutura e pela organização esquemática do todo. A forma é flexível à mudança funcional, ou seja, não é definida ou comprometida pelas funções que nela têm lugar, pelo que a atribuição das mesmas é feita *a posteriori*, e com consciência da sua mutabilidade, priorizando a multifuncionalidade, a indefinição funcional e a adaptabilidade do uso.

3.1 Introdução

A Colina de Santana situa-se no centro histórico da cidade de Lisboa a oeste do castelo de S. Jorge, sendo delimitada por dois eixos principais de grande importância na expansão da cidade de Lisboa: a Avenida da Liberdade e a Avenida Almirante Reis. Até recentemente, a colina era constituída por seis freguesias, São Jorge de Arroios, Coração de Jesus, São José, Pena, Anjos e Santa Justa. Com a Reforma Administrativa e a definição do novo mapa de Lisboa, em 2013, a delimitação das freguesias foi alterada, sendo que as incluídas na colina de Santana são agora: Arroios, Santo António e Santa Maria Maior.²

A colina foi desde sempre e até aos dias de hoje, considerada como a *colina da saúde* dado que abrange vários hospitais de importância vital não só para a cidade de Lisboa, mas também da envolvente, tais como o Hospital de S. José, o Hospital de Santa Marta, o Hospital Miguel Bombarda, o Hospital do Desterro e o Hospital de Santo António dos Capuchos. Atualmente e desde 2012, pela revisão do PDM, pretende-se que estes sejam desativados e que as suas funções sejam transferidas para o novo grande núcleo hospitalar que será construído na zona oriental da cidade de Lisboa, daí a necessidade de se repensar sobre qual o futuro próximo reservado a esta área da cidade. A nosso ver, importa conferir-lhes um novo significado no contexto da cidade de Lisboa e em simultâneo preservar o património arquitetónico, histórico, artístico e científico bem presente neste edificado.³

Tanto pela topografia acidentada como pela localização central da colina, estas áreas hospitalares configuram-se como lugares privilegiados na cidade; assim sendo, a desativação das suas funções pode ser uma oportunidade única para reabilitar e revitalizar a colina. Ao mesmo tempo poderá ser possível contribuir para a densificação e requalificação dos núcleos históricos e vazios urbanos da cidade. Os equipamentos hospitalares, portadores de memória e identidade, podem ser reinterpretados à luz das necessidades atuais dos utilizadores de forma a desempenharem funções precisas e essenciais para a cidade dos dias de hoje. Como tal, pretende-se integrar estas áreas na contemporaneidade e no tecido urbano envolvente, preservando o património que lhes confere características identitárias singulares (Camarinhas e Pereira, 2011: 2).

² <http://www.cm-lisboa.pt/participar/noticias/detalhe-da-noticia/articulo/publicada-reforma-administrativa-de-lisboa>, 14/10/2013

³ <http://psamlisboa.pt/colina-de-santana-documento-estrategico-de-intervencao/>

A partir de uma análise SWOT, efetuada em Novembro de 2013, é possível afirmar que a colina de Santana é uma das sete emblemáticas colinas que constituem a cidade de Lisboa e caracteriza-se pela memória e identidade que lhe estão inerentes. Como acima foi referido, a sua topografia acidentada torna-se uma mais valia na medida em que proporciona a existência de pontos de observação privilegiada sobre a cidade. Outro ponto forte da colina é o património monumental do edificado, visível na presença de edifícios de grande importância arquitetónica e histórica, sem esquecer a azulejaria, parte integrante da tradição nacional, bem como todo um conjunto patrimonial ligado às ciências médicas (grandes núcleos hospitalares). Um outro aspeto a potenciar nesta área da cidade, diz respeito à presença de uma população caracterizada pela diversidade social, cultural e etária, o que pode ser um ponto de partida para a potenciação da interação, inclusão e convivência social.

A colina apresenta alguns domínios de vulnerabilidade, tais como a falta de preservação do património anteriormente enumerado e de conservação do edificado existente. Também o declive acentuado gera alguns inconvenientes, uma vez que dificulta a mobilidade do automóvel, dos transportes públicos, do transeunte e principalmente de pessoas com mobilidade condicionada. A função predominante é a habitacional, com alguns serviços diurnos, pelo que se assiste a uma desertificação noturna, que está na base da insegurança em determinadas áreas. Por último, o subaproveitamento, má distribuição e falta de sinalização dos espaços públicos e dos espaços verdes existentes, não contribui para o encontro, comunicação e sociabilidade entre a diversidade de pessoas e grupos sociais que aqui vivem.

A localização na capital do país, Lisboa, e a proximidade do seu centro histórico fazem da colina uma área de interesse turístico, económico e cultural. A forte presença de património edificado, a ser valorizado e reinterpretado, bem como a existência de uma rede de transportes públicos eficaz e conectada à rede da cidade, podem induzir à inclusão da área nas rotas turísticas. O aproveitamento de estruturas e edifícios de grande escala existentes para novos usos públicos de serviço à população residente e visitante, representa a oportunidade ideal para dinamizar toda a área e para dar resposta às suas carências espaciais e funcionais.

O abandono do património edificado, o subaproveitamento das infraestruturas existentes e a deterioração dos edifícios constituem ameaças à reestruturação da área, já que levam a população a procurar áreas suburbanas para residência, onde a qualidade de vida é superior e a um custo inferior. A possibilidade de privatização dessas infraestruturas e locais públicos, representa um risco para a vida pública e para a cidade, pelo que as áreas devem ser adaptadas mantendo o teor público que lhes é inerente e servindo as necessidades concretas da generalidade da população da colina.

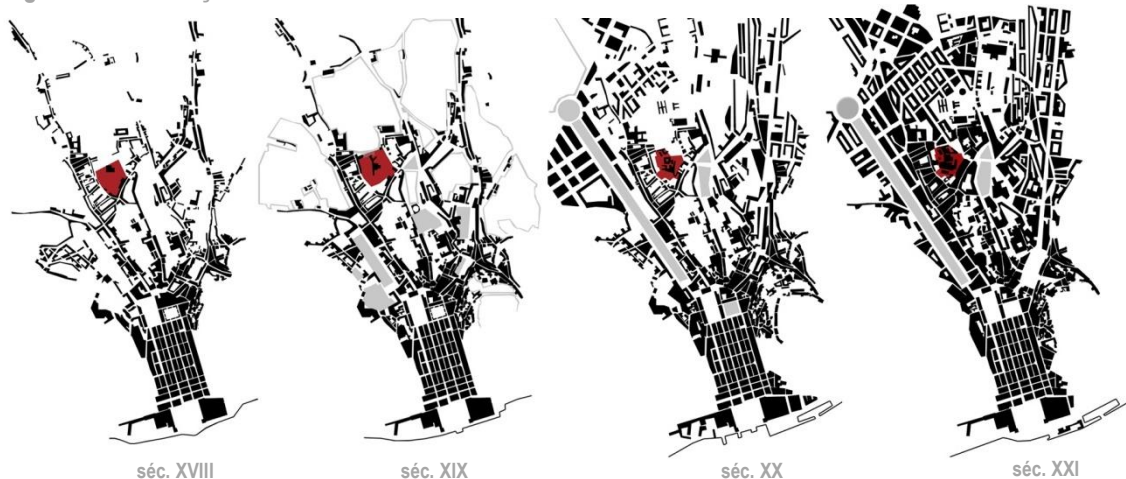
3.2 Contextualização histórica

Lisboa é uma cidade de contrastes, entre a terra e o mar, entre os topos das colinas e a zona baixa ribeirinha, entre os singulares edifícios históricos e institucionais e o tecido contínuo de onde eles emergem. Álvaro Siza espantava-se por esse "contraste entre o tecido fragmentado (...) e as grandes construções, os grandes palácios. Este duplo registo determina a intensidade da expressão arquitectónica." (Siza, 1998: 97)

Na Lisboa medieval, a colina de Santana não fazia parte da área considerada o *centro*, dado que a cidade ainda não se havia expandido para norte, concentrando-se sobretudo na zona ribeirinha, onde o comércio se realizava. Também o declive acentuado e a presença de terrenos e quintas privadas pertencentes à nobreza, funcionaram como atenuantes à ocupação da colina. Como tal, os edifícios ali localizados eram sobretudo aqueles que pretendiam algum isolamento do resto da cidade, tais como conventos, palácios, seus campos e jardins. Durante os séculos XV e XVI, como refere o padre Norberto de Araújo (1992, p.36), "a penetração demográfica ia já riscando um sítio que havia de ser prenúncio de um bairro (...) pelo menos suficientemente expressivo para se contar com ele na vida social de Lisboa". Na origem dessa ocupação esteve o Campo de Santana, *Rossio* campestre de Lisboa, que se tomou como o coração da colina, oferecendo um novo espaço de vida pública à cidade e estabelecendo ligações entre as pré-existências, anteriormente isoladas. O Campo de Santana foi primeiramente lugar de agricultura, onde existiam hortas e azinhagas e também um mercado para venda dos produtos hortícolas; mais tarde deu lugar a um curral, onde o gado era mantido e também comercializado, altura em que o próprio nome mudou para Campo do Curral. Em meados do século XIX chegou a receber temporariamente a feira da Ladra, que viria a estabelecer-se definitivamente no Campo de Santa Clara; já em 1831, dada a importância social conquistada, foi lugar da primeira Praça de Touros de Lisboa (Norberto de Araújo, 1992: 37).

De facto, no final do século XVIII e princípios do século XIX, assiste-se já a uma lenta consolidação das malhas orgânicas na colina, que se adaptavam às linhas topográficas e formavam zonas e linhas edificadas sobretudo ao longo dos eixos relevantes e do Campo de Santana. Também a abertura do passeio público, em 1764 no limite oeste da colina, teve influência para o desenvolvimento e densificação das áreas adjacentes, assumindo-se como ponto de partida para a evolução a norte do traçado urbano, orientado pelas linhas racionais iluministas, mas também pela herança dos limites espontâneos dos terrenos e campos da colina (Pilão, Tação, 2011: 8).

Figura 77 - A evolução da colina de Santana



Elaboração própria, 11-2012 (a partir de plantas cartográficas de Lisboa)

Durante a primeira metade do século XIX, com as invasões francesas, a ocupação inglesa e as lutas liberais, finalizadas pela instauração do regime liberal em 1834, a imagem da cidade de Lisboa altera-se e o crescimento torna-se mais lento. Nesse seguimento, as ordens religiosas são obrigadas a abandonar os conventos e colégios na sua maioria localizados na Colina de Santana, pelo que houve necessidade de adaptar essas grandes instalações a novos usos, sobretudo civis e militares. Assim, surgem diversos hospitais, asilos, tribunais, hospícios, colégios, academias e quartéis, entre outros (França, 2005). O Plano de Melhoramentos de Lisboa, proposto em 1864, marca um ponto de viragem para a cidade e para a colina principalmente pela proposta de prolongamento do passeio público num *boulevard* a norte e o loteamento dos terrenos adjacentes, bem como a construção de novas ruas e praças, parques e jardins. Finalmente, e como resultado do Plano de Melhoramentos, é inaugurada, em 1879, a Avenida da Liberdade, e em 1900 a Avenida D. Amélia, atual Almirante Reis, eixos fundamentais para a consolidação da colina (Pilão, Tacão, 2011: 10).

Os topos das colinas de Lisboa sempre tiveram protagonismo na cidade e como tal foram local de implantação dos edifícios de maior importância, imponência e escala, geralmente associados à presença e ação da nobreza e clero. Por oposição, a zona baixa da cidade, sujeita à subida ocasional do nível das águas, destinava-se às classes populares e por isso era servida de edifícios públicos de serviço às mesmas, os mais necessários ao funcionamento da cidade. Assim sendo, é possível observar ao longo das linhas de fecho das colinas, sequências de edifícios de grande riqueza arquitetónica e importância histórica, sobretudo religiosos como igrejas e conventos, ali instalados para melhor isolamento e proximidade face ao divino e recolhimento espiritual.

Figura 78 - A importância dos topos das colinas de Lisboa



Elaboração por Catarina Almeida, Miguel Dias e Catarina Alegria, 11-2012

A colina de Santana foi, desde o séc. XIII, fortemente marcada pela presença de grandes estruturas conventuais, iniciada pelo Convento de S. Domingos no Rossio, mas depressa estendida do vale até ao topos. De facto, variadas ordens religiosas aqui se instalaram ao longo dos séculos suscitando a construção de conventos cuja localização tinha em vista o isolamento e simultaneamente alguma proximidade ao centro da cidade, na frente ribeirinha. Mas que razões podem estar na base da instalação nesta área de tantas escolas, instituições culturais e hospitalares? Esta questão é colocada por Norberto de Araújo (1992) aquando uma das suas peregrinações lisboetas, ao referir que se deve à largueza dos terrenos da colina e à facilidade da sua adaptação e expropriação.

Os atuais hospitais da colina de Santana foram todos eles fruto da conversão de antigos conventos e suas respetivas cercas, dada a adaptabilidade da tipologia conventual. Como refere Le Corbusier, em 1907 após a visita à cartuxa do vale de Ema em Galuzzo, Florença, a unidade conventual possui uma planificação espacial que se assemelha à própria ideia de cidade e que dá resposta às necessidades do dia-a-dia, tendo por isso uma configuração específica mas adaptável a usos do mesmo âmbito (Brooks, 1997: 106-107). No seguimento do grande incêndio de 1750 no Hospital de Todos os Santos, Rossio, e do Terramoto de 1755, que destruiu grande parte do centro da cidade de Lisboa e seus hospitais, houve necessidade de mover as mesmas instalações para um novo local. Em 1770, por altura das obras de reconstrução da cidade e da expulsão da Companhia de Jesus de Lisboa, Marquês de Pombal decide instalar no Colégio Jesuíta de Santo Antão, o novo Hospital Real e Nacional de S. José. Simultaneamente muitos outros conventos se iam abandonados pelas ordens religiosas, tomando o exemplo de Santo-Antão. O aumento da densidade demográfica e a proximidade dos aglomerados urbanos no centro, consequências de um desenvolvimento acelerado da cidade medieval, conduzia ao inevitável alastrar da doença, também incentivado pela inexistência de políticas higienistas e preocupações das entidades superiores com a saúde geral da população (Janeira, 2008: 5). Assim, foram sendo criados vários hospitais ao longo de toda a colina de Santana, aproveitando as estruturas monasteriais existentes de configuração tão apropriada e semelhante às instalações hospitalares. Esta concentração permitia a formação de uma zona circunscrita que possibilitava um maior controlo e ao mesmo tempo facilitava a mobilidade e acesso à população. "A doença é o sujeito de tempos e lugares", diria Ana Luísa Janeira (2008: 14) a propósito da obra de Rosen (1994).

Figura 79 - Os enclaves na atualidade, definidos pelas antigas cercas monasteriais



Moreira, 2012, p.43

Como já foi referido, o Hospital Real e Nacional de S. José foi o primeiro hospital a ser instituído pós-terramoto e o primeiro que surgiu como resultado de uma adaptação da tipologia conventual, o colégio dos Padres da Companhia de Jesus do século XVI. A rua que lhe dava acesso, Rua Direita do Colégio, revelava a estratégia da localização do hospital, já que era atravessada pela cerca nova fernandina, formando o Arco da Graça na intersecção. O hospital abriu as portas aos primeiros doentes em 1775, e por esta altura já era considerado a casa-mãe dos hospitais civis de Lisboa, que viria a expandir os seus serviços para outras instalações, suscitando a construção de novos edifícios (Norberto de Araújo, 1992: 19).

Em 1612 é criado o Convento de Religiosas Clarissas da 2ª regra sob a invocação de Santa Marta, instituído no edifício do Recolhimento de donzelas pobres, fundado por ordem de D. Sebastião e destinado às filhas das vítimas da peste de 1569. O convento sofreu constantes alterações funcionais; em 1890, por altura da peste, foi usado como Hospício dos Clérigos Pobres; já em 1903 serve de anexo ao hospital de S. José; sete anos mais tarde passa a Escola Médico-Cirúrgica, integrando na Faculdade de Medicina de Lisboa; finalmente em 1953 toma o atual nome de Hospital de Santa Marta (Camarinhas e Pereira, 2011: 9).

Um pouco mais tardia, a construção do Convento de Nossa Senhora do Desterro, destinado aos monges da ordem de S. Bernardo, teve início em 1591 e prolongou-se por vários anos. A igreja não se chegou a concluir com a grandeza projetada ao contrário do Convento, que foi considerado na altura um dos

melhores de Lisboa (Norberto de Araújo, 1992: 62). O Convento viu grande parte do seu edificado ser destruído pelo Terramoto e desde aí, após as reconstruções, não voltou à sua função original tendo sido Hospital da Marinha no final do século XVIII e mais tarde, em inícios do século XIX, sede da Casa Pia de Lisboa. Em 1857 serve de anexo ao Hospital de S. José para o internamento de doentes, mas só em 1898 é realmente agregado ao conjunto hospitalar de Santana (Camarinhas e Pereira, 2011: 5).

O Convento de Rilhafoles viria a ser fundado em 1717 pela Ordem de S. Vicente da Paula. Em 1835, por altura da extinção das ordens religiosas, a sua função é alterada dando lugar ao Real Colégio Militar. Só em 1848 o colégio transitou para Mafra e se instalou no antigo convento o Hospital dos Alienados, o primeiro no país destinado ao internamento de doentes mentais. Depressa o hospital se viu lotado não conseguindo exercer a sua missão científica, assistente e social. Em 1948 passa a denominar-se Hospital Psiquiátrico Miguel Bombarda (Norberto de Araújo, 1992: 55).

O Hospital de Santo António dos Capuchos foi originalmente fundado em 1570 pelos religiosos franciscanos da província de Santo António que assim lhe atribuíram o seu nome. A área ocupada pelo convento e cerca resultou da cedência de terrenos de vários nobres e também da Câmara Municipal "à qual bastava invocar (...) o nome de santo António, para que metade das dificuldades fôssem vencidas" (Norberto de Araújo, 1992: 41). O Terramoto destruiu apenas partes do Convento e da Igreja, que depressa foram reedificadas. Em 1834 o Convento é desocupado pelos padres antonianos e dois anos mais tarde é instalado o Asilo de Mendicidade, que procedeu à construção de pavilhões e ao alargamento do recinto ao longo das suas várias gerências. O adjacente Palácio dos condes de Murça viria a ser adquirido pelo Estado em 1854, para alargamento das dependências do Asilo. O Asilo de Mendicidade de Lisboa é transferido para Alcobaça em 1922 e em 1928 a direção dos Hospitais Civis, dada a necessidade de extensão dos serviços hospitalares de S. José, instala o atual Hospital de Santo António dos Capuchos (Norberto de Araújo, 1992: 41-42).

Figura 80 - O hospital de Santo António dos Capuchos na sua condição presente



Elaboração própria, 05-2014 (a partir de www.bing.com/maps)

3.3 Os equipamentos da colina na atualidade

Desde o século XIX até aos dias de hoje, a colina de Santana é considerada a *colina da saúde*. Assim sendo encontra-se repleta de hospitais, como já anteriormente referimos e de outros edifícios relacionados com a mesma função, como a Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, o Real Instituto Bacteriológico e o Instituto de Medicina Legal. O edificado religioso é bem vincado na colina, herança da forte presença conventual, subsistindo ainda hoje diversas igrejas, tanto nos recintos dos hospitais como espalhadas por toda a área, sendo as mais significativas a Igreja de S. Domingos, pertencente ao antigo e importante convento do mesmo nome, a Igreja do Convento da Encarnação, a Igreja de Santo Antão-o-Novo, adjacente ao Hospital de S. José, e a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, concluída em 1966, referência na arquitetura moderna portuguesa, da autoria de Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira.

No âmbito da educação evidenciam-se o Liceu de Camões, antigo Liceu Nacional de Lisboa, a Universidade Autónoma de Lisboa, antigo palácio adjacente ao Hospital de Santa Marta e a Faculdade de Ciências Médicas, antigo e novo edifício pertencente à Universidade Nova de Lisboa. A área é também servida de várias escolas de ensino primário e básico bem como institutos e escolas técnicas de diversos campos de estudo.

Os equipamentos destinados ao lazer têm bastante expressão ao longo do eixo da Avenida da Liberdade e da Rua das Portas de Santo-Antão, desde o Teatro D. Maria II, no Rossio, ao Teatro Tivoli, passando pelo Cinema S. Jorge, Coliseu dos Recreios e Teatro Politeama. O mesmo não acontece na área restante da colina, observando-se um contraste absoluto na vida pública entre as duas áreas, sobretudo durante a noite. Os equipamentos ligados ao lazer numa perspetiva educativa que se destacam na colina são o Palácio da Independência, atual Museu da Identidade Lusíada e sede de diversas instituições, a Biblioteca da Faculdade de Ciências Médicas, o Instituto alemão Goethe e respetiva biblioteca e o edifício do Banco de Portugal, também museu, biblioteca e arquivo.

A presença de edifícios públicos na extensão de toda a colina é significativa, sobretudo na zona sul, dada a proximidade do centro histórico e da Baixa Pombalina, e ao longo do eixo da Avenida da Liberdade. No entanto observamos que as funções públicas predominantes são a saúde e a educação, sendo que a primeira vai ser reduzida com a breve desativação dos hospitais, enquanto a segunda deverá ser ampliada, sendo cada vez mais recorrente falar-se na *colina do conhecimento*, ambas identificadas como estratégias para a reestruturação da colina de Santana, no PDM de 2012.

Figura 81 - Os equipamentos e espaços públicos da colina de Santana



Edifícios públicos: 1- Liceu Luis de Camões (antigo liceu nacional de Lisboa); 2- Escola de Educação Técnica; 3- Hospital D. Estefânia; 4- Direção Nacional da Polícia Judiciária; 5- Bombeiros Voluntários lisboenses; 6- Igreja do Sagrado Coração de Jesus; 7- Banco de Portugal/ Museu/ Biblioteca/ Arquivo; 8- 1ª Divisão policial; 9- Hospital Miguel Bombarda; 10- Serviço da Juventude do Patriarcado de Lisboa; 11- Universidade Autónoma de Lisboa; 12- Academia Militar do Exército; 13- Tribunal Central de Instrução Criminal; 14- Hospital de Santa Marta; 15- Reitoria UTL; 16- Hospital de Sto. António dos Capuchos; 17- Escola Básica Luísa Ducla Soares; 18- Teatro Tivoli; 19- Antigo Hospital do Desterro; 20- Junta de Freguesia da Pena; 21- Escola Primária; 22- Instituto de Medicina Legal; 23- Faculdade de Ciências Médicas (antiga praça de touros); 24- Real Instituto Bacteriológico; 25- Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Fotográfico; 26- Igreja de Santo Antão-o-novo; 27- Hospital S. José; 28- Convento da Encarnação; 29- Palácio da Independência; 30- Teatro D. Maria II; 31- Igreja de S. Domingos; 32- Estação do Rossio; 33- Igreja de S. Luis dos franceses; 34- Coliseu dos Recreios; 35- Igreja Paroquial de S. José; 36- Escola Básica S. José; 37- Ministério da Agricultura; 38- Igreja dos Anjos.

Espaços públicos: A- Parque Eduardo VII; B- Praça Marquês de Pombal; C- Praça José Fontana; D- Avenida da Liberdade; E- Praça dos Restauradores; F- Praça D. Pedro IV (Rossio); G- Praça da Figueira; H- Praça Martim Moniz; I- Miradouro do Torel; J- Campo dos Mártires da Pátria; L- Jardim Constantino.

Elaboração própria, 10-2013

A rede de transportes que serve a área da colina é de modo geral eficiente já que o seu próprio limite é estabelecido por duas das principais linhas de metro, a linha azul, no eixo da Avenida da Liberdade e a linha verde, no eixo da Avenida Almirante Reis. As carreiras de autocarros fazem a ligação entre as mesmas e com outras áreas da cidade; o acesso ao topo da colina, a partir da Avenida da Liberdade, pode ser também conseguido através do elevador do Lavra, antigo elétrico instalado na Calçada do Lavra. Apesar da grande fluidez de transportes que circulam na colina, o seu declive acentuado e ruas sinuosas características têm influência na acessibilidade de algumas áreas, nomeadamente a Santo António dos Capuchos.

A presença de estabelecimentos comerciais é bastante expressiva mas sobretudo junto aos eixos principais já referidos; também ao torno do Campo dos Mártires da Pátria, Rua Luciano Cordeiro e Rua Gomes Freire encontramos com frequência pequenas lojas de rua de venda a retalho, cafés, restaurantes e algumas esplanadas. Todavia conseguimos perceber um contraste significativo quanto à área em torno de Santo António dos Capuchos que apresenta um carácter predominantemente habitacional, tanto nos pisos elevados como no piso térreo.

Figura 82 - A rede de transportes públicos e as funções no piso térreo



Elaboração por Catarina Almeida, Miguel Dias, Catarina Alegria 11-2012

3.4 A população da colina e o uso do espaço público

No seguimento da contextualização do lugar de intervenção procedeu-se à observação e análise da população da colina de Santana e áreas envolventes, na tentativa de identificar qual o perfil dessas pessoas, que utilidade conferem aos espaços e edifícios públicos da colina, quais as carências que encontram nos espaços existentes e como é que a conceção de novos espaços pode ser ajustada às suas necessidades presentes.

3.4.1 Quem são as pessoas da colina?

Numa primeira fase efetuou-se um levantamento geral da população presente e residente, por género, grau de escolaridade e idade, com base nos dados dos censos de 2011 (INE, 2011), das seis freguesias que se inscreviam, até 2013, nos limites da colina de Santana: S. José, Coração de Jesus, S. Jorge de Arroios, Pena, Anjos e Santa Justa. Concluiu-se que o nível de escolaridade da população é bastante elevado nas áreas o que não deixa de estar relacionado com a presença significativa de estabelecimentos de ensino superior na colina, como já foi referido anteriormente. Denota-se uma percentagem significativa de pessoas com habilitações ao nível do ensino básico e secundário, contudo é de realçar que 25% possuem o ensino superior. Quanto aos grupos de idades dominantes, observamos que os adultos e os idosos estão em maioria representando aproximadamente 80% da população residente. Apesar desta tendência é de notar que a percentagem de crianças e jovens aproxima-se dos 20%; em contraposição, aos 25% de idosos.

Gráfico 2 - Indivíduos presentes e residentes por género

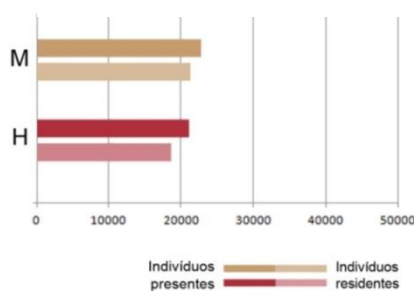


Gráfico 1- Indivíduos residentes por grau de escolaridade

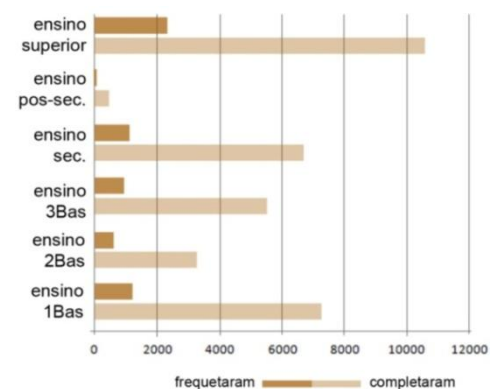
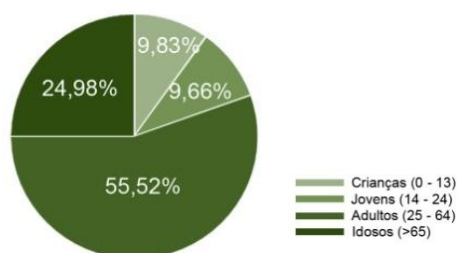


Gráfico 3 - Indivíduos residentes por idade



Elaboração própria, 05-2014 (Censos 2011)

3.4.2 Percepções sobre os espaços e edifícios públicos da área

Após o levantamento de dados relativos à generalidade da população da colina procurou-se entender de forma específica as ações, comportamentos e opiniões das pessoas que frequentam os espaços públicos nas imediações do lugar de intervenção, Santo António dos Capuchos. Com o objetivo de perceber as suas necessidades e carências quanto a este nível, elegeram-se como estratégias de recolha de informação a observação e a aplicação de um inquérito por questionário. A observação recaiu sobre a forma e frequência com que as pessoas utilizam os espaços públicos existentes na área, tais como o Campo dos Mártires da Pátria, o Jardim do Torel e as grandes ruas envolventes como a Rua Luciano Cordeiro e a Rua Gomes Freire. Foi realizada durante vários dias, nos meses de Setembro e Outubro, a horas diferentes e registada através de levantamento fotográfico, permitindo a formulação de algumas ideias chave que serviram como ponto de partida para construção e posterior aplicação do inquérito. Os espaços públicos referidos são bastante utilizados pela população pela sua qualidade, proximidade de equipamentos públicos e terciário e pela centralidade da área que se localiza entre dois grandes eixos estruturantes e bastante movimentados da cidade de Lisboa, a Avenida da Liberdade e a Avenida Almirante Reis.

Figuras 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89 e 90 - A apropriação dos espaços públicos da colina





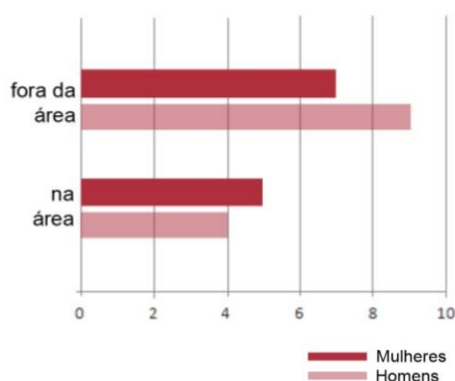
Fotografias de Alexandre Calvário, 10-2013

A construção do inquérito por questionário teve por base as observações feitas, os dados dos Censos 2011 e o levantamento dos espaços e equipamentos públicos existentes na área. a sua utilização visou a obtenção de dados sobre as atividades desempenhadas pelos utilizadores dos espaços públicos da área e a sua opinião sobre os mesmos espaços, as suas qualidades e carências. A aplicação ocorreu em Outubro de 2013, num dia soalheiro, entre as 13 horas e as 17 horas, tendo-se inquirido 25 pessoas, sendo que cada inquérito demorou entre 15 e 30 minutos. Teve lugar nas imediações de Santo António dos Capuchos, ruas envolventes, Campo dos Mártires da Pátria, Jardim do Torel e junto aos principais equipamentos e estabelecimentos comerciais, onde se observou maior concentração de pessoas, tais como o Hospital de Santo António dos Capuchos, a Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, o Instituto Goethe, quiosques, cafés, restaurantes, entre outros.

Os 25 inquiridos foram selecionados acidentalmente, ou seja, são pessoas que encontrámos nos espaços e edifícios públicos à hora e no dia que decidimos proceder à aplicação do questionário. Os critérios de escolha das pessoas que fazem parte da amostra procurou ser o mais diversificado possível em termos de género, faixa etária e profissão. Quanto ao género foram inquiridas 12 mulheres e 13 homens; quanto à faixa etária, e atendendo à informação patente nos censos, foram inquiridos 4 jovens, entre os 14 e os 24 anos, 13 adultos, entre os 25 e os 44 anos, 3 adultos entre os 45 e os 64 anos e 5 idosos, de idade igual ou superior a 65 anos. Através de perguntas pessoais conseguimos caracterizar a amostra em

alguns parâmetros tais como a residência, o grau de escolaridade e a nacionalidade: mais de metade dos inquiridos tem residência fora da área, o que demonstra que os espaços têm determinadas qualidades que justificam a deslocação; aproximadamente 50% dos inquiridos completou o ensino superior, o que corrobora o nível de escolaridade elevado da população residente e presente na área, já observado anteriormente; a maioria dos inquiridos são de nacionalidade portuguesa, apenas 3 são de nacionalidade estrangeira, nomeadamente brasileira e sul-africana.

Gráfico 5 - Caracterização dos inquiridos: residência



Elaboração própria, 05-2014
(Censos 2011)

Gráficos 4 - Caracterização dos inquiridos: grau de escolaridade

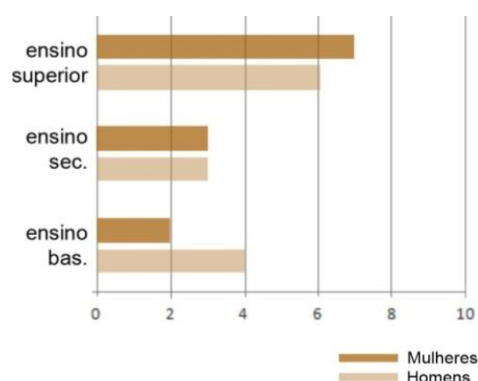
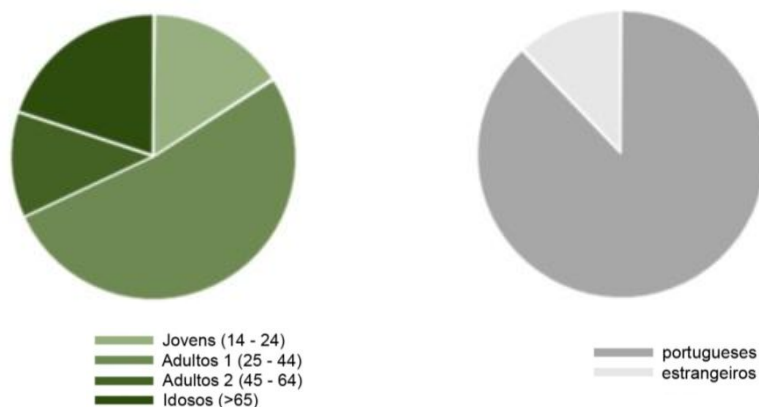


Gráfico 6 e 7 - Caracterização dos inquiridos: faixa etária e nacionalidade



Elaboração própria, 05-2014
(Censos 2011)

A primeira parte do questionário pretende averiguar quais as razões da presença dos indivíduos na área e com que frequência a visitam ou permanecem nos respetivos espaços públicos. Concluímos que aproximadamente metade dos inquiridos frequentam a área todos os dias, sendo que a maioria são adultos na faixa etária dos 25 aos 44 anos. De uma forma geral, 80% dos inquiridos visitam a área pelo menos uma vez por semana. A propósito da frequência com que visitam os espaços públicos da zona, a

maioria dos inquiridos, tanto mulheres como homens, admite utilizar assiduamente os espaços exteriores; quanto aos espaços públicos interiores, as opiniões dividem-se já que muitos desconhecem a sua existência; os que têm conhecimento de tais espaços afirmam frequentar sobretudo o Instituto Goethe e respetiva biblioteca e bar, a faculdade de Ciências Médicas, a Juventude de Galicia e os cafés e restaurantes. Sobre a oferta de espaços públicos em termos de quantidade as opiniões dividem-se entre o suficiente e o insuficiente, enquanto sobre a qualidade dos mesmos a maioria dos inquiridos classificam-nos entre o bom e o razoável. Nesta sequência, procurou-se apreender quais são as qualidades dos espaços públicos que os inquiridos mais valorizam, sendo que a maioria destaca a presença de áreas verdes bem como a luminosidade solar dos espaços públicos da zona como principais qualidades; também a presença de áreas sombreadas, mobiliário urbano e da água, nomeadamente no Campo dos Mártires, são considerados atributos essenciais na valorização dos espaços públicos da colina.

Gráfico 8 - Periodicidade da visita/ estadia neste local.

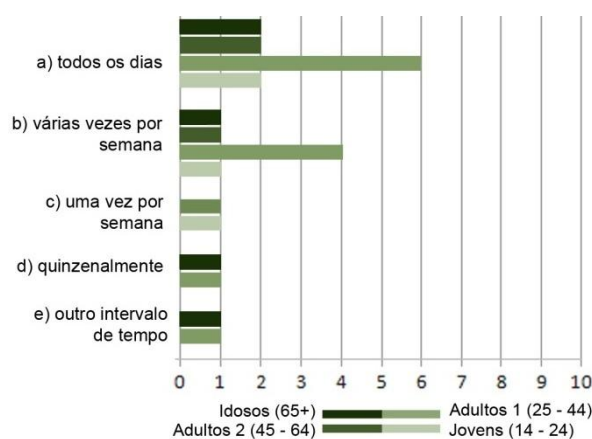


Gráfico 9 - Frequência dos espaços públicos exteriores e interiores

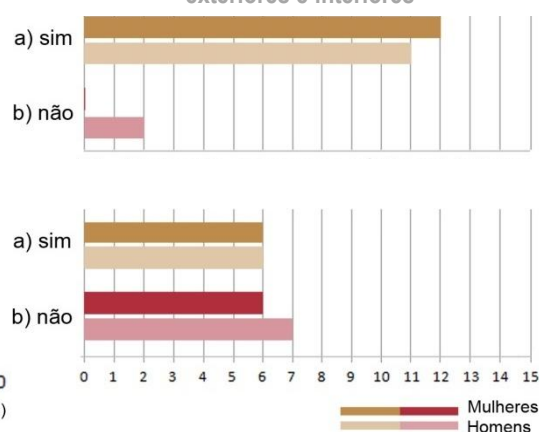


Gráfico 11 - Qualidade e quantidade de oferta de espaços públicos na área.

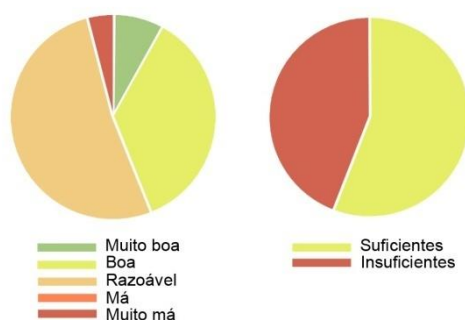
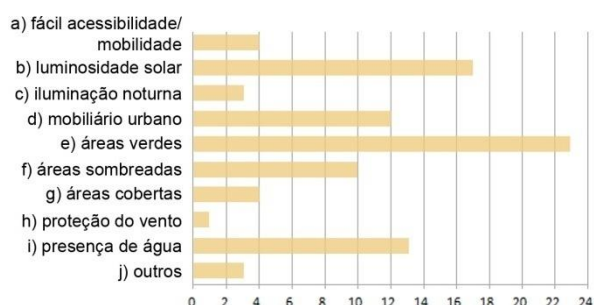


Gráfico 10 - Qualidades valorizadas nos espaços públicos na área.



Elaboração própria, 05-2014 (com base nos dados do inquérito)

3.4.3 Carências e necessidades que caracterizam esta zona de Lisboa

Na segunda parte do inquérito procurou-se indagar sobre o tipo de serviços e edifícios públicos que estão em falta na área; a maioria refere que esta zona da cidade carece sobretudo de serviços culturais e de lazer mas também de serviços desportivos e áreas comerciais. Quando confrontados com possibilidades pré-definidas de edifícios públicos que podem fazer falta na área, a maioria aponta o centro cultural e o mercado ou feira como os mais relevantes. É referido por mais de metade dos inquiridos que a criação de um centro ligado à cultura e ao lazer, destinado a várias gerações, onde se organizam atividades para os tempos-livres, eventos temporários, concertos ou espetáculos de dança, seria uma mais-valia para a população da colina. Para alguns inquiridos é essencial a criação de um espaço público gratuito, pelo menos parcialmente interior e coberto, que dê origem a novos postos de trabalho, áreas de comércio especializado e diversificado mas também locais de lazer para as pessoas que trabalham e permanecem na área, originando desta forma situações e contextos de convívio e de sociabilidade. Como diria uma das inquiridas, de 46 anos: "A cultura traz muita coisa...".

Gráfico 13 - Serviços públicos em falta na área.

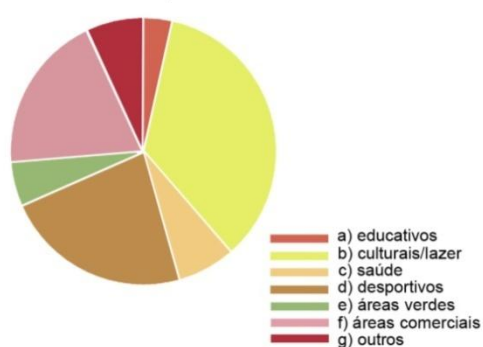
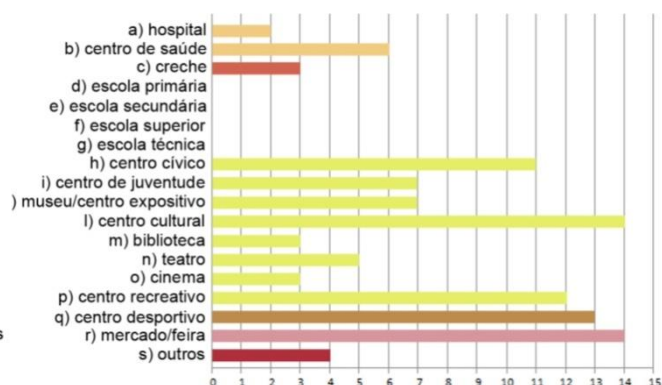


Gráfico 12 - Edifícios públicos em falta na área.



Elaboração própria, 05-2014 (com base nos dados do inquérito)

4 | Projeto - O caso de Santo António dos Capuchos

4.1 A proposta conceptual

Nos capítulos anteriores foram expostos alguns dos temas pertinentes para o desenvolvimento da questão da flexibilidade no espaço e nos equipamentos públicos. Conclui-se que a presença de espaços públicos é de primeira importância na estruturação física e social da cidade e que as suas funções primordiais devem ser enfatizadas, tais como promover o encontro, a convivência, a diversidade, a expressão e apropriação individual e coletiva.

A abordagem da dicotomia *forma* e *função* como definidores do desenho da arquitetura confirma o predomínio da *forma* como estratégia inicial, já que se definiu a sua permanência como caminho para a flexibilidade. Assim, a *forma* é expressa numa matriz primária que define os princípios e objetivos genéricos da intervenção e garante os aspetos primordiais para a permanência tais como a memória do lugar, o significado e a qualidade; já a *função*, por ser considerada temporária, é expressa numa matriz secundária, flexível à mudança e adaptável às necessidades contemporâneas dos utilizadores.

O caso de Santo António dos Capuchos, atual hospital e antigo hospício e convento, pelas transformações que revelou ao longo do tempo tanto na função como na estrutura formal do lugar, ilustra a pertinência das questões levantadas. Atualmente, o hospital encontra-se descaracterizado no que diz respeito à estrutura conventual primária, mas também na qualidade do edificado existente e nas relações que estabelece com a envolvente e com a cidade. A estratégia para a intervenção e reconversão de Santo António dos Capuchos pretende devolver o mesmo espaço à cidade de Lisboa, priorizando o desenho e significado do espaço público e estabelecendo relações com a memória e estrutura do antigo convento e do atual hospital.

4.1.1 O lugar de dois mundos: o território intersticial

O lugar de intervenção, Santo António dos Capuchos, situa-se, como já foi referido, num dos topos da colina de Santana, uma das sete emblemáticas colinas de Lisboa, e como tal ocupa uma posição estratégica no que diz respeito à cidade, já que se localiza perto do centro e simultaneamente olha sobre ele. A topografia é portanto acentuada no lugar, que se estende a sul até à rua do Passadiço, através da qual estabelece relações com a Avenida da Liberdade, e a norte até à rua Luciano Cordeiro, que faz a ligação ao campo Mártires da Pátria. Partindo da análise do espaço público, observamos que as duas ruas, apesar de próximas, têm um carácter totalmente distinto: enquanto a primeira via é estreita, de sentido viário único e predominantemente habitacional, a segunda via é larga, de dois sentidos, com

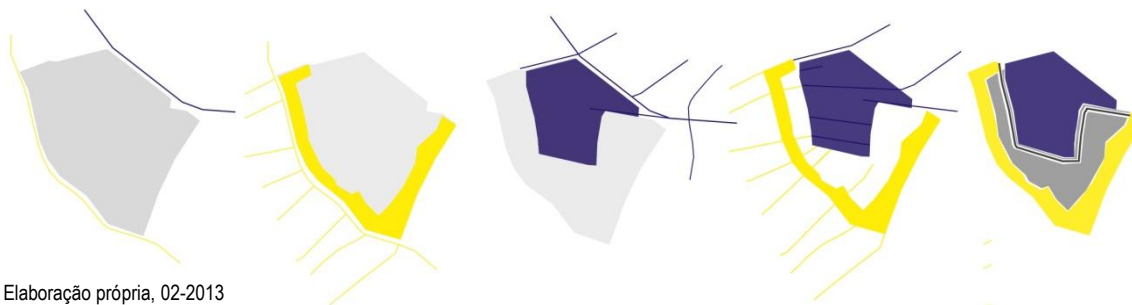
árvores distribuídas ao longo de todo o seu comprimento bem como funções variadas nos pisos térreos dos edifícios. Assim, conseguimos assinalar um paralelismo entre as envolventes imediatas do lugar, no que diz respeito ao carácter e à escala, próxima da estrutura urbana da própria colina, feita de contrastes e sobreposições de malhas distintas. Em Santo António dos Capuchos esse paralelismo é ainda enfatizado pelo contraste altimétrico estabelecido a partir da linha da antiga cerca, que divide de forma marcada o terreno.

Figura 91 - O contraste das malhas da colina de Santana



Elaboração por Catarina Almeida, Miguel Dias e Catarina Alegria, 02-2013

Figura 92 - Distinção de dois mundos pelo carácter do espaço público, topografia e cerca.

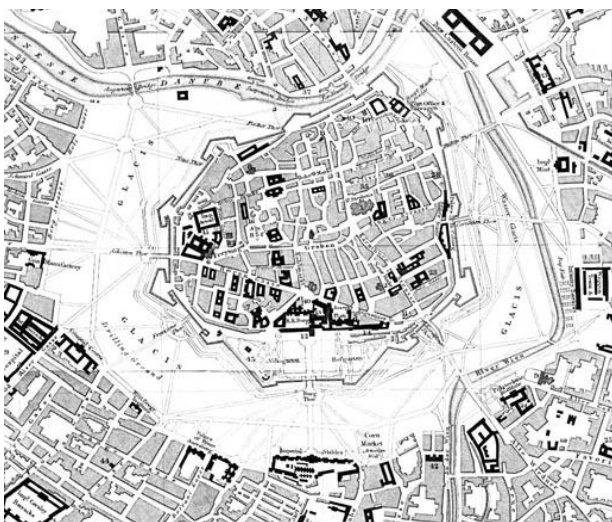


Elaboração própria, 02-2013

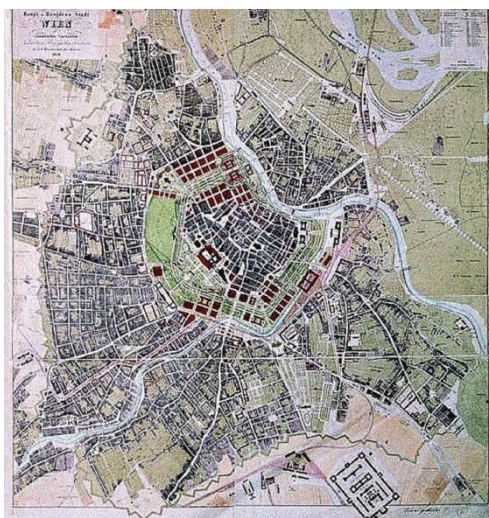
As cercas monasteriais marcavam o limite dos terrenos pertencentes aos conventos estabelecendo assim o isolamento e abstração dos monges em relação à população e à cidade. Em Santo António dos Capuchos encontramos apenas vestígios da cerca original, dados sobretudo pela topografia que define uma espécie de pódio elevado, que se impõe sobre o terreno e indica a zona anteriormente ocupada pelo território do convento. Entre esse pódio e a faixa de edifícios habitacionais e respetivos logradouros a sul, compreende-se uma área atualmente descaracterizada, como que uma extensão da antiga linha da cerca, a qual se pretende tornar numa zona intersticial de ligação dos dois mundos distintos. Aproximamos esta ideia ao plano de Viena do final do século XIX, no qual identifica o *ring*, amplo anel

espacial verde em forma de passeio público que se estendia ao longo do perímetro da muralha e fazia a separação entre a cidade velha e os subúrbios. No início do século, o *ring* desempenhava um papel militar, tornando mais expressiva a função da muralha pelo talude que separava duas áreas distintas da cidade. Após o derrube da muralha, que marcava a entrada na segunda metade do século, a barreira verde tornou-se numa área intersticial de imenso potencial urbanístico, a qual viria a articular grandiosos equipamentos públicos, extensos parques e luxuosas residências para a burguesia emergente.

Figura 93 e 94 - A cidade de Viena rodeada pelo talude, e após a implementação do *Ring*



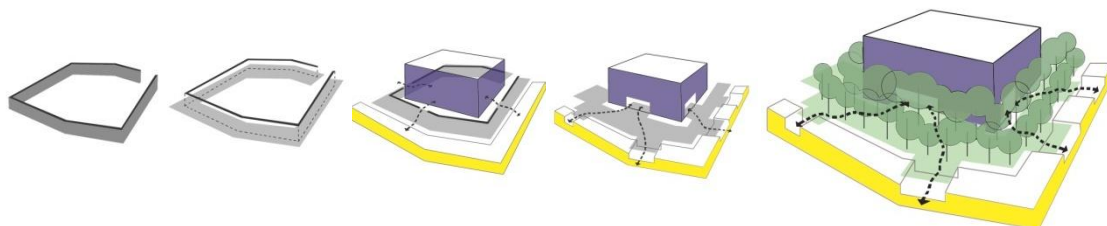
<http://urban-networks.blogspot.pt/2012/03/viena-imperial-y-burguesa-la.html>, consultado a 04-2014



<http://www.austrianphilately.com/aroundthering/ring-plan.jpg>, consultado a 04-2014

A estratégia geral de intervenção no lugar assenta nas observações da problemática atual de que existem no terreno duas zonas de carácter distinto associadas a uma terceira, que corresponde à cerca e área adjacente. Procura-se dar seguimento ao sentido do lugar e como tal assume-se a mesma distinção tanto na escala como no carácter e funções, no entanto propõe-se a sua conexão através do território da cerca, que se expande e se transforma numa zona intersticial verde, a qual denominamos, tomando o termo por empréstimo, *ring*.

Figura 95 - Esquemas conceptuais: da cerca, como barreira, ao *ring*, como zona intersticial verde



Elaboração própria, 04-2014

A cerca representa a consciência do limite e por isso, ao ser reinterpretada, marca a distinção pretendida entre o pódio superior, o qual denominamos cidadela, e o *ring*. Enquanto na cidadela se pretende a construção compacta e racional, a interiorização e a relação com o convento, *um mundo aparte* que olha para dentro, no ring acontece o oposto, predomina o orgânico, o verde, é lugar de descanso e lazer onde se estabelece uma relação forte com a envolvente e se olha para fora, para Lisboa. O *ring* distribui-se em dois anéis espaciais, de características diferentes, que envolvem todo o terreno: no primeiro, mais elevado e em contacto com o muro, o verde estende-se de forma organizada, as árvores, de folha permanente, deixam passar uma *promenade* coberta pelas copas, ao mesmo tempo que enquadram vistas da paisagem e oferecem momentos de contemplação; a expressiva e permanente faixa verde garante a visibilidade da intervenção e estabelece-se no sistema de relações visuais dos miradouros de Lisboa, tais como S. Pedro de Alcântara, Torel e o Parque Eduardo VII; o segundo anel, que faz a ligação à Rua do Passadiço, é visto como um parque onde o verde é espontâneo, o declive acentuado e os caminhos múltiplos, onde a racionalidade e escala monumental da composição são difundidas, adaptando-se às envolventes habitacionais a sul. A cerca é assim reinterpretada como um limite habitado, um lugar intersticial onde acontecem momentos de exceção nos quais ela se rompe e estabelece ligações físicas e visuais entre a cidadela e o *ring*, entre a proposta arquitetónica e a cidade.

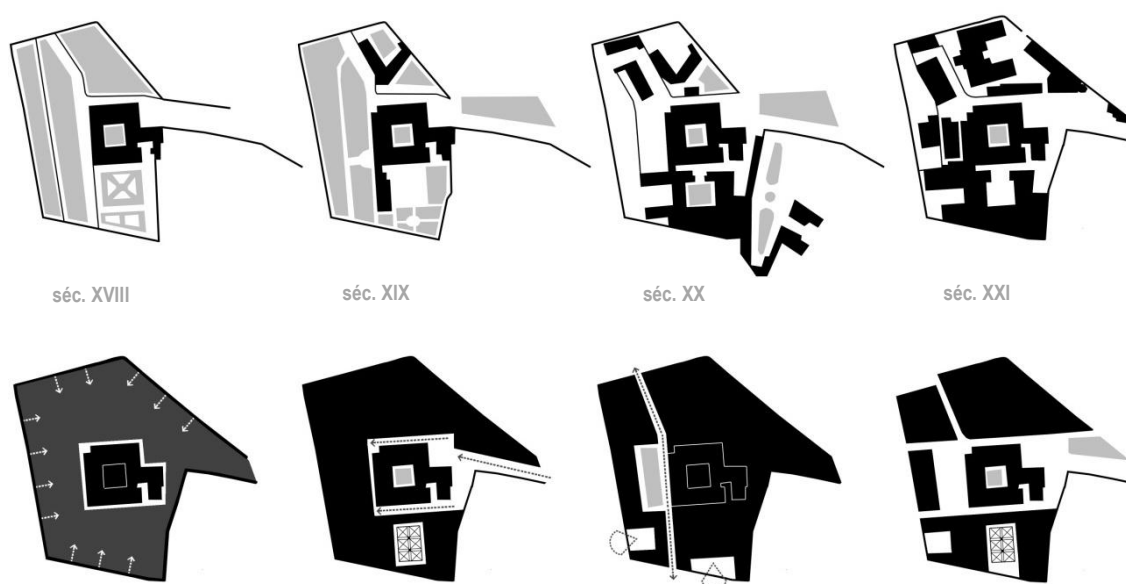
4.1.2 A criação de uma matriz para a permanência

Para a aplicação e exploração dos temas desenvolvidos optou-se por um lugar de intervenção específico no terreno, a anteriormente denominada cidadela. A linha da antiga cerca, associada à topografia do terreno, compõem uma espécie de pódio, elevado sobre o resto e com uma área extensa, onde ao centro se destaca o conjunto do antigo convento, claustro e igreja de Santo António dos Capuchos. A escala e composição do pódio bem como a imponente presença do convento, sugerem a constituição de uma espécie de *agora*, uma cidade dentro da cidade, o que também complementa os objetivos iniciais da criação de cidade compacta, sustentável e multifuncional.

Após a avaliação da condição dos edifícios existentes no terreno concluiu-se que muitos dos que foram construídos para o hospital não têm qualquer interesse ou qualidade arquitetónica e, como tal, optou-se pela sua demolição, assente na certeza de que o terreno tem potencialidades que não são asseguradas pela atual disposição do edificado. Por outro lado, reconhece-se a importância e valor da estrutura do antigo convento, ainda que bastante alterada no que diz respeito à sua forma inicial. A proposta procura oferecer novamente o protagonismo ao convento pelo que se organiza em seu redor e estabelece continuidade com a sua matriz.

Pela observação da cartografia antiga da cidade de Lisboa entendemos a matriz inicial do lugar do convento e como este tem sido modificado ao longo dos anos, tanto pela necessidade de aumento das instalações como pela mutabilidade funcional. No entanto, podemos identificar determinados elementos que subsistiram às transformações, os quais denominamos *antigas permanências*: a igreja, o claustro e paredes-mestras do convento, a cerca, a cisterna, a topografia, o eixo Este-Oeste a partir do Campo dos Mártires que faz a entrada no terreno, e o carácter público da área que, desde o início até aos dias de hoje esteve ao serviço da cidade e da envolvente. O claustro, embora algo descaracterizado pelas intervenções posteriores, permanece nas suas dimensões, interioridade e organização em galeria, na expressão das suas paredes envolventes em pedra maciça, revestidas a azulejaria tradicional portuguesa, no verde rasteiro que se organiza em torno de uma fonte ao centro; a cerca, ainda que apenas vestígios dela, permanece na sua função primordial de limite; a cisterna, que apesar de não desempenhar a mesma função, permanece e ainda evoca a presença da água. As referidas permanências subsistem tanto pelo carácter e qualidade que lhes estão associados como pela memória que evocam do antigo lugar do convento, pelo que se pretende preservar e enfatizar a sua presença e simultaneamente tomá-la por inspiração para a criação de *novas permanências*. A memória de elementos do antigo convento que se desvaneceram no tempo, tais como alguns eixos ou o espaço destinado às hortas, na zona Oeste, em frente à igreja, está também presente nos objetivos da intervenção. Da mesma forma, pretende-se reinterpretar alguns elementos e disposições do atual hospital que resultam, por exemplo, no espaço destinado à esplanada do bar, chamado pelo utentes de "oásis", por ser um lugar agradável, de contemplação, encontro e sociabilidade.

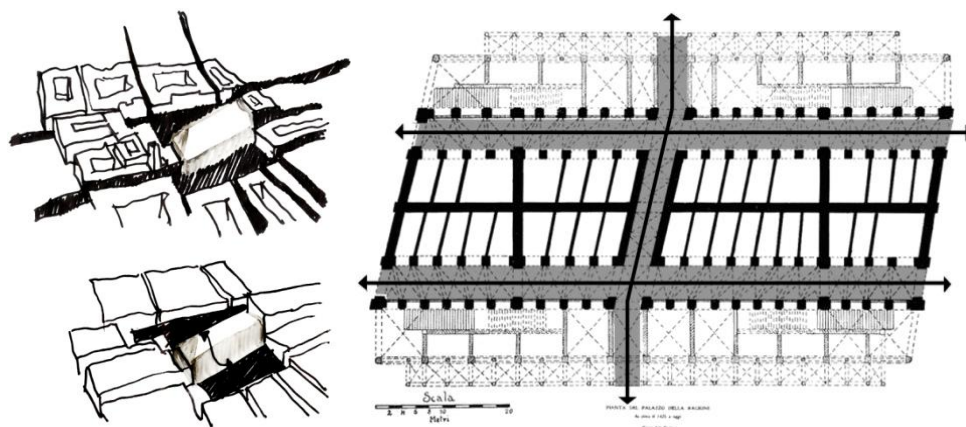
Figura 96 - A evolução do edificado e espaço público de Santo António dos Capuchos e a definição da matriz segundo as permanências e memórias do lugar



Elaboração própria, 04-2014 (a partir de plantas cartográficas de Lisboa)

No primeiro capítulo observámos alguns exemplos de edifícios, aos quais chamámos primários, que persistiram pela importância que alcançaram no tecido urbano, como é o caso do Palazzo Della Ragione, em Pádua. O palácio estabelece uma forte relação com a envolvente já que é constituído como charneira entre duas grandes praças da cidade, nas quais terminam onze ruas. Assim, a transversalidade presente na matriz do edifício, conseguida através de uma rua interior, permite essa relação e simultaneamente garante a utilidade e expressão do palácio no lugar, independentemente da função.

Figuras 97e 98 - A ligação à cidade e a transversalidade

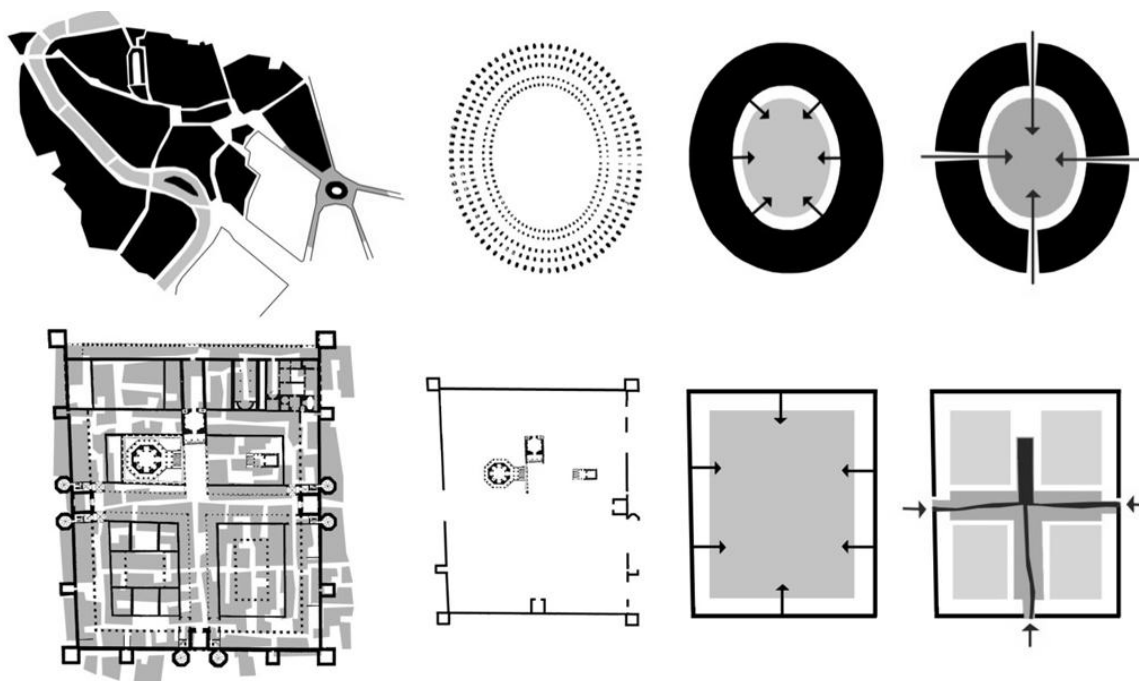


Elaboração própria, 11-2013

De facto, a posição do elemento primário na cidade tem influência sobre a sua importância e permanência como acontece, por exemplo, em alguns anfiteatros romanos anteriormente apresentados. Tanto o anfiteatro de Nîmes como o Coliseu de Roma foram construídos estrategicamente nos extremos das cidades, no final de eixos estruturantes dos tecidos urbanos. Tomando o exemplo de Roma, observamos que o edifício é orientado consoante esse mesmo eixo de ligação à cidade, pelo que a sua matriz de invólucro, que evoca o fechamento sobre si mesmo, quebra para estabelecer ligações parciais com o exterior. Os romanos organizavam as suas cidades e edifícios de acordo com os eixos perpendiculares *cardo-decumanos* e assim ditavam os acessos principais e as relações com a envolvente. O Coliseu é caso disso, bem como o Palácio Dioclesiano de Split, atual cidade muralhada, na Croácia. Identificamos claramente a matriz primária da cidade pela observação dos elementos comuns ao antigo palácio e à atual cidade, aqueles que permaneceram, não obstante as vincadas transformações, por isso considerados como primários. Exemplos desses elementos são os eixos estruturantes referidos e as três portas que os finalizam, a divisão que fazem de quatro zonas diferentes, a muralha que declara o fechamento e orientação para o interior, e a circulação secundária pelo perímetro, além de algumas construções de qualidade significativa tais como o Mausoléu, o Peristilo, o Vestíbulo e parte do Templo.

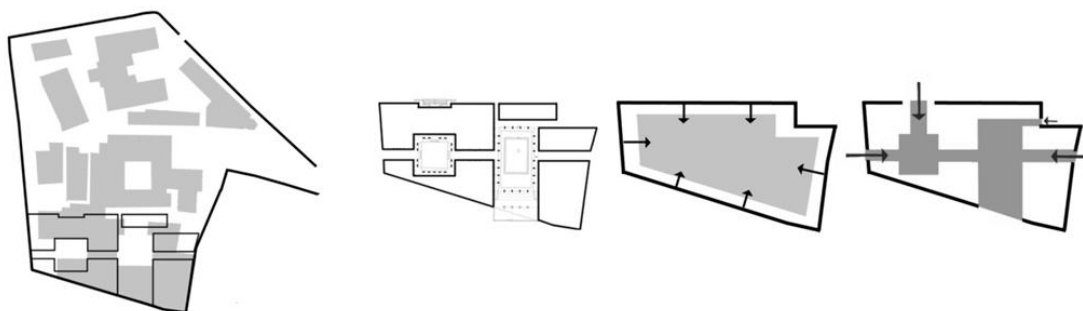
A influência da matriz na envolvente é determinante para a sua persistência, no entanto a composição tem que se resolver em si mesma e assim manter o sentido e funcionamento independentes das operações que possam surgir no exterior. A condição de invólucro presente nos foruns apresentados ou na muralha construída da cidade de Split, revela-se uma estratégia válida para a permanência. Também a atribuição de expressão aos elementos estruturais, maciços e fixos, e sua distribuição segundo uma métrica regular que delimita a organização geral da composição, representam medidas para a definição de uma matriz eficaz e permanente. Observamos estas características nos próprios conventos, edifícios recinto cuja estrutura claustral e autonomia em relação à envolvente, garantem o funcionamento e persistência no tempo.

Figura 99 - As condições para a permanência pela matriz primária - Coliseu de Roma e cidade muralhada de Split



Elaboração própria, 11-2013

Figura 100 - As condições para a permanência pela matriz primária - Projeto



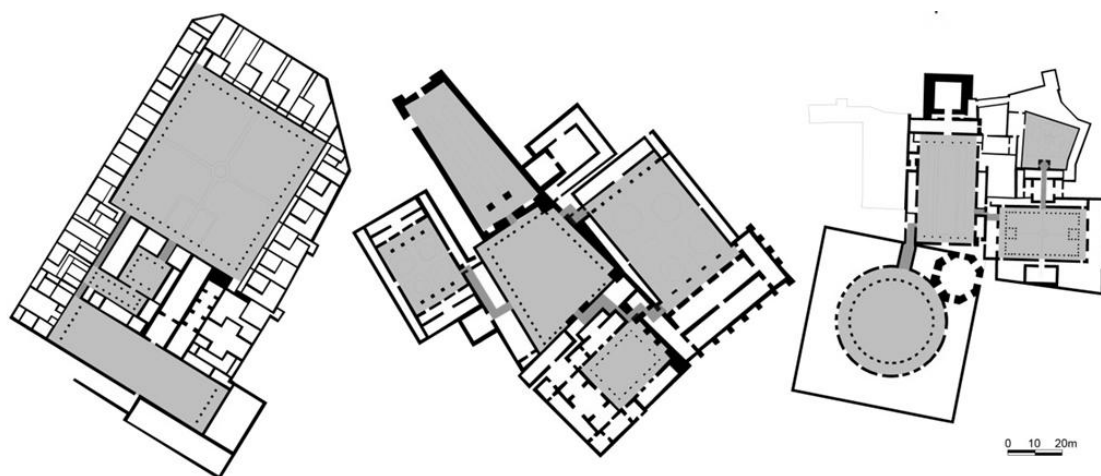
Elaboração própria, 12-2013

No primeiro capítulo apresentámos a definição de espaço público e as funções que deve desempenhar na cidade bem como a sua importância nas relações sociais que nela se estabelecem. Assim, considerámos como objetivo primordial do espaço público a promoção do encontro, da interação, da sociabilidade e da coexistência da diversidade; posteriormente recolhemos informações específicas e aplicáveis ao desenho do projeto, que asseguram o cumprimento desse objetivo e simultaneamente contribuem para a flexibilidade do uso, adaptabilidade e apropriação individual.

4.2.1 O desenho do espaço público como estratégia de projeto

A intervenção reconhece a importância do espaço público pelo que a matriz primária prioriza o desenho e funções do mesmo, partilhando os seus objetivos. A estratégia assenta na criação de um sistema de espaços públicos, de carácter distinto, através da definição dos vazios e relações entre eles, assegurando simultaneamente ligações à envolvente. O paralelismo que tem sido apresentado entre forma e função ou permanência e mutabilidade, justifica a dualidade constante da composição que procura explorar o contraste entre novo e antigo, rua e praça, interior e exterior, pausa e movimento. Através da atribuição de características distintas a cada espaço, no que diz respeito à dimensão e proporção, à orientação solar e topografia, à interioridade e exterioridade e às relações visuais e físicas com a envolvente, oferece-se uma ampla variedade de lugares públicos, o que também expressa a diversidade de indivíduos que neles se encontram.

Figura 101 - A composição segundo um sistema articulado de espaços exteriores ou comuns - Convento da Cartuxa (Florença), Alcazar Real (Sevilha), Alhambra (Granada)

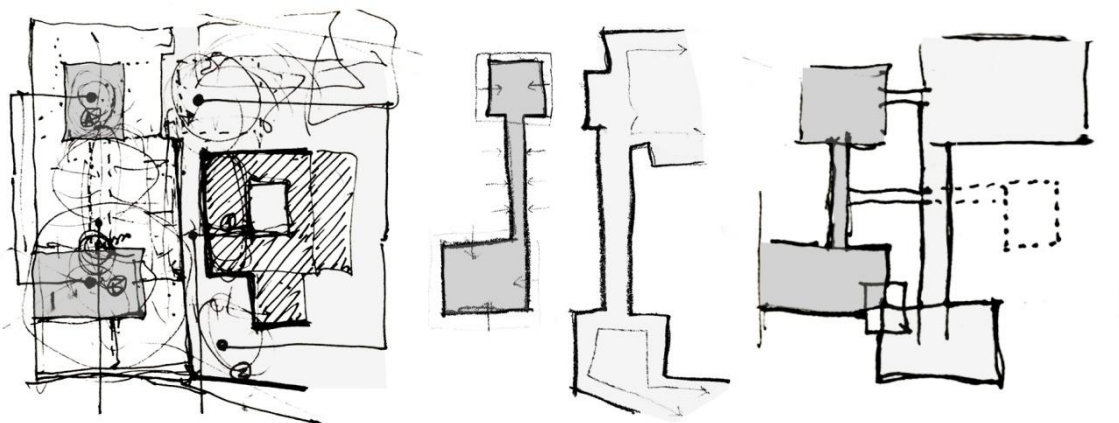


Elaboração própria, 11-2013

O claustro é identificado como a peça central e significativa do lugar, o vazio que permanece, não obstante as marcadas transformações em seu redor, como tal é nele que tem origem o sistema de espaços públicos proposto. As relações que se estabelecem entre os espaços criados e o claustro são tanto físicas e visuais, como da memória, ou seja, a aproximação é conseguida, por vezes, pela evocação das mesmas características, dimensões, e elementos compositivos. A analogia entre a nova proposta e o antigo convento é alcançada pela libertação do seu perímetro e criação de um primeiro anel de espaços públicos em que é aparente esse contraste. Paralelamente, estabelece-se um segundo anel público como alternativa, pelo interior da proposta, que certifica a sua independência em relação à envolvente. Assim, o sistema divide-se em dois subsistemas de espaços públicos autónomos e diferenciados que no entanto se intersejam em determinados pontos do terreno.

A matriz do antigo convento serve de ponto de partida para a composição do sistema de espaços públicos, mas também as relações com a envolvente e a linha da cerca ao indicar o limite do edificado, têm influência nesse âmbito. Tendo presente os objetivos a que nos propomos, a memória e sentido do lugar e a matriz do claustro, definem-se quatro grandes vazios e respetivos eixos de ligação. Atribui-se um carácter singular a cada um, relacionado com as proporções e abertura ao exterior, e com as características arquitetónicas que sugerem determinadas apropriações e funções ao espaço público.

Figura 102 - A proposta segundo um sistema articulado de espaços públicos. O paralelismo entre percursos alternativos distintos e ligações através do edifício



Desenhos da autora, 11-2013

4.2.2 Os elementos do espaço público e a flexibilidade

Figura 103 - A intensidade do percurso, centro histórico de Graz



Fotografia da autora, 10-2013

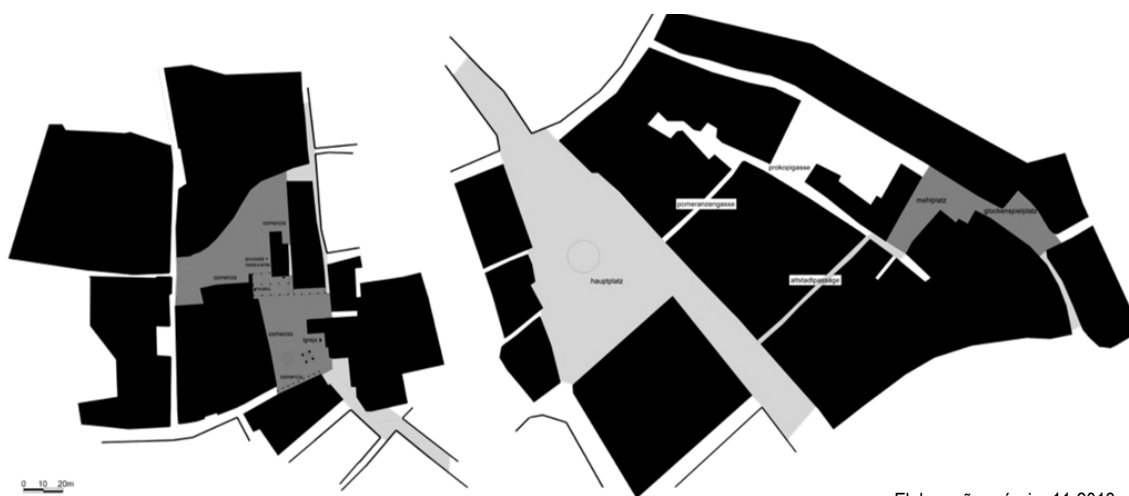
A variedade de espaços públicos reflete a diversidade de pessoas e funções pretendida, pelo que é estratégia para o alcance da flexibilidade. No âmbito da exploração dos temas enunciados, do cumprimento dos objetivos propostos e da oferta da diversidade, abordam-se diferentes elementos do espaço público, tais como a praça, o pátio, a rua, nos quais se pretende a aplicação variada de dispositivos referentes à apropriação e flexibilidade. Como já referimos, a proposta configura-se em dois sistemas paralelos segundo as sequências *praça-rua-praça*, e *pátio-rua-pátio*, que, se pelo esquema se aproximam, pela forma, características e relações se distinguem.

A praça resulta da definição de um vazio na malha urbana pela interseção de ruas e pela necessidade de desafogo e coesão da estrutura edificada. Caracteriza-se por ser um lugar frequentemente destinado ao peão, permitindo o encontro e expressão e relacionando uma multiplicidade de usos. Como método para a definição das dimensões e relações do espaço público proposto serviu a análise de diferentes praças, experimentadas e tidas como exemplo no que diz respeito à harmonia proporcional, qualidade e atividade.

A escala das praças das cidades com herança medieval ou árabe, sobretudo aquelas nos países do sul e centro da Europa, tais como Itália, Espanha ou Portugal, reconhece-se universalmente como agradável, pelas proporções entre o vazio e o edificado, pelas dimensões de acordo com a escala humana e pelas

ligações intrínsecas ao traçado envolvente. As praças do centro histórico de Guimarães são um bom exemplo de como escala do espaço público se pode adequar à figura humana e assim influenciar a sua apropriação constante. Neste caso, também a multifuncionalidade conseguida nas praças representa uma via para a sua ativação, bem como o condicionamento da circulação automóvel que permite a extensão das funções dos pisos térreos para o exterior. Na cidade medieval de Graz na Áustria, encontramos um centro histórico repleto de pequenas praças interligadas por ruas estreitas onde também o trânsito automóvel é muitas vezes condicionado, conferindo uma maior liberdade de circulação ao peão. O traçado orgânico, característico das malhas medievais, torna toda a experiência da cidade interessante; ruas estreitas abrem-se subitamente em praças, de pequena escala, que através de túneis ou esquinas apertadas se ligam a outras, onde os cafés e lojas se prolongam para o exterior e assim intensificam a atividade e vivência dos espaços. Quanto à escala, proporções e conexões entre elementos do espaço público, tomou-se como referência a Mehlplatz e a Glockenspielplatz, duas praças que se articulam e assim constituem uma sequência que representa bem a experiência estimulante do traçado orgânico da cidade. A partir de uma das ruas principais do centro, a Herrengasse, encontramos algumas vias perpendiculares em forma de túnel, as chamadas passagens, que penetram os edifícios e despertam a curiosidade de descobrir o que está para além delas, como é o caso da Altstadtpassage; a passagem, longa e estreita termina inesperadamente na Mehlplatz, uma praça pequena e intimista que se estende na longitudinal, rodeada de edifícios de três andares, onde as esplanadas dos cafés e restaurantes dos pisos térreos ocupam quase toda a totalidade do espaço público; chegando ao fim da praça ouvimos do lado direito ruído que nos indica a existência de uma segunda, a Glockenspielplatz, de escala menor, como que recortada na fachada de um edifício, na qual se desenvolvem as mesmas atividades exteriores; a praça parece quase fechada em si mesma, tal qual um pátio, e no entanto, ao fundo, avistamos uma pequena rua estreita que nos devolve à cidade e dá continuidade ao percurso.

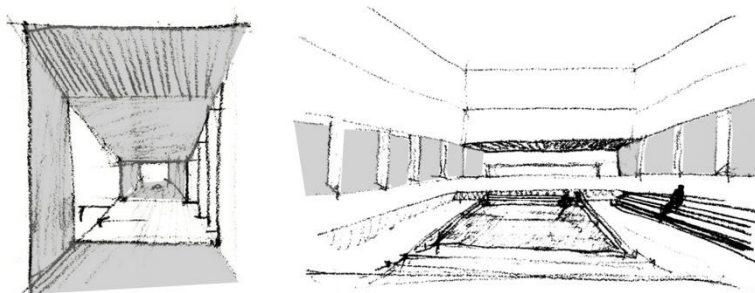
Figura 104 - A escala, intensidade e multifuncionalidade do percurso público - centro histórico de Guimarães e centro histórico de Graz (Áustria)



Elaboração própria, 11-2013

A escala humana da sequência de espaços públicos descrita influencia o nível de atividade, da mesma forma que o contraste constante entre ruas estreitas e pequenas praças bem como a forma inesperada como as mesmas surgem, convidam ao percurso e configuram uma experiência interessante dos espaços. Procurámos transpor esta conceção para o desenho do espaço público nomeadamente na conexão das praças e pátios propostos através de passagens que estabelecem um percurso e enfatizam a diferença de escalas.

Figura 105 - A intensidade da alternância dos espaços públicos propostos



Desenhos da autora, 11-2013

O pátio está para o edifício como a praça está para a cidade. De facto, o pátio é um elemento que partilha características da praça tais como o estabelecimento e interação de uma multiplicidade de usos em seu redor. Os dois elementos são com frequência distinguidos pelo nível de acessibilidade que lhes está associado, sendo o pátio o menos acessível, digamos o *menos público*. Nas cidades árabes o pátio associa-se à esfera privada, é um elemento constituinte da casa, uma sala descoberta configurada no sentido de iluminar as divisões e estabelecer relações com o exterior, já que o espaço dito público, a rua, não é priorizado; ainda assim, dentro do todo privado que é a casa particular, podemos considerá-lo como o espaço comum, a área coletiva onde se proporciona o encontro.

Apresentámos anteriormente o caso do Alhambra, em Granada, como um sistema de cheios e vazios que se pode assemelhar à constituição de cidade. Outro caso semelhante é o Real Alcazar, em Sevilha, cuja planta, também ela complexa, constitui-se por um conjunto de vazios que se interligam através do próprio edificado. Os vazios encontrados nos dois palácios designam-se pátios pela interioridade que apresentam; ainda que não sejam totalmente fechados e estabeleçam relações entre si, elas são limitadas e restringidas a determinados pontos, geralmente ao eixo da sua configuração. A articulação dos pátios é então feita, à semelhança das praças, por passagens estreitas, por momentos charneira em pontos estratégicos, que garantem a uniformidade do todo mas não comprometem a leitura, funcionamento e carácter do espaço isolado.

A aproximação à escala humana, utilizada com frequência pelos árabes no desenho dos espaços, evoca necessariamente a harmonia, para a qual também têm influência a presença de elementos verdes e

sobretudo da água. Assim, a proporção e características dos pátios do Alhambra e de Sevilha é tida como modelo e inspiração às dimensões do espaço público, adotadas no projeto

Figuras 106 e 107 - A proporção e escala humana dos vazios - Alhambra e Alcazer Real

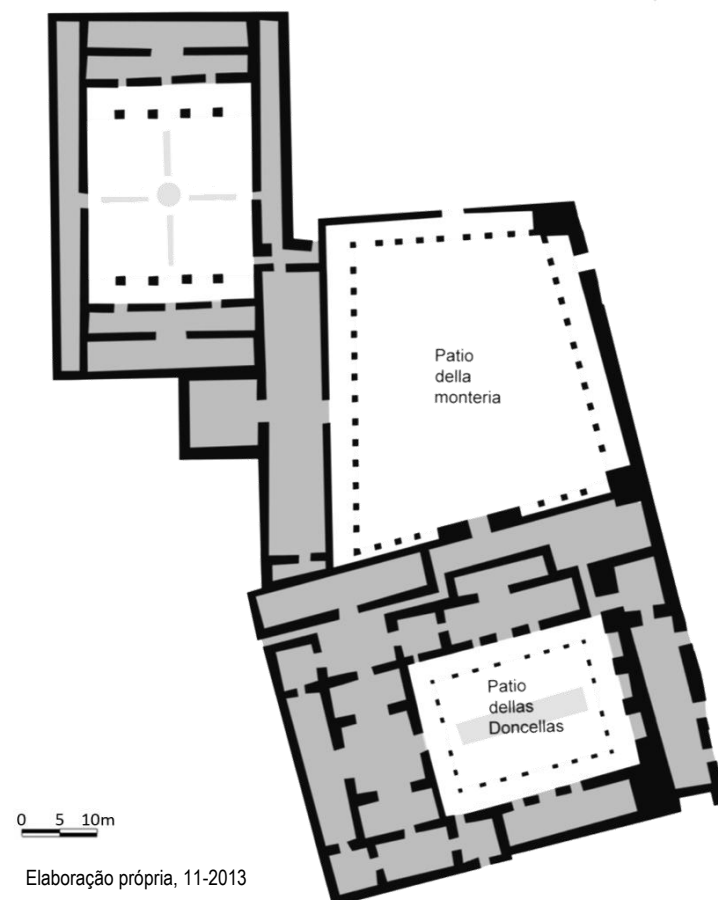
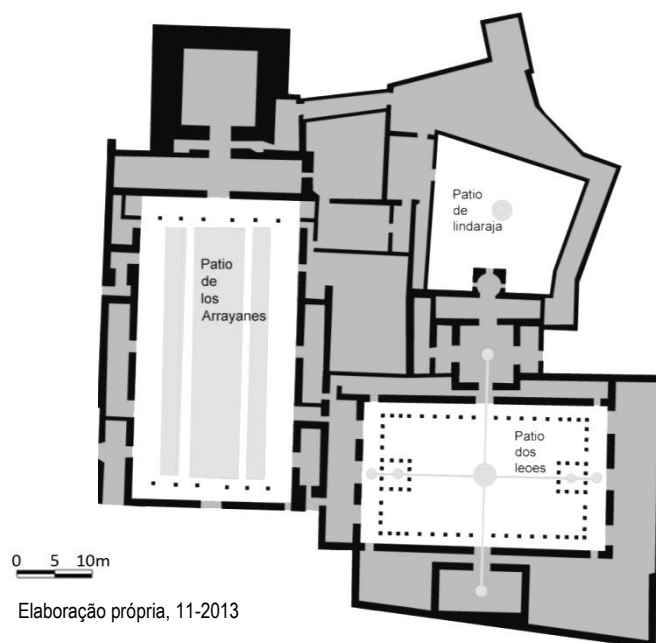
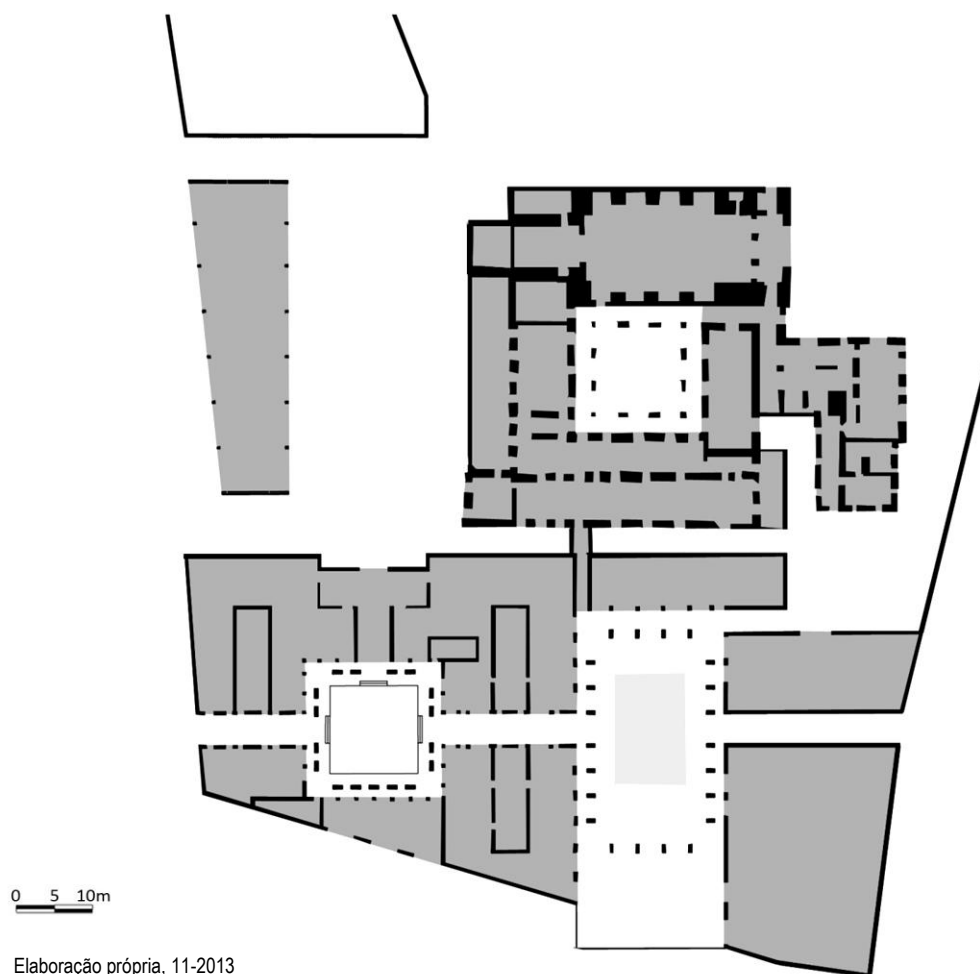


Figura 108 - A proporção e escala humana dos vazios - Projeto



A rua é o elemento essencial para a constituição de traçado urbano já que possibilita a comunicação entre praças e pátios, entre edifícios, entre todos os elementos constituintes de cidade; é o lugar público por excelência e a trama que configura estabelece uma rede de acessibilidade que constitui por último a cidade. É local de passagem e movimento, um caminho que nos conduz a determinado destino, e no entanto pode tornar-se mais do que isso, num lugar de permanência, de apropriação, de extensão dos edifícios.

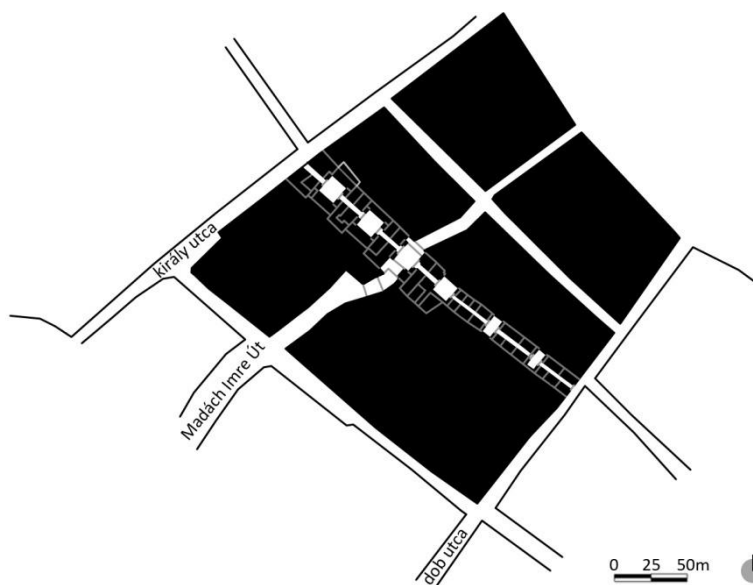
Quando falamos de estratégias de intervenção nos espaços públicos referimos que a rua poderia desempenhar um papel fundamental na ativação e promoção do encontro e convivialidade. Apontámos as ruas pedonais, que condicionam o trânsito automóvel, como aquelas que possibilitavam uma mais ampla e eficaz apropriação dos indivíduos, e as ruas estreitas como aquelas que contribuíam para a ativação e intensidade da experiência pública. É essa intensidade que procuramos constituir no sistema proposto, de alternância e contraste entre grandes vazios, praças e pátios, e eixos que os interligam e inscrevem numa leitura do todo e do lugar. Um caso disso mesmo é a chamada Gozsdu Udvar, em Budapeste, uma rua semi-interior que atravessa dois quarteirões do antigo bairro judaico, junto ao centro,

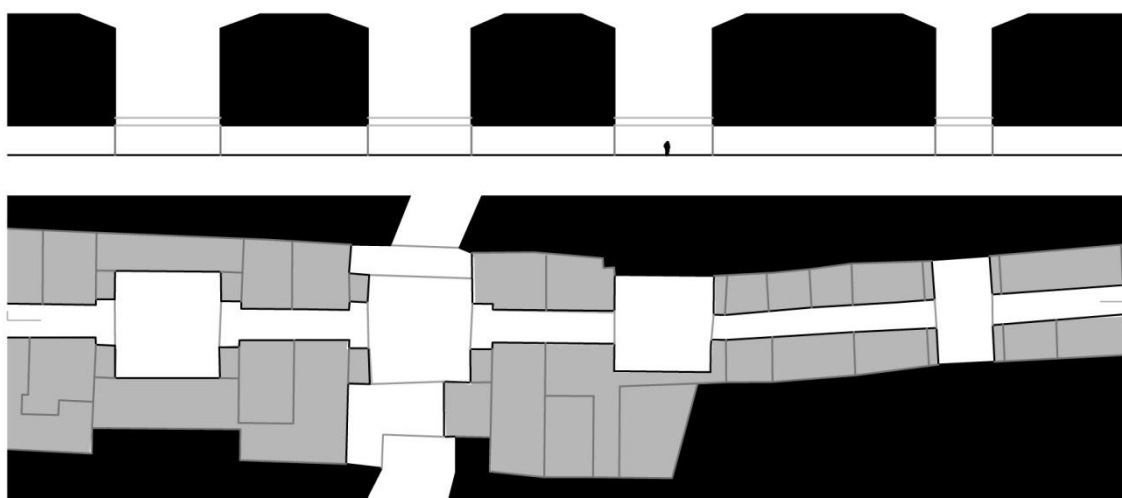
e faz a ligação na perpendicular entre três das principais ruas do mesmo bairro, a Király utca, a Madách Imre út e a Dob utca. A rua constitui-se num grande eixo pedonal e semi-coberto que se recorta nos quarteirões, reproduzindo a sequência *pátio-rua-pátio* ao longo de todo o seu comprimento. A multifuncionalidade está também presente já que no piso térreo encontramos uma variedade de bares, cafés e lojas, que se estendem e apropriam do espaço exterior dos pátios, bem como os acessos às habitações dos pisos superiores. A rua é também local de atividades temporárias tais como feiras de artesanato, eventos musicais, entre outros, durante os quais se torna um autêntico pólo atrativo para os turistas e população local. A transversalidade e estabelecimento de um percurso são fundamentais para a vivacidade que atinge na malha urbana. O mesmo acontece no já referido caso de estudo Palazzo Della Ragione, cuja rua transversal, inerente à estrutura primária, se estabelece como a principal ligação entre duas praças, constituindo a sequência *praça-rua-praça* que incorpora o próprio edifício.

Tendo presente as referências apresentadas, a proposta orienta-se a partir da constituição de um eixo transversal, de ligação à envolvente, que configura uma sequência de elementos públicos diversos, de ruas, praças e pátios de características distintas, e assim explora o contraste entre eles e a intensidade da experiência do todo. Pretende-se orientar as funções do edifício segundo esse mesmo eixo e assim determinar a uniformidade da forma, não obstante a diversidade funcional.

"If the street as a collection of building blocks is basically the expression of the plurality of individual, mostly private, components, the sequence of streets and squares as a whole potentially constitutes the space where it should be possible for a dialogue between inhabitants to take place" (Hertzberger, 2005, p.64)

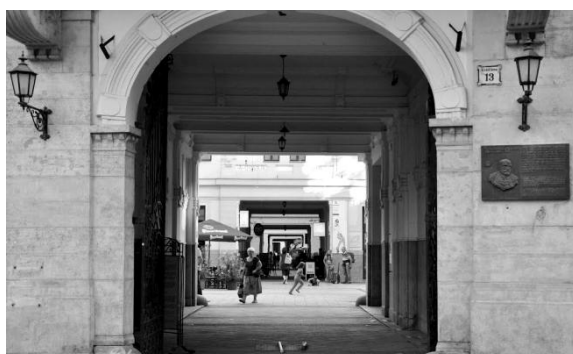
Figuras 109, 110, 111 e 112 - A rua interior e a sequência *pátio-rua-pátio* - Gozsdu Udvar, Budapeste





Elaboração própria, 11-2013

0 5 10m

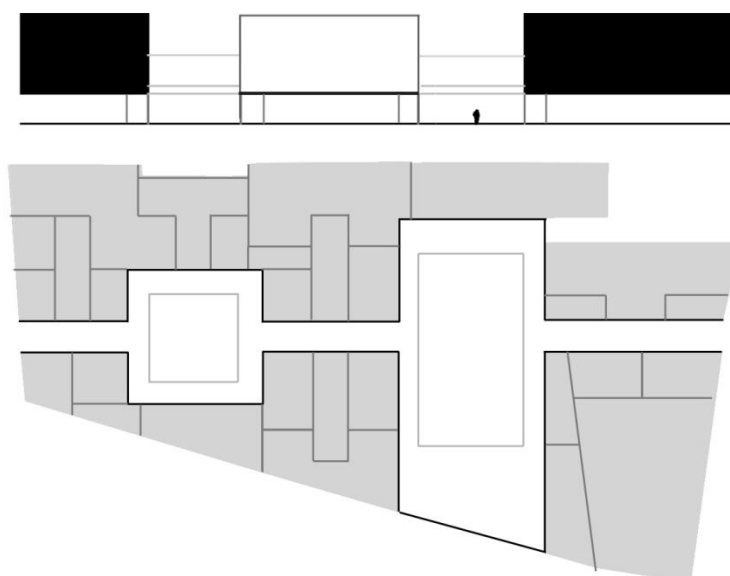


<http://static.panoramio.com/photos/large/78390815.jpg>, consultado a 06-06-2014



<http://gozsduudvar.hu/images/slider-images/slide1.png>, consultado a 06-06-2014

Figura 113 - A rua interior e a sequência *pátio-rua-pátio* - Projeto



0 5 10m

Elaboração própria, 11-2013

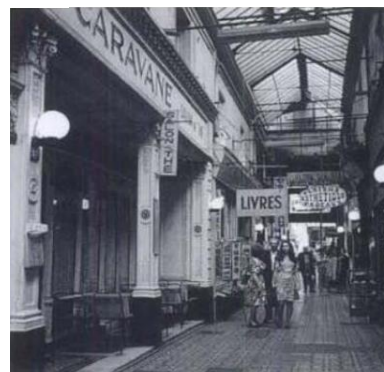
No âmbito de oferecer diversidade ao sistema criado bem como garantir a apropriação e vivência constantes durante todo o ano, definiu-se parte do eixo como semiexterior, ou seja, coberto e protegido das condições climáticas mas não totalmente fechado, conferindo o sentimento simultâneo e ambíguo de interior e exterior, privado e público. Tomemos por exemplo as galerias francesas do século XIX, as chamadas *passages*, que se configuravam como ruas comerciais cobertas e desenhavam circuitos pedonais inesperados na malha urbana de Paris, tais como a *Passage du Caire*, ou a *Passage des Panoramas*, entre outras. Através da galeria interior a rua torna-se parte do edifício ou o edifício parte da rua. As funções dos pisos térreos estendem-se ao domínio público tal como as dos pisos elevados, já que frequentemente também eles são ligados por galerias. A multifuncionalidade é conseguida através das galerias que, tal como a própria rua, relacionam funções diferentes ao longo de todo o eixo e assim garantem a unicidade da leitura do todo. O projeto da Kaufhaus de Schinkel, 1827, em Berlim, consistia num grande bazar inspirado no Palais Royal de Paris e nos mercados e armazéns cobertos de Londres, no entanto nunca chegou a ser concretizado. Destinava-se à atividade comercial mas visava igualmente a multifuncionalidade na medida em que combinava, através de galerias interiores, espaços para lojas e habitação, destinada aos comerciantes (Snodin, 1991: 176). A multifuncionalidade está presente na intervenção sobretudo em torno dos espaços públicos propostos cuja composição estabelece ligações entre funções diferentes, tais como as praças, os pátios, as ruas e a galeria interior.

Figura 115 e 116 - Passage du Caire, Paris



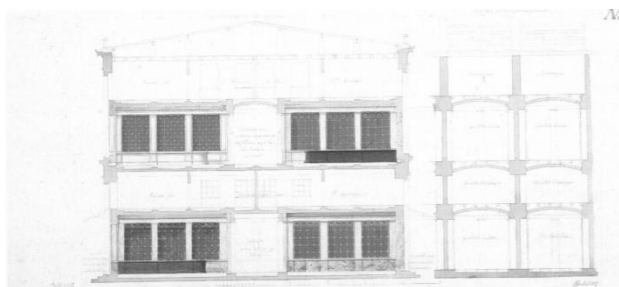
Hertzberger, 2005, p.74

Figura 114 - Passage des Panoramas, Paris



Hertzberger, 2005, p.75

Figura 117 - Kaufhaus (Schinkel) cortes transversal e longitudinal - relação entre lojas, galerias e habitação

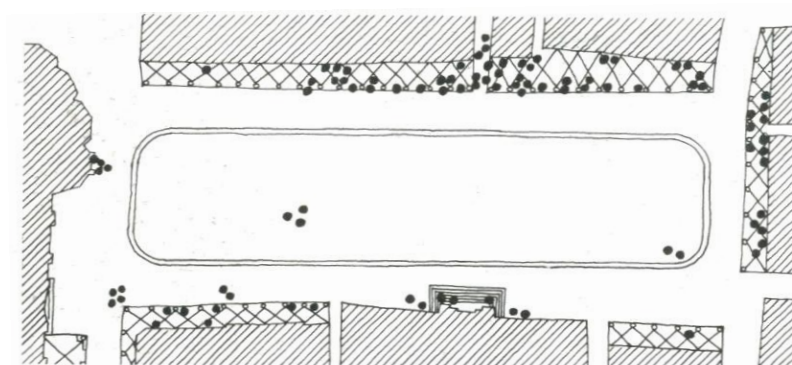


Snodin, 1991, p.176

"Architecture has by virtue of the evocative qualities of all explicitly spatial images, forms and materials, the capacity to stimulate a certain kind of usage" (Hertzberger, 2005, p.85)

Como anteriormente argumentámos, a flexibilidade relaciona-se com a diversidade de usos e apropriações relativas às vontades distintas dos indivíduos. No entanto, a apropriação só tem lugar se existirem determinados dispositivos na composição do espaço que a sugiram, elementos referentes a necessidades universais dos indivíduos, os quais denominamos elementos apropriáveis, que assim estão presentes no desenho inicial do espaço público tais como a arcada, as zonas de transição, a escada, os nichos, os lugares para sentar, entre outros.

Figura 118 - Estudo da praça Ascoli Piceno. Tendência para a concentração das pessoas no perímetro, junto às fachadas e pórticos, nos nichos e perto das colunas.



Gehl, 2006, p.162

Figuras 119 e 120 - A arcada em torno da praça do Giraldo, Évora



Fotografias da autora, 04-2014

A propósito das exigências do espaço público Gehl (2006) destaca a necessidade de contacto, de conhecimento e sobretudo de estímulo. A riqueza e conforto da experiência do espaço público estão diretamente relacionados com o nível de atividade e são dados pelos já referidos aspetos da escala,

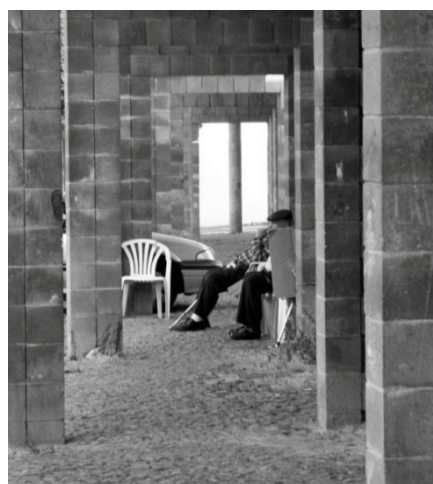
proporção, contraste entre espaços, relação interior/exterior, mas também pelos detalhes arquitetônicos; eles têm direta influência nas atividades básicas do ser humano no âmbito público tais como caminhar, estar de pé, sentar-se, ver, ouvir, falar, que estão na origem de atividades mais complexas ligadas ao desporto ou à comunidade, por exemplo. Estudos revelam que, num espaço amplo aberto, existe uma tendência para a concentração e circulação das pessoas no perímetro, pelo que a definição de uma zona coberta, que tanto protege das condições climáticas como se aproxima da escala humana, garante o conforto e como tal a apropriação. Assim, os peões, ao circular pela zona da arcada podem disfrutar simultaneamente de duas realidades diferentes, de um lado o fechamento, a intensidade e o detalhe, do outro lado a agradável vista do espaço aberto. Numa praça ou pátio onde a multifuncionalidade está à partida presente, a arcada permite a ligação das diferentes funções do piso térreo e o prolongamento das mesmas para o exterior, já que define uma área sombreada que ganha especial importância nas estações quentes. A presença ritmada de colunas, ao mesmo tempo que torna o percurso intenso, delimita intervalos de escala menor para a apropriação individual num todo coletivo.

Figura 121 - A arcada do pátio da Landhaus, Graz



Elaboração própria, 10-2013

Figura 122 - A arcada junto ao limite da Quinta da Malagueira, Évora



Elaboração própria, 06-2013

Figura 123 - A arcada como espaço de transição, flexível e apropriável.



Desenho da autora, 12-2013

As zonas de transição, como pode ser o caso da arcada, representam elementos de conexão, que, ao difundirem o limite, tornam mais fácil o acontecimento de atividades e a apropriação dos espaços pelos indivíduos. Os espaços do "in-between", como lhes chamava Hertzberger (2005), são aqueles pertencentes a duas realidades em simultâneo por se situarem entre o privado e o público, entre o interior e o exterior, e como tal têm por objetivo estabelecer uma transição gradual que por sua vez define um espaço caracterizado e aumenta o nível de apropriação. As zonas de entrada do edifício marcam a mudança do exterior para o interior, e por vezes do público para o privado, e como tal devem ser caracterizadas no sentido de se estabelecer uma transição através, por exemplo, de uma mudança de nível ou de direção; nessa definição deve ser considerada a probabilidade de apropriação do mesmo espaço e por isso incluir pistas para a sua utilização, como um banco ou desnível para o descanso e observação ou um parapeito para dispor vasos com flores ou quaisquer objetos. A escada pode funcionar da mesma forma e estabelecer um espaço de transição apropriável entre níveis diferentes. A materialidade e orientação solar e de vistas têm influência na apropriação da escada que pode funcionar como um autêntico anfiteatro quando disposta diante de uma grande praça, ou como espaço de descanso e contemplação quando orientada a sul ou para uma paisagem agradável.

Figura 125 - A entrada



Hertzberger, 2005, p.34

Figura 124 - A escada



Hertzberger, 2005, p.32

Incluimos na definição de espaço "in-between" a própria fachada do edifício orientada para os espaços públicos, que se estabelece como um limite flexível e apropriável através da criação de ritmos e irregularidades na sua superfície mas também pelo recorte ocasional de nichos que permitem a apropriação individual num espaço à partida coletivo, à imagem da alcova individual na sala comum que Alexander (1979) adotava como método para a conquista da *qualidade sem nome*.

Figura 126 - As fachadas irregulares e a apropriação



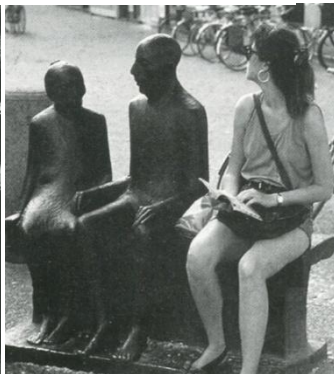
Gehl, 2006, p.172

Os locais para sentar, descansar e contemplar a vista marcam presença significativa nos espaços públicos propostos e aparecem de forma diversificada em mobiliário urbano variado ou desníveis apropriáveis, dispostos em lugares com características diferentes, sombreados ou não, orientados para a vista ou para o interior, virados a Sul, a Este ou Oeste. Com a oferta de uma diversidade de elementos apropriáveis e de utilização ambígua pretende-se servir da melhor forma as vontades distintas e mutáveis dos indivíduos no espaço público.

Figuras 127, 128 e 129 - Lugares para sentar



Gehl, 2006, p.174



Fotografia da autora, 09-2013

Figura 130 - Lugares para sentar - Projeto



Desenho da autora, 12-2013

"We must give the street a living-room quality not only for day-to-day interaction but also for more special occasions, so that both communal activities and activities of importance to the local community can take place there" (Hertzberger, 2005, p.59)

4.3 O plano e o edifício multifuncional

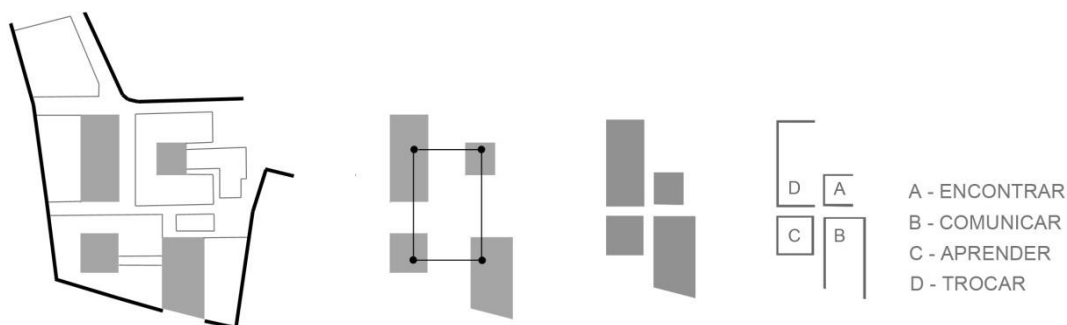
No segundo capítulo introduzimos a definição de facto urbano primário, aquele que se expressa através de uma matriz que, pela influência nas áreas envolventes e importância conquistada na malha urbana, permanece no tempo. As estruturas conventuais são exemplos de elementos primários que subsistem na sua matriz não obstante as mudanças funcionais. Observámos também que o carácter público do edifício é com frequência um fator que influencia a permanência e adaptabilidade funcional. No caso de Lisboa, encontramos edifícios primários instalados nos topos das colinas, nos lugares com maior visibilidade, onde a relação com a cidade é mais significativa e assim está intrínseco o carácter público do lugar. Na intervenção em Santo António dos Capuchos propomos dar seguimento à importância e objetivos do espaço público através do próprio edificado, que assim se define em parte como público. A ideia de cidade compacta e sustentável projeta-se no edifício através da multifuncionalidade, pelo que também se pretende incorporar a vertente habitacional.

A proposta do edificado tem por base a matriz conseguida *a priori* no desenho geral do espaço público, que estabelece a forma genérica e assim permite a permanência e a mutabilidade do uso. A atribuição funcional é determinada *a posteriori*, pelas características dos espaços públicos propostos e pelas necessidades presentes da população da colina, as quais foram interpretadas através da recolha de dados estatísticos, observação e inquérito por entrevista a utilizadores dos espaços públicos da área.

4.3.1 As funções de hoje: o programa

O programa organiza-se, como já referimos, de acordo com os espaços públicos criados e como tal a proposta urbanística distingue, em torno dos mesmos, núcleos específicos dos quais se destacam o centro museológico, o centro cultural e recreativo, o centro de dia, o centro desportivo, e o mercado. Procurou-se incluir no programa funções em falta na colina, registadas através do levantamento funcional da envolvente e da análise das características e opiniões da população presente e residente na área. Associados às funções principais propõem-se terciário, espaços de trabalho e áreas comuns respetivas, áreas de serviço de apoio aos espaços públicos e habitação.

Figura 131 - O carácter dos espaços públicos e as funções



Elaboração própria, 12-2013

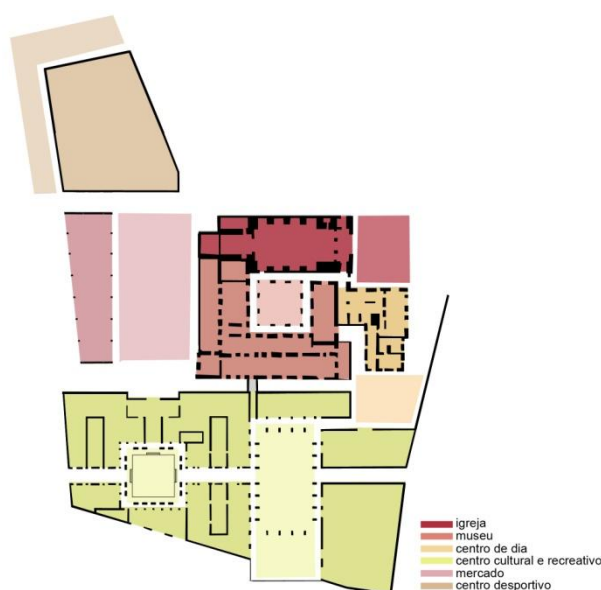
A colina de Santana é atualmente denominada por colina da saúde, dada a presença de vários hospitais que ainda são relevantes no contexto da cidade. Apesar de dar seguimento à desativação definida do hospital de Santo António dos Capuchos, a proposta tem como preocupação a evocação da sua memória, com o objetivo de estabelecer ligações com o lugar e com a população. Como tal, propõe-se a reabilitação e adaptação funcional do antigo núcleo principal do convento e claustro num museu ligado à saúde e história do convento. A igreja adjacente é mantida tanto pelas qualidades arquitetónicas como pelo facto de ainda ser utilizada de forma recorrente pela população da colina. Associado à igreja e ao museu e pela reabilitação do edificado pertencente ao hospital, surge um centro de dia com espaços de lazer e serviços, salas de convívio e leitura e bar, destinado sobretudo aos idosos, que atualmente encontram na área poucos locais interiores de encontro e sociabilização.

A nascente do convento e associado à grande praça que ali se estende é proposto um mercado. A planta livre, pouco compartimentada, bem como a forte ligação do piso térreo com o espaço público são estabelecidas para que o edifício possa suportar outras funções e a expansão das mesmas para o exterior. A praça é assim desenhada tendo em conta a possibilidade de implantação temporária de um mercado ou feira exteriores. Fundamenta-se a criação de um mercado por ser um espaço promotor de sociabilidade, uma vez que as ações de venda e troca de bens provocam necessariamente a concentração e encontro de indivíduos bem como a comunicação e possível convivialidade. Imagina-se que este espaço possa estar ligado às restantes áreas públicas propostas, nomeadamente aos ateliers de artistas que, em feiras temporárias exteriores, podem expor e vender as suas obras.

A norte da mesma praça é proposto um pequeno centro desportivo com ginásio, piscina, bar, salas de estudo e ATL, estabelecendo uma forte relação com a escola primária e campo de futebol, imediatamente em frente, e funcionando como um prolongamento das suas instalações. A proposta do centro desportivo justifica-se pela ausência deste tipo de funções na área segundo o levantamento efetuado anteriormente e a opinião dos inquiridos.

A proposta incide mais especificamente no centro cultural e recreativo, o qual se pretende inserir no percurso cultural bem presente na zona Oeste na colina. O edifício funciona como a expansão do próprio espaço público e oferece à população uma diversidade de espaços ligados às artes e ao lazer. Trata-se de um edifício compacto e multifuncional que agrega equipamentos públicos, comércio, espaços de trabalho e habitação, e cuja implantação ocupa na totalidade a área sul da cidadela, onde são mais significativas as relações físicas e visuais com a cidade.

Figura 132 - A proposta funcional



Elaboração própria, 05-2014

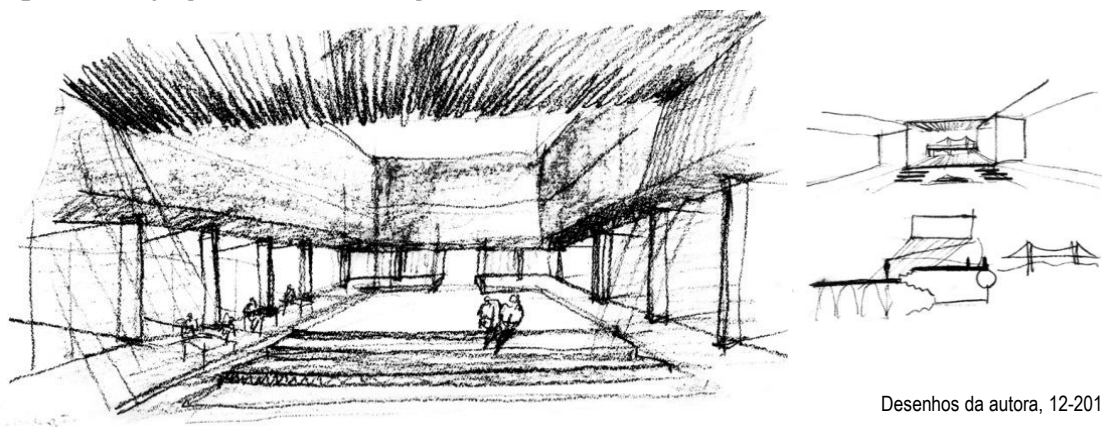
4.3.2 O centro cultural e recreativo

O centro cultural e recreativo localiza-se, como referimos, na área sul no terreno de intervenção, adjacente à linha da cerca, e organiza-se em torno de dois vazios, a praça da cisterna e o pátio dos artistas, estabelecendo um paralelismo que já temos evidenciado anteriormente como intenção de projeto. A transversalidade e ligação entre os vazios e com envolvente é conseguida através de uma rua interior pública, também ela paralela à rua criada no perímetro do convento, comprovando novamente o contraste nos percursos.

Tanto a praça como o pátio organizam os espaços em seu redor e o seu carácter define as funções que eles tomam. A praça da cisterna abre-se para o exterior, finaliza-se num miradouro de onde se avista a cidade e o rio, emoldurados pelo verde das copas dos pinheiros do *ring*; assim, no piso térreo, estabelecimentos comerciais projetam-se para o exterior, cafés e restaurantes estendem esplanadas na praça, sombreadas parcialmente pela galeria que acontece em todo o perímetro. Por oposição, o pátio

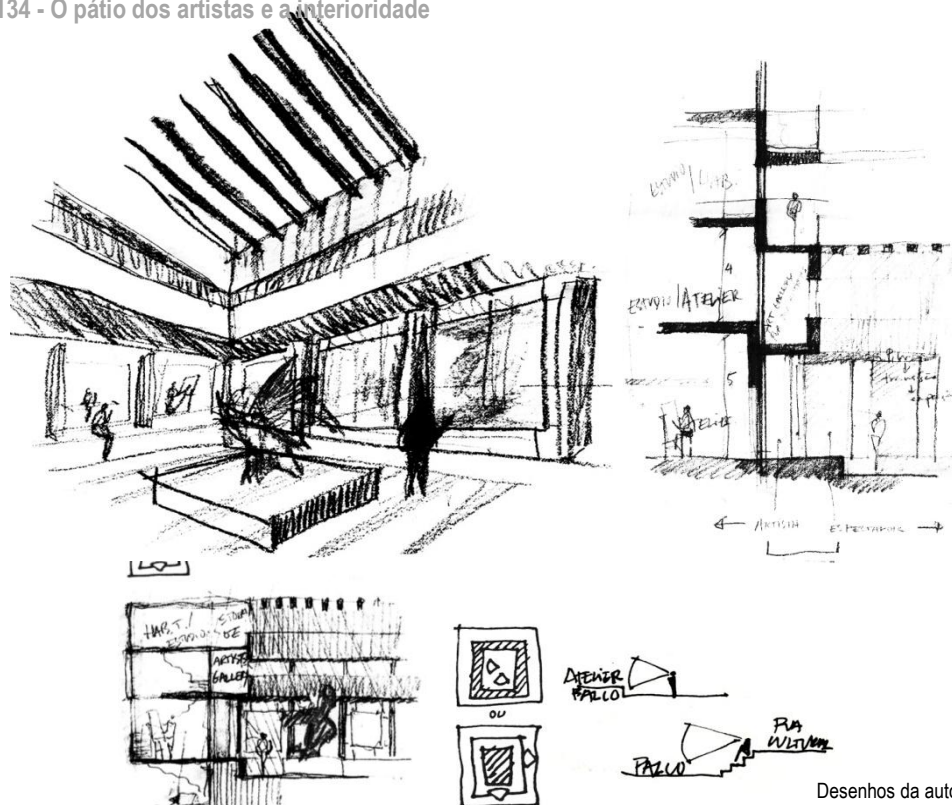
estabelece uma interioridade que evoca o próprio claustro; pelas dimensões e por ser coberto, constitui-se quase como uma sala pública que organiza em seu redor espaços ligados às artes, à sua criação e exposição tais como ateliers, oficinas, lojas, galerias e salas de exposição; a galeria desenvolve-se num nível superior ao pátio, procurando desta forma estabelecer uma distinção entre o espaço do artista e o do espectador ao mesmo tempo que determina uma relação mais visual do que física, mas também gradual e limitada entre os mesmos. A rua, como eixo de circulação, é local de passagem e movimento pelo que se prevê a instalação de lojas ou pequenos estabelecimentos comerciais, à imagem das galerias comerciais francesas, e também os acessos à habitação no nível superior, no âmbito de intensificar a sua utilização.

Figura 133 - A praça da cisterna e a relação com a cidade - miradouro



Desenhos da autora, 12-2013

Figura 134 - O pátio dos artistas e a interioridade



Desenhos da autora, 12-2013

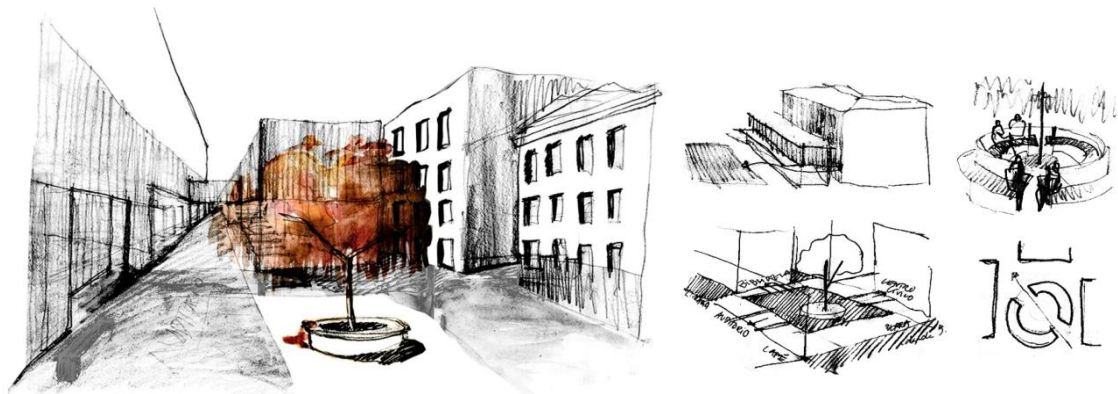
Figura 135 - A rua interior como ligação entre a praça e o pátio



Desenho da autora, 12-2013

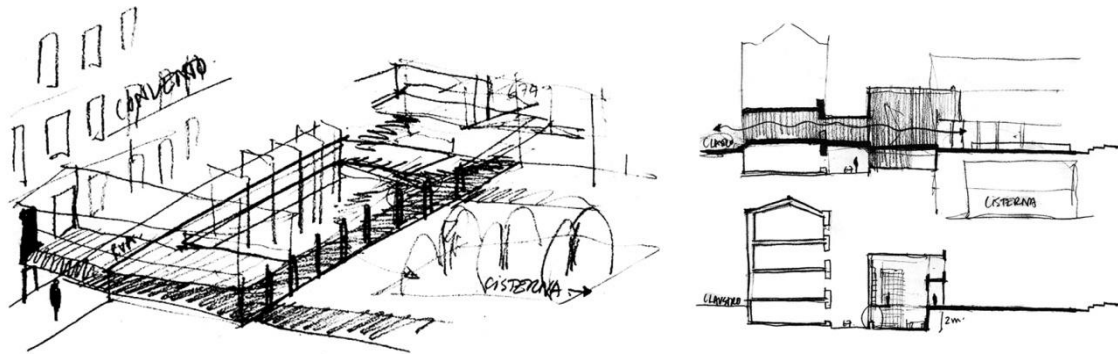
A partir do largo da igreja a linha da cerca prolonga-se a sul conduzindo à praça de entrada do edifício, onde se faz a relação entre a nova proposta e as pré-existências e o acesso ao centro de dia, situado no antigo convento, à biblioteca e ao auditório. Da mesma praça, e adjacentes à biblioteca, nascem duas ruas: a primeira, junto ao convento, desce e prolonga-se até à praça do mercado, estabelecendo por último o acesso ao ring; a segunda, mais ao género de passagem, semicoberta, sobe e faz o acesso à praça da cisterna, onde se transforma em galeria, que rodeia todo o perímetro. Ao centro da praça um espelho de água traz a lembrança da cisterna, no nível inferior, e recorta entradas de luz que a iluminam, ao mesmo tempo que o muro oferece possibilidades de apropriação e explora a relação com a água. O acesso ao miradouro, ao fundo, faz-se a partir de um pequeno anfiteatro, que olha sobre a praça e estabelece relações com o convento. Alguns elementos da praça configuram-se como novas permanências na medida em que proporcionam a qualidade e apropriação efetiva do espaço, tais como os perfis em pedra que desenham as arcadas, os níveis definidos para os percursos e hierarquização do espaço, ou o espelho de água para o qual se prevê a adaptação por exemplo em palco, em eventos temporários. O sistema de espaços públicos é conseguido pelas ligações entre os vazios, ou seja, a partir da praça da cisterna são criados percursos de ligação tanto ao claustro do antigo convento como ao pátio, este último através da rua interior.

Figura 136 - A praça da cerca - a entrada da proposta e a relação entre funções



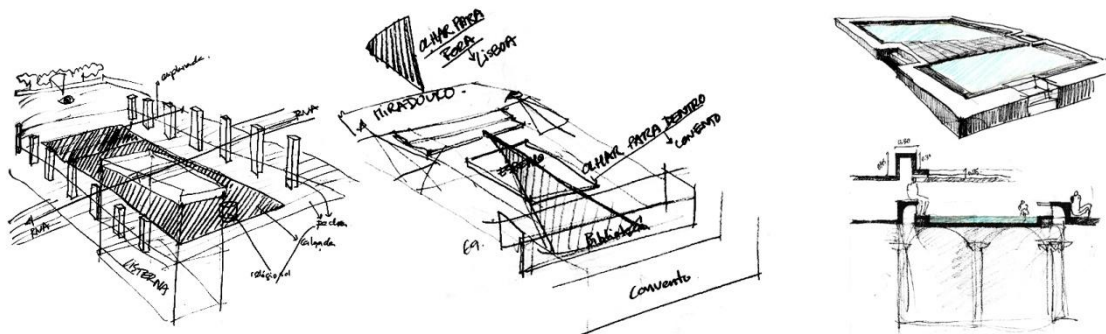
Desenhos da autora, 02-2014

Figura 137 - A biblioteca como elemento charneira entre a praça da cisterna e o claustro



Desenhos da autora, 03-2014

Figura 138 - A praça da cisterna: contradição entre o miradouro, o olhar para fora, e o anfiteatro, o olhar para dentro



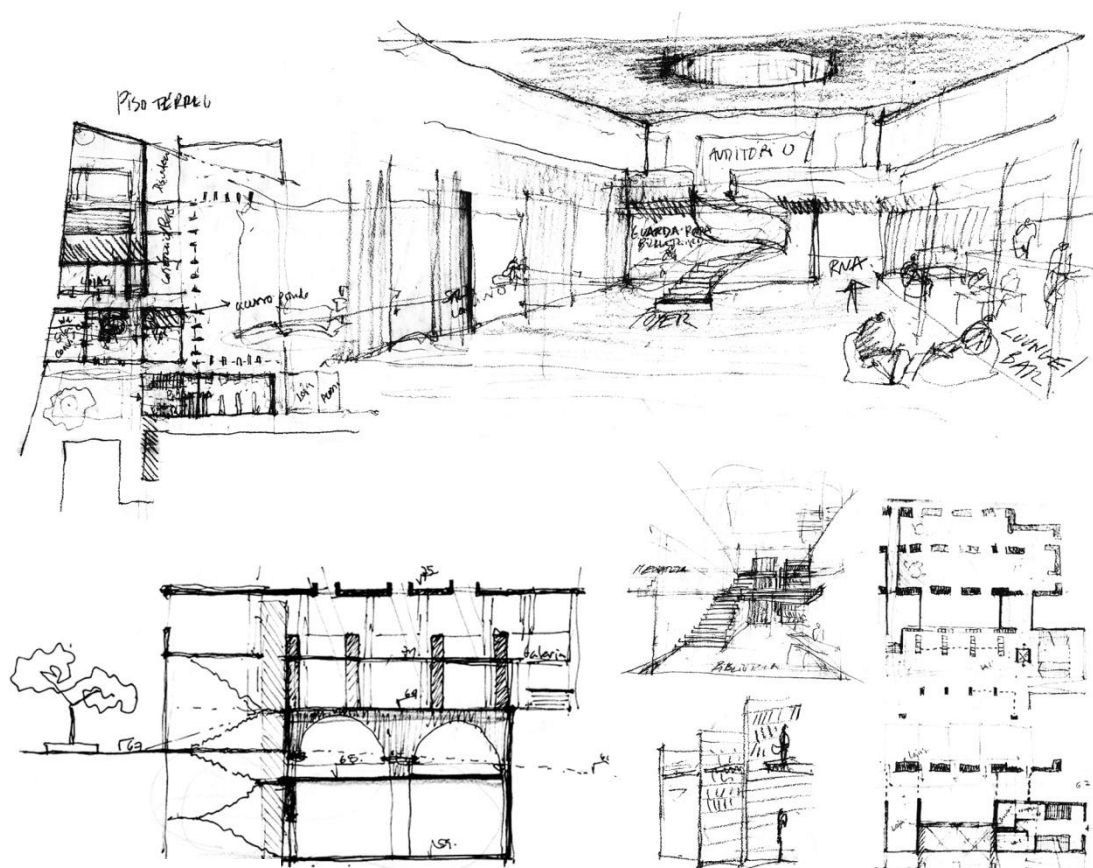
Desenhos da autora, 03-2014

O edifício desenvolve-se em quatro pisos e estacionamento subterrâneo, sendo que o piso -1, o térreo e o piso 1 são considerados os públicos. No piso térreo organizam-se, em torno da praça, cafés e restaurantes, a biblioteca e o auditório; à volta do pátio dispõem-se ateliers, áreas expositivas e salas multifuncionais, para aulas de dança, música ou workshops; ao longo da rua oferecem-se espaços para pequenos estabelecimentos comerciais e os acessos privados aos níveis superiores. No piso 1, também ele público, a distribuição é feita por galerias que ligam, tal como a rua no piso térreo, a praça e o pátio, e dão acesso ao nível superior do auditório, à biblioteca, à cafeteria e a ateliers bem como a salas comuns destinadas aos artistas e salas multifuncionais. O piso -1 acontece junto à cisterna, a qual passa a fazer parte da biblioteca, num nível intermédio como sala de leitura e no nível inferior como espaço para conferências, reuniões e apresentações de livros, por exemplo. Ainda neste piso tem lugar parte do auditório, o palco, o backstage e os camarins.

Na contextualização da área e levantamento dos equipamentos existentes observámos que a presença de edifícios de formação e educação escolar é bastante expressiva. Desta forma, o programa pretende

dar seguimento ao carácter educativo e cultural da colina: funções como a biblioteca, salas de estudo, workshops e ateliers relacionam-se com a presença de estabelecimentos de ensino secundário e superior na envolvente; por outro lado, o auditório e núcleo museológico inscrevem o edifício no panorama cultural da área estendendo o percurso cultural da Avenida da Liberdade para o topo da colina.

Figura 139 - Estudos para o auditório e biblioteca



Desenhos da autora, 03-2014

4.3.3 A habitação

No segundo piso é proposto um programa habitacional bem como alguns espaços que, por estarem associados ao corpo do auditório, podem tomar as funções de escritórios e salas para a administração. É também previsto um espaço multifuncional que se projeta no exterior, sobre a cobertura, onde podem ter lugar funções ou eventos temporários.

Na habitação foi também considerada a componente da flexibilidade de modo a dar resposta às necessidades diversas, à mutabilidade das famílias e aos diferentes ciclos de vida que cada indivíduo experimenta. Como já foi aludido, a mobilidade dos indivíduos é cada vez mais expressiva. Atualmente

verificamos que o indivíduo, ao longo da sua vida, atravessa diferentes fases e experimenta diversos estilos de vida sendo que isso influencia as necessidades que tem quanto aos espaços que habita. As famílias e os indivíduos têm vindo a experienciar transformações significativas tais como a diminuição do número de filhos, o aumento da esperança média de vida, o prolongamento do tempo de saída dos jovens da casa dos pais, o aumento do número de divórcios, de famílias recompostas e também de famílias monoparentais. Para além destas tendências, é de registar outras alterações, como por exemplo quando os filhos saem da casa de família, podem regressar devido a insegurança laboral e financeira, ou ainda quando os mais velhos, por motivos de saúde e isolamento, se vêm obrigados a voltar a viver com os filhos. Os jovens, quando saem de casa, por vezes procuram viver em grupos e de forma temporária, já que o seu futuro é com frequência incerto e a sua predisposição para a mudança é também maior. A relação casa-trabalho é para alguns cada vez mais curta, já que se tornou possível trabalhar a partir de casa, pelo que por vezes é necessária a existência de um espaço de trabalho na própria casa ou transformar a casa em residência-escritório. Assim, argumentamos que a flexibilidade na habitação é uma mais-valia que permite a adaptabilidade dos espaços a diferentes usos, indivíduos e modos de habitar.

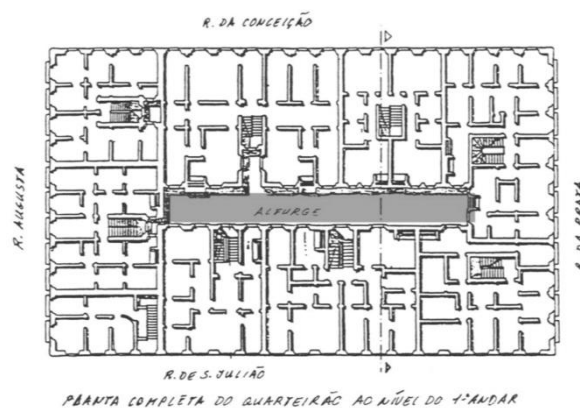
A flexibilidade é conseguida na habitação tanto no esquema organizacional do piso, pela concentração das infraestruturas nos eixos centrais e pelo acesso e circulação duplos, como pela composição dos próprios fogos, diversificados e com divisões ambíguas, de dimensão e características semelhantes.

A concentração dos elementos fixos numa banda contínua de serviço permite a libertação do restante espaço da casa e sua adaptabilidade. O edifício de Vítor Figueiredo nos Olivais explora a organização interna da casa por bandas: uma banda distributiva que corresponde à galeria, uma banda ativa que concentra os espaços de serviço, uma banda de circulação que distribui aos espaços da casa e uma banda neutra, que concentra os compartimentos ambíguos, de dimensões semelhantes. No seguimento da mesma lógica propõe-se a organização habitacional por bandas: a banda distributiva, em galeria e junto ao pátio, a banda ativa no eixo central, interrompida por saguões que asseguram a iluminação e circulação do ar, a banda de circulação junto às entradas dos fogos e estabelecendo o acesso à banda neutra, das restantes divisões da casa.

A implantação do edifício no terreno, segundo a matriz definida pela memória do lugar e pelo desenho do espaço público, determinou empenas de dimensões significativas no último piso pelo que se adotou como estratégia para o funcionamento das bandas habitacionais a definição de saguões. Também os edifícios pombalinos, pós terramoto de 1755, garantiam condições de salubridade através do logradouro, estabelecido pelo quarteirão. Na proposta, os saguões são definidos junto às áreas de serviço, cozinha e instalações sanitárias, para a obtenção de luz solar e circulação do ar; simultaneamente constituem os próprios módulos de acesso, estabelecendo a comunicação vertical com o primeiro piso e o piso térreo e a entrada dos fogos, e definindo um espaço apropriável e potenciador de relações de convivialidade. A

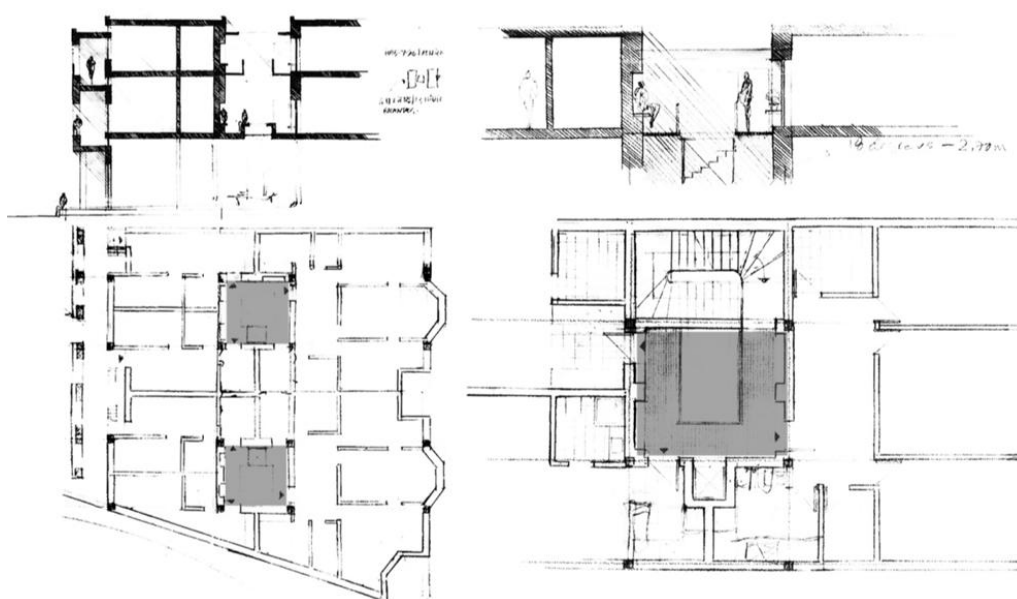
criação destes pontos de acesso estabelece um segundo tipo de organização do piso habitacional e assim configura uma segunda entrada em alguns fogos, outra medida de flexibilidade.

Figura 140 - Planta do quarteirão pombalino ao nível do primeiro andar



Mascarenhas, 2003, p.64

Figura 141 - Estudos do saguão no piso habitacional -Projeto



Desenhos da autora, 02-2014

As bandas habitacionais organizam-se segundo dois tipos de distribuição que determinam a dimensão e carácter das tipologias: pelos saguões é feito o acesso a todos os fogos, e pela galeria aos fogos que se orientam para o pátio. Pela galeria distribuem-se tipologias pequenas que pretendem ser de ocupação temporária e são por isso destinadas a estudantes, artistas, imigrantes e famílias pequenas. A utilização das tipologias como ateliers ou estúdios de trabalho torna-se também possível pela relação que estabelecem com a galeria. O acesso a estes fogos é duplo, permitindo a possibilidade de autonomia de

algum compartimento da casa em relação ao todo. No século XVIII, em algumas habitações, era frequente a existência de um compartimento autónomo, normalmente associado à entrada de serviço, como se verifica no exemplo apresentado do quarteirão pombalino. Esse compartimento pode ser reinterpretado à luz da realidade atual e servir, por exemplo, para receber temporariamente algum membro da família, um filho já adulto ou um idoso que assim, consegue manter alguma autonomia, ou ainda como espaço de trabalho para algum dos elementos da família que trabalhe em casa.

Nos lados opostos das bandas distribuem-se as tipologias maiores, destinadas a grupos de estudantes ou jovens, e a pequenas ou médias famílias, casais com um ou dois filhos. As zonas de infraestruturas, cozinhas e instalações sanitárias estão concentradas e junto ao saguão; algumas paredes divisórias são sugeridas pela estrutura e alçado mas não são definitivas, pelo que é viável a sua modificação consoante a vontade e necessidades presentes dos moradores. O desenho dos restantes espaços é genérico e ambíguo para que essa indeterminação possibilite a apropriação individual dos indivíduos; a comunicação entre os compartimentos é estabelecida para que possam existir diferentes percursos no fogo, tornando-os adaptáveis a diferentes usos.

Tal como no desenho do espaço público nos pisos inferiores, também nas áreas comuns do piso de habitação se introduzem elementos apropriáveis que intensificam necessariamente a vivência e familiaridade dos espaços. Na galeria de distribuição a parede ganha espessura e alguns vãos permitem lugares para sentar e observar os níveis inferiores e o pátio; na cobertura em frente têm lugar zonas exteriores, comuns aos moradores, onde se torna possível o desenrolar de atividades de lazer mais intimas. Ainda a partir da galeria, a entrada para os fogos faz-se por pequenos nichos recortados na fachada, onde alguns degraus fazem a transição do comum para o privado e estabelecem a possibilidade de apropriação do espaço exterior. Os próprios poços de luz definem-se como potenciais áreas de convivialidade já que permitem relações visuais entre pisos mas também áreas de entrada apropriáveis.

Considerações finais

Abordou-se o tema do espaço público como palco da vida urbana e da vontade dos indivíduos, aproximando a ideia de cidade ao objeto arquitetônico. Partindo das características do próprio lugar levantou-se, como hipótese de projeto, o desenho de um sistema de espaços públicos que se inclui no tecido urbano envolvente e simultaneamente mantém a autonomia necessária para o funcionamento permanente no tempo. A criação de um elemento primário, originado pela memória do lugar, interpretação e valorização dos seus elementos permanentes e desenho do espaço público, parece fazer sentido na medida em que devolve o espaço de Santo António dos Capuchos à cidade, ao mesmo tempo que lhe atribui uma linha de continuidade e um novo significado, adaptado às novas formas, diversas, transitórias e efémeras, do habitar.

Apontaram-se as problemáticas do espaço público nos dias de hoje e possíveis estratégias de intervenção, sobretudo no âmbito da flexibilidade e da apropriação, posteriormente aplicadas no projeto. Os espaços públicos propostos constituem-se como espaços pedonais, em que o acesso automóvel é condicionado, onde os indivíduos têm maior liberdade de circulação e apropriação. É estabelecida a aproximação das dimensões arquitetónicas à escala humana bem como a oferta de espaços públicos singulares e significativos. São explorados elementos como a rua, o pátio e a praça, que se distinguem pela interpretação do sentido público em várias vertentes, exterioridade e interioridade, escala e dimensão, alternância e intensidade do percurso. São propostos elementos de apropriação diversa, o que resulta igualmente na ativação do espaço público, tornando possível a contribuição individual à vida pública. A multifuncionalidade é também aplicada no projeto na medida em que a integração de diferentes atividades, com tempos diferentes de frequência, motiva a coexistência da diversidade e exorta à estimulação e inspiração mútua. A flexibilidade é tida como estratégia de projeto no que diz respeito à indefinição de um uso único para os espaços públicos, mas também na indefinição dos limites e criação de zonas de transição apropriáveis, entre interior e exterior, entre privado e público.

Paralelamente ao tema do espaço público, e para a definição da proposta edificada, explorou-se a dualidade *forma-função*. Nesse sentido, definiu-se, como ideia de projeto, a priorização da forma em relação à função. Observou-se em alguns edifícios ou conjuntos arquitetónicos, características comuns que lhes conferiram importância e permanência no tecido urbano, não obstante a mudança ou ausência funcional - os denominados elementos primários. A qualidade arquitetónica e a forte ligação à envolvente, por vezes através da transversalidade, são exemplos dessas características. A condição de invólucro é, no entanto, necessária para garantir o funcionamento do objeto arquitetónico, independentemente das alterações exteriores. O Convento de Santo António dos Capuchos é também caso de estudo já que permaneceu no tempo, em alguns elementos constituintes da sua estrutura conventual, ou seja, na sua

presença formal e não na sua função. Através da interpretação das características de alguns exemplos e da análise do lugar, da memória e das permanências, foi proposta uma nova matriz como estratégia de projeto - matriz primária - assente tanto na pesquisa referida como nos princípios apresentados sobre o espaço público.

O programa proposto foca-se necessariamente no âmbito público, já que por público se entendeu tanto os espaços exteriores como os interiores. Teve como princípios a multifuncionalidade e a definição de um uso social dominante, associado a equipamentos para atividades diversas. Optou-se pela pesquisa da opinião das pessoas visitantes e residentes da colina, para uma aproximação às suas carências e necessidades, no que diz respeito aos espaços públicos e funções na área. Essas opiniões reforçaram a ideia programática, esboçada a partir do levantamento funcional da colina, da criação de um espaço cultural e inter-geracional, promotor da coexistência e sociabilidade de grupos distintos. Através da proposta de um centro cultural e recreativo, ao qual se associam as componentes comercial e habitacional, pretende-se prolongar a vida, diversidade e carácter cultural das avenidas para o topo da colina e ao mesmo tempo oferecer à cidade um novo local de referência, verdadeiramente destinado ao público.

- Alexander, C.** (1979). *The Timeless way of building*, New York, Oxford University Press.
- Araújo, N.** (1992). *As peregrinações em Lisboa*, IV vol. 1ª Edição. Lisboa: Edições Vega.
- Ascher, F.** (1995). *Metapólis. Acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta.
- Borja, J., Muxí, Z.** (2003). *El espacio publico, ciudad y ciudadanía*, Barcelona: Ed. Electa.
- Brand, S.** (1997). *How Buildings Learn - What happens after they are built*, Phoenix, Viking Press.
- Brandão, P., Remesar, A.** (2000). *O Espaço Público e a Interdisciplinaridade*, CPD, Lisboa
- Brooks, H. A.** (1997). *Le Corbusier's Formative Years*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Camarinhas, C., Pereira, M.** (2011). *Propostas para a preservação da paisagem da Colina de Santana*, II Seminário Património Hospitalar de Lisboa, Faculdade de Arquitectura de Lisboa.
- Campbell, R., Vanderwarker, P.** (1994). *Cityscapes of Boston*, New York, Mariner Books, (Brand, 1997)
- Castro, A.** (2002). *Espaços públicos, coexistência social e civilidade - contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos*, em CCT, Dez, nº5, CET-ISCTE.
- Castro, A., Duarte, I.** (2001). *Os Ciganos Vistos pelos Outros: Coexistência Inter-Étnica em Espaços Urbanos*, em CCT, nº2, pp. 73-84.
- Cordeiro, G. I., Vidal, F.** (orgs.) (2008). *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte
- Chueca Goitia, F.** (2010, [1982]), *Breve História do Urbanismo*, 1ª Edição, Lisboa: Editorial Presença.
- Francisco, M. D.** (2005) *Espaço Público Urbano: Oportunidade de identidade urbana participada*, in http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/053.pdf, consultado a 4 de Maio de 2013
- França, J. A.** (2005). *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, 5ª edição, Lisboa, Livros Horizonte.
- Gehl, J.** (2006). *La Humanización del Espacio Urbano: la vida social entre los edificios*, Editorial Reverté, S.A, Barcelona
- Giedion, S.** (1941). *Space, Time and Architecture*, Harvard, Harvard University Press.
- Gonçalves, A. C.** (1988). *Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais*, em Revista da Faculdade de Letras - Geografia, I série, vol. IV, Porto.
- Grafmeyer, Y., Joseph, I.** (orgs) (1990). *L'École de Chicago*, Paris, Aubier
- Hall, E.** (1966). *A dimensão oculta*, Lisboa, Relógio d'água.
- Hertzberger, H.** (2005). *Lessons for architecture students*, Rotterdam, 010 Publishers.
- Indovina, F.** (2002). *O espaço público: Tópicos sobre a mudança*, em Cidades- Comunidades e Territórios, Dez., nº5.
- Janeira, A. L.** (2008). *Eixos e configurações de Lisboa*
- Koolhaas, R.** (1997). *Small, Medium, Large, Extra-large*, Benedikt Taschen, Koln.
- Lévi-Strauss, C.** (1955) *Tristes tropiques*, Paris.

- Lozeno**, E. (1990). *Community design and the culture of cities*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Lynch**, K. (1960). *A imagem da Cidade*, Lisboa, Ed. Edições 70.
- Mascarenhas**, J. (2003) *Sistemas de Construção: O edifício de rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Matias Ferreira**, V., **Castro**, A., **Seixas**, J., et al (2002). *Morfologias Urbanas e Espaços Públicos na Metrópole de Lisboa*, em CCT Dez, nº5.
- Mayol**, P. (1980). *L'invention du quotidien II*, Habiter, Paris, UGE.
- Moreira**, J. (2013). *A presença da arquitectura como enclave*, tese de mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Mumford**, L. (1961 [1938]). *The Culture of cities*, New York, ed. em língua portuguesa: Belo Horizonte.
- Neves**, S. (2012). *Pátio: Génese, Evolução Conceptual e Morfológica*, tese de mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Paiva**, A. (2002). *Habitação Flexível - análise de conceitos e soluções*, tese de mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Pilão**, C., **Tacão**, S. (2011). *Colina de Sant'Ana: viagens pela memória dos lugares*, Jornadas Europeias do Património "Património e Paisagem Urbana", II Seminário - Património Hospitalar de Lisboa: Propostas de Salvaguarda para a Colina de Santana.
- Pinçon**, M. (1981). *Cohabiter groupes sociaux et modes de vie dans une cité HLM*, Paris, Plan Construction.
- Portas**, N. (1968). *A cidade como arquitetura*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Poète**, M. (1958 [1929]). *Introduction à l'urbanism, l'évolution des villes, la leçon de l'antiquité*, Paris, Ed. it., Turim.
- Rehabitar**, nº2 *Habitaciones Satélite*, Maio 2010, nº3 *Domesticar la calle*, Setembro 2010, nº4 *Las plantas bajas*, Setembro 2010, nº8 *Abandono y oportunidad*, Julho 2011
- Rémy**, J., **Voyé**, L. (1981). *Ville, ordre et violence*, Paris, PUF.
- Rossi**, A. (2001, [1977]). *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa: Edição Cosmos.
- Rowe**, C., **Koetter**, F. (1978). *Collage City*, Cambridge, MIT Press.
- Silvano**, F. (2001). *Antropologia do espaço*, Oeiras, Celta Ed., p. 21-33.
- Simmel**, G. (1990 [1908]). *Digressions sur l'étranger*, (Grafmeyer, Y., Joseph, I. (orgs), 1990)
- Siza**, A. (1998). *Imaginar a evidência*. Lisboa: Edições 70.
- Venturi**, R. (1995). *Complexidade e contradição na arquitectura*, São Paulo, Martins Fontes.
- Wirth**, L. (1997 [1938]). *O urbanismo como modo de vida*, (Fortuna, C., 1997, *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*, Oeiras, Celta)

Anexos